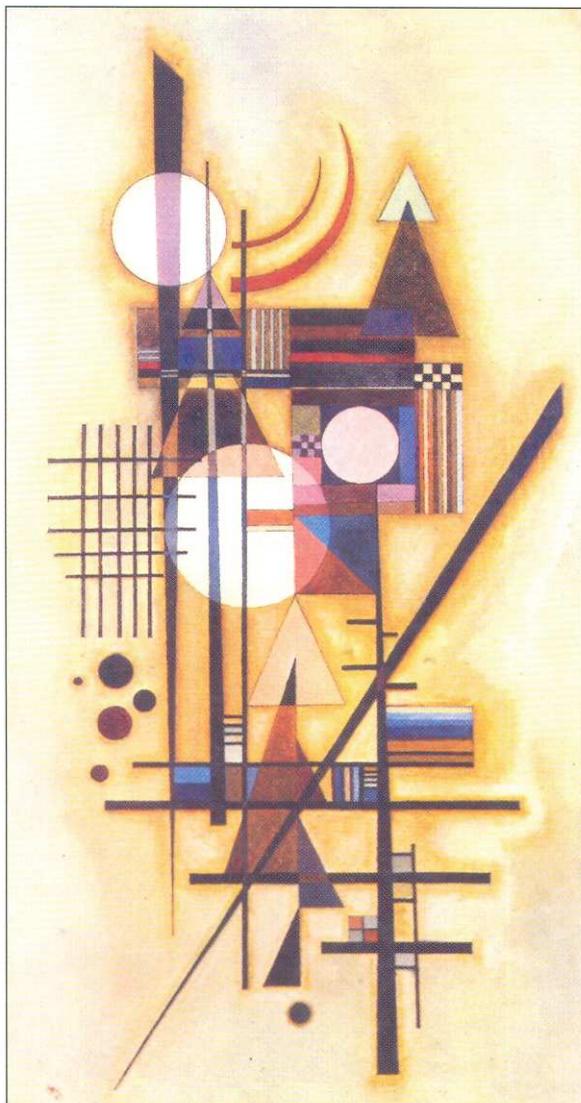


IDÉIAS

Ano 7(2)/8(1)

2000-2001



IDÉIAS

Ano 7(2)/8(1)

2000/2001

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



UNICAMP

IDÉIAS

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

ISSN 0104-7876

Diretor: Rubem Murilo Leão Rêgo

Diretor Associado: Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão Editorial: Ciro Flamarion S. Cardoso – Décio Saes – Eduardo Viola – Jacynto Lins Brandão – João José Reis – José Cavalcanti de Souza – José Vicente Tavares dos Santos – Lia Osório Machado – Marilena Chauí – Marisa Lajolo – Octavio Ianni – Pedro Jacobi – Roberto Cardoso de Oliveira – Ubirajara Rebouças

Editor: Marcelo Ridenti

Comissão de Redação: Hector Benoit – Leandro Karnal – Leila da Costa Ferreira – John Monteiro – Reginaldo C. Moraes

Setor de Publicações: Marilza A. Silva - Magali Mendes

Editores: Marilza A. Silva

Revisão: Vera Caputo

Projeto da capa: Carlos Roberto Fernandes

Capa: Comunicação LineaCreativa. Wassily Kandisky. *Rígido e suave* – 1927, óleo sobre tela (100 x 50 cm).

Impressão: Gráfica do IFCH – Unicamp

SUMÁRIO

- 5 Apresentação
- 9 Modernidades múltiplas
S. N. Eisenstadt
- 47 A categoria estilo de vida nas obras de
Simmel e Bourdieu: uma aproximação
sociológica
Maria da Graça Jacintho Setton
- 73 O empirismo lógico e a história da
filosofia
José Carlos Pinto de Oliveira
- 101 Sociologia ambiental: um balanço
provisório
Leila da Costa Ferreira
- 119 Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris –
1834-1856
Maria Orlanda Pinassi
- 139 Aproximação à análise das classes sociais
em Florestan Fernandes
Pedro Robert

Marx, Durkheim e Weber, a obra de Bourdieu e sua “sociologia dos espaços sociais” são tributárias de um outro sociólogo clássico, Simmel: “Assim como Simmel, Bourdieu afirma que a conexão das partes de um espaço social é feita a partir de fatores simbólicos. As relações de proximidade ou distância espaciais não produzem os fenômenos da vizinhança ou estranhamento. O que tem importância social não é o espaço em seu sentido geográfico. O que permite a síntese das partes encontra-se na esfera do espírito, e deriva de uma homogeneidade de *habitus*”.

Em “O empirismo lógico e a História da Filosofia”, José Carlos Pinto de Oliveira trata de uma questão central: “a leitura que o empirismo lógico fez do empirismo clássico (aqui representados por Hume e Mill)”. Pretende assim dar uma resposta a interpretações revisionistas que “negam atualmente que o empirismo lógico apresente uma vinculação direta com o empirismo clássico”.

Já Leila Ferreira apresenta uma breve, mas didática e oportuna, reflexão exploratória sobre as questões envolvidas com a “Sociologia ambiental: um balanço provisório”. Faz uma revisão da literatura internacional, para depois comentar a trajetória da sociologia ambiental brasileira, que estaria em processo de institucionalização, comparativamente a certas experiências de outros países. O presente número da *Idéias* começa assim a adentrar em discussões mais específicas sobre o Brasil, como as que aparecem nos dois últimos artigos.

Em “Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – 1834-1856, um episódio entre Brasil e França”, Maria Orlanda Pinassi argumenta que a convivência de intelectuais brasileiros com o referido Instituto teria sido decisiva e exercido efeitos substantivos sobre o pensamento nacional no processo de formação do Estado brasileiro, especialmente no que teve de “moderado, anti-revolucionário, e identificado com os ideais da monarquia constitucional”.

Fechando a seção de artigos, Pedro Robert trata de uma “aproximação à análise das classes sociais em Florestan Fernandes”. Ele procura mostrar como o autor estudado realizou uma síntese teórica inspirada em diversos cientistas sociais e tradições sociológicas para pensar a especificidade das classes sob o capitalismo dependente no Brasil e na América Latina.

Por fim, seguem as resenhas: André Botelho escreve sobre *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*, de Carlos Eduardo Berriel e Aílton Pereira Morila trata de *Tempo livre e capitalismo, um par imperfeito*, de Valquíria Padilha.

MODERNIDADES MÚLTIPLAS*

S. N. Eisenstadt**

I

A noção de “modernidades múltiplas” denota uma certa visão do mundo contemporâneo, na verdade da história e das características da era moderna que há muito tempo contrapõe-se às visões presentes tanto no discurso acadêmico como no geral. Opõe-se à visão das teorias “clássicas” de modernização e à da convergência das sociedades industriais predominantes na década de 1950 e, mais precisamente, às análises sociológicas clássicas de Marx, de Durkheim e, em grande parte, até mesmo às de Weber, em pelo menos uma leitura/interpretação da sua obra. Todas supunham,

* Este artigo, sobre a noção de modernidade em nossos dias, sintetiza propostas teóricas de diversas obras de seu autor. O texto serviu originariamente como introdução a uma edição da revista *Daedalus* sobre o tema da modernidade. Assim, ao longo do artigo, serão encontradas referências a outros trabalhos publicados naquele mesmo número da revista. Ver *Daedalus* - Journal of the American Academy of arts and sciences – winter 2000. Issued as volume 129, number 1, of the Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences [nota do editor]. Artigo traduzido por Carla Marques de Moraes Gazola.

** S. N. Eisenstadt é professor emérito de Sociologia de Rose Issacs, na Universidade Hebraica de Jerusalém.

embora apenas de modo implícito, que o programa cultural da modernidade, conforme evoluiu na Europa moderna, e os grupos institucionais básicos que ali surgiram acabariam, no final, predominando em todas as sociedades modernas e aquelas em processo de modernização. É com a expansão da modernidade, prevaleceriam no mundo todo.¹

A realidade que emergiu após os chamados primórdios da modernidade e, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, não conseguiu sustentar essas suposições. Os acontecimentos reais nas sociedades em processo de modernização negaram as suposições homogeneizadoras e hegemônicas deste programa ocidental de modernidade. Embora tenha adquirido uma tendência geral no sentido da diferenciação estrutural por uma vasta gama de instituições na maioria dessas sociedades – na vida familiar, nas estruturas econômicas e políticas, na urbanização, na educação moderna, na comunicação de massa e nas orientações individualistas –, as formas em que essas áreas foram definidas e organizadas apresentaram grande variação em diferentes períodos de seu desenvolvimento, dando origem a múltiplos padrões institucionais e ideológicos. É importante mencionar que esses padrões não constituíam simples continuidade das tradições de suas respectivas sociedades na era moderna. Eles eram eminentemente modernos, apesar de muito influenciados por premissas culturais específicas, por tradições e por experiências históricas. Todos desenvolveram dinâmicas e formas de interpretação distintamente modernas em que o projeto ocidental original era o ponto de referência fundamental e geralmente ambivalente. Muitos dos movimentos que se desenvolveram em sociedades não ocidentais articularam fortes temas anti-ocidentais ou mesmo anti-modernos, mas todos eram claramente modernos. Isso se aplica, não apenas aos vários movimentos na-

¹ Eugene Kamenka, 1983; Max Weber, 1978, 1968a, 1968b; 1958; W.G. Runciman 1978; Robert N. Bellah (ed.), 1973; Martin Jay, 1984.

cionalistas e tradicionalistas que surgiram nessas sociedades a partir de meados do século XIX até depois da Segunda Guerra Mundial, mas também aos movimentos contemporâneos fundamentalistas mais modernos.

A idéia de modernidades múltiplas pressupõe que a melhor forma de compreender o mundo contemporâneo – ou mesmo de explicar a história da modernidade –, é interpretá-lo como uma história de reconstruções e reconstituições contínuas de uma multiplicidade de programas culturais. Essas reconstruções contínuas de vários padrões institucionais e ideológicos múltiplos são difundidos por atores sociais específicos em íntima ligação com ativistas sociais, políticos e intelectuais, e também por movimentos sociais em busca de programas diferentes de modernidade, com visões muito distintas sobre o que constitui uma sociedade moderna. Através do envolvimento desses atores em setores mais amplos dentro de suas respectivas sociedades, notam-se expressões ímpares de modernidade. Essas atividades não se restringem a uma única sociedade ou estado, apesar de que determinadas sociedades e estados tenham sido, indubitavelmente, as principais arenas em que ativistas sociais puderam implementar seus programas e buscar seus objetivos. Embora tenham surgido diferentes percepções de modernidades múltiplas em diferentes estados-nação e em distintos agrupamentos étnicos e culturais, entre os movimentos comunista, fascista e fundamentalista, apesar de muito diferente das demais, a percepção de modernidade múltipla foi, em muitos aspectos, intencional.

Uma das implicações mais importantes do termo “modernidades múltiplas” é que a modernidade e a ocidentalização não são idênticas; os padrões ocidentais de modernidade não são as únicas modernidades “autênticas”, embora também disponham de precedência histórica e continuem a ser um ponto de referência básico para outras.

Ao reconhecer a multiplicidade das modernidades em constante evolução, confrontamos com o problema daquilo que constitui a essência comum da modernidade. Esse problema se acentua, e na

verdade se transforma, com a desconstrução contemporânea ou a decomposição de muitos dos componentes de modelos “clássicos” da nação e de estados revolucionários, em particular como consequência da globalização. O discurso contemporâneo aumentou a possibilidade de que o projeto moderno, pelo menos quanto à formulação clássica amplamente aceita nos dois últimos séculos, esteja esgotado. Uma visão contemporânea defende que tal esgotamento se manifesta no “Fim da História”.² A outra visão mais claramente representada é a noção de Huntington de um “choque de civilizações”, em que a civilização ocidental, a aparente epítome da modernidade, defronta-se com um mundo em que predominam as civilizações tradicionais, fundamentalistas, anti-modernas e anti-ocidentais, algumas das quais (mais acentuadamente, os grupos islâmicos e os chamados confucianos) vendo o Ocidente com ódio ou desprezo.³

II

O programa cultural e político de modernidade, conforme inicialmente concebido no Ocidente e na Europa Central, implicava, como salienta Björn Wittrock, premissas ideológicas e institucionais distintas. O programa cultural de modernidade demandou algumas mudanças muito distintas na concepção da agência humana e no seu lugar no fluxo do tempo. Transmitia uma concepção do futuro caracterizada por um grande número de possibilidades realizáveis através da agência humana autônoma. As premissas em que se baseavam as ordens sociais ontológicas e políticas e a sua legitimidade começaram a ser questionada. Criou-se uma intensa reflexividade em torno de premissas ontológicas básicas de estruturas de autoridade social e política. Essa reflexividade era compartilhada

² Francis Fukuyama, 1992.

³ Samuel P. Huntington, 1996.

da até mesmo por críticos mais radicais da modernidade, que eram os que inicialmente negavam sua validade. Weber foi quem melhor conseguiu formular esse conceito. A seguir, a exposição de James D. Faubian sobre a concepção de modernidade de Weber:

“Weber encontra o limiar existencial da modernidade em certa desconstrução, sobre a qual ele fala como o ‘postulado ético em que o mundo é comandado por Deus e assim de algum modo por um cosmos guiado significativa e eticamente [...]’”

“[...] O que Weber defende, e que pode ser extrapolado em qualquer caso a partir de suas afirmações, é que o limiar da modernidade pode ser marcado precisamente no momento em que a legitimidade não questionada da ordem social preordenada divinamente começar o seu declínio. A modernidade surge, ou melhor dizendo, uma gama de modernidades possíveis surgem apenas quando aquilo que tenha sido visto como cosmos imutável deixe de ser aceito como verdadeiro. Os contra-modernos rejeitam essa crítica, pois acreditam que imutável não é a ordem social, mas as tarefas com que a construção e funcionamento de qualquer ordem social devem lidar [...]

“[...] Pode-se extrair duas teses: independente de tudo mais que possam ser, as modernidades em todas as suas variações são respostas à mesma problemática existencial. A segunda: independente de tudo mais que possam ser, as modernidades em todas as suas variações são precisamente aquelas respostas que deixam intacta a problemática em questão, que formulam visões de vida e que as praticam sem ir além e sem negá-la, mas sim dentro desta problemática, e mesmo em respeito a ela.”⁴

O grau de reflexividade característico da modernidade foi além do que estava cristalizado nas civilizações axiais. A reflexividade que surgiu no programa moderno não apenas se concentrou na

⁴ James D. Faubion, 1993, pp. 113-115.

possibilidade de diferentes interpretações das visões transcendentais centrais e das concepções ontológicas básicas predominantes em uma sociedade ou civilização em particular, mas também questionou a determinação dessas visões e os padrões institucionais a elas ligados. Isso deu origem a uma conscientização da possibilidade de visões múltiplas que, de fato, poderiam ser contestadas.⁵

Essa conscientização estava intimamente ligada a dois componentes centrais do projeto moderno enfatizados em estudos anteriores sobre modernização, tanto por Daniel Lerner como por Alex Inkeles.⁶ O primeiro reconheceu, entre os modernos ou entre os que estavam em processo de modernização, a conscientização de uma grande variedade de papéis existentes além daqueles limitados, fixos, locais e familiares. O segundo reconheceu a possibilidade de pertencer a comunidades translocais mais amplas e possivelmente em mutação.

O ponto crucial desse programa cultural foi a ênfase na autonomia do homem, a sua libertação (e “sua”, na formulação inicial, certamente se referia exclusivamente a “dele”), dos grilhões da política tradicional e da autoridade cultural. Durante a contínua expansão da esfera da liberdade e atividade pessoal e institucional, tal autonomia implicava, em primeiro lugar, a reflexividade e exploração e, em segundo, a construção ativa e domínio da natureza, inclusive da natureza humana. Esse projeto de modernidade pressupunha uma ênfase muito forte na participação autônoma de membros da sociedade na constituição da ordem social e política, e no acesso autônomo de todos os membros da sociedade a essas ordens e a seus centros.

⁵ Sobre a idade axial das civilizações, ver S. N. Eisenstadt, “The axial age: The emergence of transcendental visions and the rise of clerics”, *European Journal of Sociology* nº 23, pp. 294-314 (fevereiro 1982); Eisenstadt, et alli, 1986.

⁶ Daniel Lerner, 1958; Alex Inkeles e David H. Smith, 1974.

A partir das conjunções dessas diferentes concepções teve origem a crença na possibilidade de que a sociedade poderia ser formada ativamente por atividade humana consciente. Duas tendências complementares, porém potencialmente contraditórias, surgiram dentro desse programa a respeito das melhores maneiras em que sua construção poderia ocorrer. A primeira, cristalizada acima de tudo nas Grandes Revoluções, deu origem, talvez pela primeira vez na história, à crença na possibilidade de se fazer a conexão entre as ordens transcendentais e mundanas, de se concretizarem, através da agência humana consciente, exercida na vida social, as principais visões utópicas e escatológicas. A segunda enfatizou o crescente reconhecimento da legitimidade de múltiplos objetivos e interesses de indivíduos e grupos, como uma consequência que permitiu diversas interpretações do bem comum.⁷

III

Além disso, o programa moderno teve como resultado uma transformação radical das concepções e premissas da ordem política, da constituição da arena política e das características do processo político. No centro da idéia moderna estava a ruptura de todas as legitimações da ordem política, trazendo consigo a abertura de diferentes possibilidades para a construção de uma nova ordem. Essas possibilidades englobaram temas de rebelião, protesto e antinomismo intelectual, dando margem a uma nova formação do

⁷ S. N. Eisenstadt, "Frameworks of the Great Revolutions: culture, social structure, history and human agency", *International Social Science Journal* n° 133 (1992), pp. 385-401; S. N. Eisenstadt, 1978; S. N. Eisenstadt, "Comparative liminality: Liminality and dynamics of civilization", *Religion* n° 15 (1985), pp. 315-338; S. N. Eisenstadt, "Cultural traditions and political dynamics", *British Journal of Sociology* n° 32 (1981), pp. 155-181; Eric Voegelin, 1975; Adam B. Seligman, 1989), pp. 1 a 44.

centro e à criação de instituições, e dando origem a movimentos de protesto como um componente contínuo do processo político.⁸

Essas idéias, intimamente alinhadas ao que surgia como sendo as características que definiam a arena da política moderna, enfatizava a abrangência dessa arena e dos processos políticos que, em geral, implicavam uma forte aceitação da participação ativa da periferia da “sociedade” em questões de importância política. Fortes tendências para a permeação das periferias sociais pelos centros, e o avanço das periferias sobre os centros levaram, inevitavelmente, a uma confusão das distinções entre o centro e a periferia. Esse fato criou a base para uma nova combinação muito poderosa de “carismatização” do centro, ou dos centros, com temas e símbolos de protesto que, por sua vez, tornaram-se os componentes fundamentais das visões transcendentais modernas. Os temas e símbolos de protesto, como igualdade e liberdade, justiça e autonomia, solidariedade e identidade, tornaram-se os componentes centrais do projeto moderno de emancipação do homem. Na verdade, foi a incorporação de temas de protesto da periferia ao centro que proclamou a transformação radical de várias visões utópicas sectárias em elementos centrais do programa político e cultural.

A partir da ideologia e das premissas do programa político da modernidade e das características essenciais das instituições políticas modernas, surgiram três aspectos centrais do processo político moderno: a reconstrução das relações periferia-centro como foco principal da dinâmica política nas sociedades modernas; uma forte tendência para a politização de demandas de vários setores da sociedade e os conflitos entre elas, além da incessante luta pela definição dos domínios políticos. Na verdade, foi somente com o advento da modernidade que a demarcação de fronteiras políticas tornou-se um dos principais focos de contestação e lutas políticas abertas.

⁸ Bruce A. Ackerman, 1991.

IV

A modernidade também trouxe como consequência um modo claro para a construção de fronteiras das coletividades e de identidades coletivas.⁹ Surgiram novas definições concretas dos componentes básicos das identidades coletivas: a civil, a primordial e universalista, a transcendental e a “sagrada”. Surgiram fortes tendências no sentido de estruturar essas definições em termos absolutistas enfatizando seus componentes civis. Ao mesmo tempo, criaram-se conexões entre a construção das fronteiras políticas e as das coletividades culturais. Isso tornou inevitável a ênfase intensificada sobre as fronteiras territoriais dessas coletividades, gerando uma tensão constante entre os componentes territoriais e/ou particulares e aqueles que eram mais abrangentes, mais universalistas. Em contraposição, ao menos parcial, com as civilizações axiais, as identidades coletivas não eram mais aceitas passivamente, predefinidas por alguma visão e autoridade transcendental, ou sancionada por costumes imutáveis. Constituíam o foco de contestação e luta, quase sempre apoiada em termos altamente ideológicos.

V

Como a civilização da modernidade desenvolveu-se primeiramente no Ocidente, esteve desde os seus primórdios repleta de antinomias e contradições internas que originaram constantes discursos críticos e contestações políticas. As antinomias básicas da modernidade constituíram uma transformação radical das características das civilizações axiais. Centralizadas em questões desconhecidas na época inicial, demonstraram uma conscientização da

⁹ S. N. Eisenstadt e B. Giese, “The construction of collective identity”, *European Journal of Sociology* n° 36, pp. 72-102 (janeiro 1995); Edward Shils, 1975), pp. 111-126.

ampla gama de visões e interpretações transcendentais. No programa moderno, foram transformadas em conflitos ideológicos entre as avaliações contraditórias das principais dimensões da experiência humana (principalmente a razão e a emoção, e seus respectivos lugares na vida humana e na sociedade). Houve novas afirmações sobre a necessidade de construir ativamente a sociedade e, então, o controle e a autonomia, a disciplina e a liberdade tornaram-se assuntos urgentes.

Talvez a ruptura mais crítica, tanto em termos políticos como ideológicos, tenha sido aquela que separou as visões universais das pluralistas – entre uma visão que aceitava a existência de valores e racionalidades diferentes e a visão que uniu diferentes valores e, acima de tudo, racionalidades de modo totalitário. Essa tensão surgiu principalmente em relação ao próprio conceito de razão e o seu lugar na constituição da sociedade humana. Ficou patente, como mostrou Stephen Toulmin de modo um tanto exagerado, na diferença entre as concepções mais pluralistas de Montaigne ou Erasmo em contraposição à visão totalizadora promulgada por Descartes.¹⁰ O movimento mais significativo para universalizar diferentes racionalidades frequentemente identificadas como a principal mensagem do Iluminismo foi o da soberania da razão, que incluiu racionalidade-valor (*Wertrationalität*), ou racionalidade substantiva, sob a racionalidade instrumental (*Zweckrationalität*), transformando-a em visão utópica, moralista e totalizadora.

Em meio a essas tensões, dentro do programa de modernidade surgiram contradições contínuas entre as premissas básicas de suas dimensões culturais e políticas e os principais acontecimentos institucionais. De grande relevância, tão intensamente enfatizada por Weber, foi a dimensão criativa inerente às visões, que levou à cristalização da modernidade e ao achatamento destas visões, e o “desencanto” do mundo, inerente à crescente rotinização e burocratização. Esse foi um conflito entre a visão demasiadamente

¹⁰ Stephen Toulmin, 1990.

abrangente, através da qual o mundo moderno tornou-se significativo, e a fragmentação desse significado por desprezo da perda do ímpeto no sentido do desenvolvimento autônomo em todas as arenas institucionais, econômica, política e cultural. Isso reflete a tensão tipicamente moderna entre a ênfase na autonomia humana e os controles restritivos, próprios da realização institucional da vida moderna, na formulação de Peter Wagner, entre a liberdade e o controle.¹¹

VI

No discurso político moderno, essas ênfases ficaram evidentes na disputa intratável entre a legitimidade de muitos interesses distintos dos interesses individuais e de grupo, de diferentes concepções da ordem moral e do bem comum, e nas ideologias totalitárias que simplesmente negavam a legitimidade de tais pluralidades. Uma das principais formas de ideologia totalitária enfatizava a primazia das coletividades vistas como entidades distintas e baseadas nos atributos comuns primordiais ou espirituais, principalmente uma coletividade nacional. A segunda tem sido a visão de Jacobin, cujas raízes históricas datam de fontes escatológicas medievais. Um aspecto vital no pensamento de Jacobin era a crença na primazia da política, e na política sendo capaz de reconstituir a sociedade, transformando-a por meio da mobilização de uma ação política participativa. Independente das diferenças entre estas ideologias coletivistas, elas compartilhavam uma suspeita profunda de discussões públicas abertas, de processos políticos e, principalmente, de instituições representativas. Como se poderia supor, compartilhavam fortes tendências autocráticas.

Essas várias ênfases no programa político da modernidade estavam intimamente relacionadas àquelas entre os diferentes modos

¹¹ Norbert Elias, 1983; 1978-1982; Michel Foucault, 1973, 1988, 1975 e 1965; Peter Wagner, 1994.

de legitimação dos regimes modernos, por um lado entre a legitimação processual em termos do cumprimento civil às regras do jogo, e por outro, os modos “substantivos” de legitimação, lançando mão, acima de tudo, da terminologia de Edward Shils, dos vários componentes primordiais, religiosos ou ideológico-seculares.¹² Contradições paralelas surgiram em torno da construção de identidades coletivas promulgadas por novos tipos de ativistas, os movimentos nacionais.

VII

De uma importância especial entre esses ativistas foram os movimentos sociais que, em geral, eram de protestos. Eles transformaram, no ambiente moderno, alguns dos principais aspectos heterodoxos das civilizações axiais, principalmente aquelas heterodoxias que buscavam trazer à tona, por ação política e pela reconstrução do centro, a concretização de certas visões utópicas. Os mais importantes entre os movimentos que surgiram durante o século XIX e nas primeiras seis décadas do século XX foram os movimentos liberal, socialista e comunista. Foram seguidos por dois outros, o fascista e o nacional-socialista, alicerçados em preconceitos nacionalistas. Esses movimentos tomam forma em âmbito internacional, mesmo onde suas bases ou raízes se situavam em países específicos. Os mais bem-sucedidos entre eles se cristalizaram em padrões ideológicos e institucionais distintos que muitas vezes eram identificados com determinado estado ou nação, como foi o caso da França revolucionária, e mais tarde, da Rússia Soviética, mas repercutiram muito além de suas fronteiras nacionais.¹³

¹² Edward Shils, 1975, pp. 111 a 126.

¹³ Sobre revoluções e modernidade, ver, por exemplo, “The French Revolution and the birth of modernity”, *Social Research* (1989-edição especial). Sobre o papel de grupos de intelectuais heterodoxos

As contestações entre esses movimentos e outros, como o religioso, o cooperativo, o sindicalista ou o anarquista, não foram simplesmente ideológicas. Todas ocorreram dentro dos limites específicos da arena política moderna e foram afetadas também pelo processo político moderno, especialmente a luta constante pelos limites da esfera política.

Os padrões de disputa entre esses atores sociais surgiram em todas as sociedades modernas em torno de pólos com raízes nas antinomias inerentes aos programas culturais e políticos específicos da modernidade. O primeiro foi a abrangência da homogeneização das principais coletividades modernas, influenciadas pelo nível em que as dimensões ou os componentes primordiais, civis e universalistas da identidade coletiva se mesclaram nessas diferentes sociedades. O segundo pólo refletia uma confrontação entre as orientações pluralistas e as universalistas.

Esses choques vieram à tona em todas as coletividades e estados modernos, primeiramente na Europa, mais tarde nas Américas e, com o tempo, no mundo. Foram de crucial importância na estruturação dos padrões variantes das sociedades modernas, primeiramente em nível territorial e de nações-estado, gerando, dentro delas, definições discrepantes das premissas da ordem política. Eles definiram a responsabilidade das relações de autoridade entre o estado e a sociedade civil, e estabeleceram padrões de identidade coletiva, estruturando a auto-percepção das sociedades individuais, principalmente como sociedade moderna.

À medida em que essas contestações vieram à tona na Europa, o padrão dominante de conflitos estava enraizado em tradições européias específicas, enfocadas com as lacunas entre as orientações utópicas e civis. Os princípios de hierarquia e igualdade competiam na construção da ordem política e de seus centros. Alguns viam o

em algumas das revoluções e períodos antecedentes, ver Augustin Cochin, 1924 e 1979; J. Baechler, "Preface" in A. Cochin, 1979, pp. 7 a 33; Francois Furet, 1982; Vladimir C. Nahirny, 1981.

estado e a sociedade civil como entidades separadas. A identidade coletiva, muitas vezes apoiada em termos utópicos, era definida de modo discrepante. A variedade dos eventos societários resultantes pode ser ilustrada por diferentes concepções de estado que se desenvolveram no continente e na Inglaterra. Houve forte “laicismo” da França ou, em um ramo diferente, nos países escandinavos luteranos, em contraposição aos acordos comuns, muito mais consociacionais e pluralistas, entre Holanda e Suíça, e em muito menor grau na Grã-Bretanha. A forte concepção aristocrática semifeudal de autoridade na Grã-Bretanha contrastava com as visões mais democráticas e até mesmo populistas dos outros países da Europa.¹⁴

Nas décadas de 20 e 30, marcadas de modo indelével por tensões e antinomias da modernidade, à medida em que se desenvolviam na Europa surgiram as primeiras modernidades distintas, ideológicas e “alternativas” – os tipos soviético-comunistas, discutidos nesta edição* por Joham Arnason, e o tipo fascista/nacional-socialista.¹⁵ Os movimentos socialista e comunista foram estabele-

¹⁴ Stephen R. Graubard, 1986; Stein Kuhnle, 1975; Bo Rothstein, 1996; D. Rustow, 1956, pp. 169 a 194; K. Thomas, 1978, pp. 41 a 98; E. P. Thompson, 1968; David Thomson, 1960; Pieter Geyl, 1958; Max Beloff, 1954; H. Daalder, “On building consociational nations: The case of the Netherlands and Switzerland”, *Internacional Social Science Journal* n° 23, pp. 355-370 (1971); Jean Francois Bergier, 1974; Gerhard Lehmbuch, 1972; V. Lorwin, “Segmented pluralism, ideological cleavage and political behavior in the smaller European democracies”, *Comparative Politics* n° 3, pp. 141-175 (1971); Jurg Steiner, 1974.

* O autor se refere à edição da revista *Daedalus* sobre o tema da modernidade. Ao longo do texto, serão encontradas novas referências a outros artigos publicados nesse mesmo número da revista, referido na primeira nota. [Nota do editor].

¹⁵ Johann P. Arnason, “The theory of modernity and the problematic of democracy”, *Thesis Eleven* n° 26, p. 20-46 (1990); Heinz Sunker e Hans-Uwe Otto 1997.

cidos integralmente dentro da estrutura do programa cultural da modernidade e, acima de tudo, dentro da estrutura do Iluminismo e das principais revoluções. A sua crítica ao programa da sociedade capitalista moderna girava em torno desse conceito de falta de finalização desses programas modernos. Em contrapartida, os movimentos nacionais e nacionalistas, especialmente a variedade fascista extrema ou nacional-socialista, visavam, acima de tudo, configurar novamente as fronteiras das coletividades modernas. Eles procuravam produzir a confrontação entre os componentes universalistas e mais particularistas, primordiais das identidades coletivas dos regimes modernos. A sua crítica da ordem moderna existente negava os componentes universalistas do programa cultural da modernidade, especialmente sua versão do Iluminismo. Mostravam uma preocupação menos missionária em transcender as fronteiras puramente nacionais. Ainda assim, de forma significativa, apesar de repudiarem os componentes universalistas do programa cultural e político da modernidade, procuravam de algum modo, transpor esses componentes para as suas próprias visões pluralistas, tentando apresentar suas visões em alguns termos semi-universalistas, em que a raça poderia ser uma delas.

Até a metade do século, o desenvolvimento contínuo das modernidades múltiplas na Europa testemunhou uma evolução contínua. Como observou Nilüfer Göle, uma das características mais importantes da modernidade é, simplesmente, a sua capacidade potencial para a constante auto-correção. Essa qualidade, já manifestada no século XIX, no encontro das sociedades modernas com os muitos problemas criados pelas revoluções industrial e democrática, não poderia, entretanto, ser aceita sem ser questionada. O desenvolvimento da modernidade trazia consigo possibilidades destrutivas que foram expressas, ironicamente, até certo ponto com frequência por alguns de seus críticos mais radicais, que viam a modernidade como uma força moralmente destrutiva, enfatizando os efeitos negativos de algumas de suas características básicas.

A cristalização da modernidade européia e sua posterior expansão não foi nem um pouco pacífica. Ao contrário das visões otimistas da modernidade como o progresso inevitável, as cristalizações das modernidades foram continuamente entremeadas por conflitos e confrontos internos enraizados nas contradições e tensões geradas pelo desenvolvimento do sistema capitalista e, na arena política, pelas crescentes demandas por democratização. Todos esses fatores foram negativamente intensificados por conflitos internacionais exacerbados pelo estado moderno e por sistemas imperialistas. Guerra e genocídio eram fenômenos pouco novos na história. Foram, no entanto, radicalmente transformados e intensificados, gerando especificamente modos modernos de barbárie. A idealização da violência, do terror e da guerra – primeiro e vividamente testemunhada na Revolução Francesa – tornou-se o mais importante dos componentes de cidadania, na verdade, o único, da continuidade dos estados modernos. A tendência para tais ideologias de violência se associou intimamente ao fato de o estado-nação se tornar o foco dos símbolos de identidade coletiva.¹⁶ O Holocausto, que ocorreu bem no centro da modernidade, foi a manifestação extrema e se tornou o símbolo do seu potencial negativo e destrutivo e da barbárie oculta em sua própria essência.

VIII

No discurso da modernidade surgiram vários temas, mas nenhum deles mais importante do que aquele que enfatizava o confronto contínuo entre os setores “mais tradicionais” da sociedade e os chamados centros modernos ou os setores que neles se desenvolveram. Dessa forma, criou-se também uma tensão inerente entre

¹⁶ Anthony Giddens e David Held 1982; Joseph A. Schumpeter, *Imperialism and social classes*, 1991; François Furet, 1989; H. Joas, “Die Modernität des Krieges”, *Leviathan* n° 24, p. 13-27 (1996).

a cultura da modernidade, o modelo “racional” moderno do Iluminismo, que surgiu como hegemônico em determinados períodos e locais, e outras vistas como representantes de tradições culturais mais “autênticas” de determinadas sociedades. Entre os defensores de ideologias de autenticidade tradicional, e dentro dos setores mais tradicionais de determinadas sociedades, desenvolveu-se também uma ambivalência duradoura em relação às culturas modernas e às suas premissas e símbolos supostamente universalistas e exclusivistas, e uma oscilação contínua entre o cosmopolitismo e o localismo. Esses temas surgiram primeiramente na própria Europa; prosseguiram, apesar de terem adotado uma linha diferente com a expansão da modernidade, para as Américas e, principalmente, para os países asiáticos e africanos.

IX

A primeira transformação radical das premissas da ordem cultural e política ocorreu com a expansão da modernidade nas Américas. Aí se manifestaram distintas modernidades que refletiam os novos padrões da vida institucional, com novas auto-concepções e novas formas de consciência coletiva. Dizer isso significa enfatizar que praticamente desde o início da expansão da modernidade surgiram as modernidades múltiplas, todas dentro do que pode ser definido como a estrutura da civilização ocidental. É importante salientar que tais modernidades, apesar de ocidentais e significativamente diferentes daquelas encontradas na Europa, não surgiram primeiramente na Ásia – Japão, China ou Índia – ou nas sociedades muçulmanas, às quais se poderia atribuir a existência de tradições não-européias, mas antes inseridas na estrutura geral das civilizações ocidentais. Refletiram a transformação radical das premissas européias.

A cristalização de padrões distintos da modernidade nas Américas ocorreu, como mostra o ensaio de Jürgen Heideking, através do

discurso confrontante com a Europa – principalmente a Inglaterra e a França. Embora não fosse comum expressar esses argumentos em termos de interpretações divergentes da modernidade, de fato enfocavam as vantagens e desvantagens dos padrões institucionais que surgiram nos Estados Unidos, e claramente diferentes dos que ocorreram na Europa. Além disso, nesse discurso os principais temas ligados à dimensão internacional da modernidade eram articulados de modo claro. Esses confrontos tornaram-se característicos do incessante discurso sobre a modernidade na medida em que ela se expandia pelo mundo. Embora o mesmo também tenha ocorrido na América Latina, houve diferenças fundamentais entre as Américas, principalmente entre os Estados Unidos e a América Latina. Na América Latina, os pontos de referência “externos” – mesmo que freqüentemente ambivalentes – permaneceram cruciais, como esclarece o ensaio de Renato Ortiz encontrado neste volume. A importância duradoura desses pontos de referência, sobretudo na Europa – Espanha, França e Inglaterra – e posteriormente nos Estados Unidos foram críticos para a auto-concepção das sociedades latino-americanas. Essas considerações tornaram-se aos poucos menos importantes nos Estados Unidos, que enxergavam a si mesmos cada vez mais como o centro da modernidade.

X

A variabilidade das modernidades foi alcançada, acima de tudo, por meio do imperialismo e colonialismo militar e econômico, levados a efeito pela superioridade econômica, militar e das tecnologias de comunicação. Em primeiro lugar, a modernidade se deslocou além do Ocidente para diferentes sociedades asiáticas – Japão, Índia, Burma, Sri Lanka, China, Vietnã, Laos, Camboja, Malásia e Indonésia –, para os países do Oriente Médio e chegou, finalmente à África. Por volta do final do século XX, a primeira onda verdadeira de globalização conglomerava praticamente o mundo todo.

Em todas essas sociedades, foi adotado o modelo básico de estado territorial e, posteriormente, o de estado-nação, bem como as premissas e símbolos básicos da modernidade ocidental. O mesmo ocorreu com as instituições modernas ocidentais – as representativas, jurídicas e administrativas. Simultaneamente, porém, o encontro da modernidade com as sociedades não-ocidentais trouxe à tona transformações muito mais abrangentes nas premissas, símbolos e instituições da modernidade e, como conseqüência, o surgimento de novos problemas.

A atração de muitos temas e formas institucionais da modernidade para muitos grupos nessas sociedades ocorria, em primeiro lugar, pelo fato de que esse era o padrão europeu (e, posteriormente, o ocidental), criado e disseminado mundialmente pela expansão econômica, tecnológica e militar ocidental que minaram os fundamentos das premissas culturais e institucionais dessas antigas sociedades. A apropriação desses temas e instituições permitiu a participação ativa de sociedades não-européias, principalmente das elites intelectuais, na tradição universal moderna (embora inicialmente ocidental), enquanto rejeitava seletivamente muitos de seus aspectos, principalmente aqueles que aceitavam passivamente a hegemonia das formulações ocidentais do programa cultural da modernidade. A apropriação de temas da modernidade possibilitou que esses grupos incorporassem alguns dos elementos universalistas ocidentais da modernidade na construção de suas novas identidades coletivas, sem necessariamente abrir mão dos componentes específicos de suas identidades tradicionais, freqüentemente expressos, como os temas da modernidade ocidental, em termos predominantemente religiosos.

Também não foram eliminadas as suas atitudes negativas ou, no mínimo, ambivalentes em relação ao Ocidente. Os temas de protesto, de criação de instituições e de redefinição do centro e da periferia, todos característicos da modernidade, serviram para estimular e acelerar a transposição de ambientes do projeto moderno para um cenário não-europeu e não-ocidental. Ainda que inicialmente expressos

em termos ocidentais, muitos desses temas encontraram ressonância nas tradições políticas de muitas dessas sociedades.¹⁷

XI

A apropriação, pelas sociedades ocidentais, de temas específicos e de padrões institucionais das sociedades da moderna civilização ocidental original trouxe como consequência a seleção contínua, a re-interpretação e a formulação dessas idéias importadas. Surgiram, então, constantes inovações, com o desenvolvimento de novos programas culturais e políticos apresentando ideologias e padrões institucionais inovadores. Os programas culturais e institucionais que ocorreram nessas sociedades se caracterizavam principalmente por uma tensão entre a sua concepção sobre si mesmas como parte do mundo moderno e as atitudes ambivalentes com relação à modernidade em geral e ao Ocidente em particular.

Em todas essas sociedades ocorreram transformações de amplas consequências. Essas transformações, moldadas em cada sociedade pelo impacto combinado de suas respectivas tradições históricas e das diferentes formas pelas quais elas foram incorporadas no novo sistema moderno mundial, são interpretadas de modo admirável no ensaio de Sudipta Kaviraj. Ele analisa o impacto das tradições políticas indianas e da experiência imperial colonial na configuração das características distintivas da modernidade na forma que ficou cristalizada na Índia. As análises semelhantes da China e do Vietnã revelaram os modelos específicos que permitiram que as noções universalistas revolucionárias “alternativas” do programa moderno da modernidade se afastassem de seus contextos civilizacionais. O caso do Japão é diferente. Lá, a união do estado com a sociedade civil, a fragilidade de orientações utópicas, a ausência de confrontos basea-

¹⁷ S.N. Eisenstadt, “The axial age: The emergence of transcendental visions and the rise of clerics”, in Eisenstadt, 1986.

dos em princípios com o estado, entre os principais movimentos de protesto, além do significado relativo dos componentes universais e particulares, contribuíram para a criação de uma identidade coletiva moderna diferente de todas as demais sociedades.¹⁸

XII

As múltiplas e divergentes representações da era “clássica” da modernidade foram cristalizadas, durante o século XIX e, acima de tudo, nas primeiras seis ou sete décadas do século XX, em estados-nação, em estados territoriais revolucionários e em movimentos sociais na Europa, nas Américas e, após a Segunda Guerra Mundial, na Ásia. Os contornos institucionais, simbólicos e ideológicos dos estados nacionais e revolucionários modernos, que eram tidos como a epítome da modernidade, sofreram mudanças dramáticas com a recente intensificação das forças da globalização. Essas tendências, presentes principalmente na crescente autonomia do mundo financeiro e dos fluxos comerciais, intensificaram as migrações internacionais e o surgimento simultâneo, em escala internacional, de problemas sociais, como a disseminação de doenças, a prostituição, o crime organizado e a violência juvenil. Todos esses aspectos têm colaborado para reduzir o controle do estado-nação sobre os seus próprios assuntos econômicos e políticos, apesar dos esforços contínuos para fortalecer as seculares políticas tecnocráticas e racionais em várias arenas. Os estados-nação também têm perdido parte de seu monopólio da violência local e internacional, que era apenas um monopólio parcial, para grupos locais ou internacionais de separatistas ou terroristas. Os processos de globalização também estão presentes na arena cultural, com a expansão hegemônica, principalmente através de canais de mídia em muitos países, de

¹⁸ S. N. Eisenstadt, 1996.

programas culturais e visões ocidentais (sobretudo norte-americanas) aparentemente uniformes.¹⁹

A centralidade ideológica e simbólica do estado-nação, a sua posição como o local carismático dos principais componentes do programa cultural da modernidade e da identidade coletiva, tem se enfraquecido; estão sendo desenvolvidas novas visões políticas, sociais e civilizacionais, e novas visões da identidade coletiva. Essas visões e identidades inovadoras foram proclamadas por uma série de novos movimentos sociais, todos diferentes entre si, que têm, entretanto, desafiado as premissas da nação clássica moderna e os seus programas de modernidade, que até então ocupavam o centro intocável do pensamento político e cultural.

Os primeiros desses movimentos que surgiram na maioria dos países ocidentais – o movimento feminista e o movimento ecológico – estavam intimamente ligados ou fundamentados nos movimentos estudantis e de protesto contra a guerra do Vietnã do final dos anos 60 e início dos anos 70. Eram indicadores de uma mudança mais geral em muitos países “capitalistas” e comunistas: uma mudança que se distanciava dos movimentos voltados ao estado e se aproximava dos movimentos com escopo e agenda mais locais. Em vez de se concentrar na reconstituição dos estados-nação, ou na solução de conflitos macroeconômicos, essas novas forças, frequentemente autodenominadas “pós-modernas” e multiculturais, promulgaram políticas culturais ou identidades políticas frequentemente expressas como multiculturalismo e voltadas à construção de novos espaços sociais, políticos e culturais autônomos.²⁰

¹⁹ Jonathan Friedman, 1994; Ulf Hannerz, 1992; George E. Marcus, 1993; “The road to 2050: A survey of the new geopolitics”, *The Economist* (July, 31st, 1999); J. Smolicz, “Nation-States and globalization from a multicultural perspectives: Signposts from Australia”, *Nationalism and Ethnic Politics* n° 4, pp. 1-18, (abril 1998).

²⁰ G. E. Marcus, op. cit..

Os movimentos fundamentalistas surgiram um pouco mais tarde dentro das comunidades islâmicas, judaicas e cristãs protestantes, conseguiram ocupar a posição central em muitas sociedades nacionais e, de tempos em tempos, no cenário internacional. Os movimentos religiosos comunais surgiram de modo semelhante dentro das culturas hinduísta e budista, compartilhando, em geral, temas claramente anti-modernos ou anti-ocidentais.²¹

Um terceiro tipo de movimento novo que ganhou força, principalmente nas duas últimas décadas do século XX, foi o movimento étnico-particularista. Observado, inicialmente, nas antigas repúblicas da União Soviética, surgiu também de modo aterrorizante na África e em partes dos Bálcãs, principalmente na ex-Iugoslávia.

Todos esses movimentos surgiram simultaneamente com as transformações sociais do tipo mais importante e, na verdade, até as aceleraram, servindo para consolidar as novas conjunturas e estruturas sociais. É possível testemunhar duas dessas transformações mais importantes nas novas diásporas, principalmente de islâmicos, chineses e indianos, algumas delas analisadas nesta edição por Stanley J. Tambiah. E após a queda do império soviético, surgiram minorias russas como forças de expressão em muitos estados sucessores da União Soviética e nos antigos países comunistas do leste europeu.

Dentro desse e de muitos outros cenários emergiram novos tipos de identidade coletiva que transcenderam os modelos de estado-nação e estado revolucionário, além de não estarem mais voltados para esses modelos. Muitas dessas identidades, até então “amenas” – ética, local, regional e transnacional –, se deslocaram, embora de forma altamente reconstruída, para os centros de sua respectiva sociedade e, freqüentemente, também para a arena internacional. Contestavam a hegemonia dos antigos programas de homogeneização,

²¹ S. N. Eisenstadt, “Fundamentalism, sectarianism and revolutions” in Martin E. Marty e R. Scott Appleby, 1993; Martin E. Marty e R. Scott Appleby, 1991, 1995, 1993 e 1994.

reivindicando um espaço autônomo próprio nas arenas institucionais centrais: nos programas educacionais, nas comunicações públicas e nos canais de mídia. E têm gozado de crescente sucesso na postulação de alegações abrangentes para a redefinição da cidadania e dos direitos e titulações a eles relacionados.

Nesses cenários, as preocupações e os interesses locais normalmente surgem com novas formas, transcendendo o modelo clássico do estado-nação e formando, de maneira seletiva, alianças com organizações transnacionais tais como a União Européia e com abrangentes estruturas religiosas enraizadas em importantes religiões, como o islamismo, o hinduísmo e o budismo, ou nas ramificações protestantes do cristianismo. Simultaneamente, podemos notar uma decomposição contínua na imagem relativamente compacta apresentada pelos sistemas de crenças relativas aos estilos de vida que definem o “homem civilizado” – todas associadas à emergência e disseminação do programa original da modernidade.²² Não há qualquer dúvida de que mudanças duradouras e significativas estão ocorrendo na posição e na influência relativas de diferentes centros da modernidade – alternando entre o Ocidente e o Oriente. Isso produz uma divergência ainda mais acirrada entre esses centros acerca do seu grau de influência em um mundo globalizado.²³

XIII

Todos esses acontecimentos comprovam a decomposição das principais características estruturais e o enfraquecimento da hege-

²² Dale F. Eickekman 1993; Dale F. Eickekman, 1983, pp. 13 a 30; Dale F. Eickekman e James Piscatori 1996; R. Hefner, “Multiple modernities Christianity, Islam, and Hinduism in a globalizing age”, *Annual Review of Anthropology* n° 27, pp. 83-104 (1998).

²³ Edward Tuyakian, “Three meta cultures of modernity: Christian, Gnostic, Chthonic”, *Theory, Culture and Society* n° 13, pp. 99-118, (janeiro 1996).

monia ideológica dos estados-nação outrora poderosos. Mas será que sinalizam o “fim da história” e o fim do programa moderno, claramente ilustrados no desenvolvimento das chamadas pós-modernidades e, principalmente, no distanciamento da modernidade dos movimentos religiosos fundamentalistas e comunais, que freqüentemente se julgam *diametralmente* opostos ao programa moderno?

Um exame mais detalhado desses movimentos mostra uma situação muito mais complexa. Em primeiro lugar, vários dos movimentos fundamentalistas extremos deixam transparecer características distintas do jacobinismo moderno, mesmo quando combinados com ideologias anti-ocidentais de anti-Iluminismo muito forte. Na realidade, as visões distintas dos movimentos fundamentalistas têm sido formuladas em termos familiares ao discurso da modernidade e procurado se apropriar da modernidade em seus próprios termos. Ao mesmo tempo em que fundamentalistas extremos promulgam elaborados temas aparentemente anti-modernos (ou melhor, de anti-Iluminismo), basicamente constituem os movimentos revolucionários jacobinos modernos, compartilhando, paradoxalmente, muitas características (por vezes, como uma imagem de espelho) com os movimentos comunistas de uma era anterior.²⁴ Compartilham com os movimentos comunistas a promulgação das visões totalitárias que implicam a transformação tanto do homem como da sociedade. Alguns alegam estar preocupados com a “limpeza” dos dois. O que buscam é a reconstrução total da personalidade, das identidades individuais e coletivas, por meio da ação humana consciente, principalmente a ação política e a construção de novas identidades pessoais e coletivas que implicam a submersão total do indivíduo na comunidade. Como nos movimentos comunistas, procuram definir uma nova ordem social enraizada em premissas ideológicas revolucionárias e universalistas que, em princípio, transcendem a todas as unidades primordiais, nacionais

²⁴ S. N. Eisenstadt, 1993.

ou éticas. No caso dos antigos regimes comunistas, as metas proclamadas eram a produção de coletividades de “trabalhadores” e de “intelectuais” que englobariam toda a humanidade; no caso dos regimes fundamentalistas islâmicos, o domínio do Islã, como o novo conceito de *ummah*, transcende a qualquer local específico, com fronteiras amplas e em constante mudança e, ainda assim, ideologicamente fechadas. Tanto o movimento comunista como o fundamentalista – principalmente, mas não exclusivamente, os muçulmanos – são transnacionais, ativados por redes intensivas e em constante reconstrução que facilitam a expansão das visões sociais e culturais por esses grupos. São, ao mesmo tempo, constantemente confrontados com visões de competição. Em todos esses casos, tanto os seus movimentos como os seus programas constituem uma parte e uma parcela da agenda política moderna.

Há, naturalmente, diferenças radicais nas respectivas visões dos dois tipos de movimentos e regimes jacobinos (o comunista e o fundamentalista), acima de tudo na sua atitude em relação à modernidade e na sua crítica. Na sua análise das antinomias básicas da modernidade, e na sua interpretação e rejeição de diferentes componentes do programa cultural e político da modernidade clássica, os fundamentalistas muçulmanos compartilham, conforme apresentado no ensaio de Nilüfer Göle, uma preocupação com a modernidade. É a sua principal fonte de referência.²⁵

XIV

As tentativas de se apropriar da modernidade e interpretá-la nos seus próprios termos não estão, entretanto, confinadas aos movimentos fundamentalistas. Constituem parte de um conjunto de processos muito mais abrangentes que ocorreram em todo o mundo, como mostra o ensaio de Dale Eickelman, em relação às socie-

²⁵ Nilüfer Göle, 1996.

dade muçulmanas. Dando continuidade às contestações entre os antigos movimentos religiosos reformista e tradicional que surgiram nessas comunidades, as tensões inerentes ao novo programa moderno, especialmente os valores pluralísticos e universais, são abordados em novos termos. Entre as atitudes utópicas e as mais abertas e pragmáticas, entre as identidades multifacetadas e fechadas, todas implicam uma mudança importante e mesmo radical no discurso sobre a confrontação com a modernidade, na reestruturação da relação entre as civilizações, religiões e sociedades ocidentais e as não-ocidentais.²⁶

É possível identificar paralelos importantes entre esses vários movimentos religiosos, incluindo o fundamentalismo, com seus opostos aparentemente extremos – os vários movimentos pós-modernistas com os quais freqüentemente se envolvem em contestações e discussões sobre a hegemonia entre os diferentes setores da sociedade. Dessa forma, dentro de muitos desses movimentos “pós-modernos” ou “multiculturais” desenvolveram-se orientações altamente totalitárias patentes, por exemplo, em diferentes programas de correção política. De modo irônico, devido a sua grande variedade, a sua dinâmica interna mais pluralística e a sua posição pragmática temos visto certos temas “pós-modernos” surgirem dentro dos movimentos fundamentalistas. Além desse paradoxo, esses movimentos compartilham uma preocupação abrangente sobre a relação entre as identidades que promulgam e os temas universalistas promulgados por outros programas hegemônicos da modernidade, sobretudo a relação entre as suas identidades significativamente autênticas e a suposta ocidental, especialmente a hegemonia cultural norte-americana no cenário contemporâneo. Significativamente, o medo de erosão das culturas locais proveniente do impacto da globalização levou esses movimentos a olhar com desconfiança os centros emergentes do mundo em processo de

²⁶ D. F. Eickekman 1993.

globalização, dando margem a uma contínua oscilação entre as tendências cosmopolitanistas e as diversas “particularistas”.²⁷

XV

A predominância contínua das tensões entre os programas pluralista e universalista, entre as identidades multifacetadas e as fechadas, e a contínua ambivalência dos novos centros da modernidade em relação aos principais centros tradicionais da hegemonia cultural demonstram o fato de que, embora transcendam o modelo de estado-nação, esses novos movimentos não solucionaram os problemas básicos da modernidade. São profundamente reflexivos, cientes de que nenhuma resposta para as tensões inerentes à modernidade pode ser a final – mesmo que cada um, a seu modo, procure apresentar respostas finais e incontestáveis para os dilemas indomáveis da modernidade; reconstituíram o problema da modernidade dentro de novos contextos históricos, novas formas; têm como objetivo um alcance mundial e a difusão por várias formas de mídia; são politizados, formulam suas contestações em termos altamente políticos e ideológicos. Os problemas que enfrentam, reconstruindo continuamente suas identidades coletivas em referência ao novo contexto global, são desafios com proporções sem precedentes. A própria pluralização dos espaços da vida na estrutura global confere a eles idéias absolutistas altamente ideológicas e, ao mesmo tempo, conduzindo-as à arena política central. O seu debate pode ser adequadamente descrito em termos “civilizacionais”, esses mesmos termos, porém – na verdade, o próprio termo “civilização” conforme utilizado nesse discurso –, já foram adotados na nova linguagem da modernidade, utilizando termos totalís-

²⁷ J. Friedman, 1994; U. Hannerz, 1992, “The road to 2050”, op. cit.; J. Smolicz, “Nation-states and globalization from a multicultural perspective”, op. cit.

ticos, essencialísticos e absolutistas. Quando esses choques dentro dos debates culturais se cruzam com as lutas políticas, militares ou econômicas, elas podem facilmente se tornar violentas.

As reconstruções das várias visões culturais e políticas através do espectro das identidades coletivas no cenário contemporâneo levam a uma mudança na confrontação entre as civilizações ocidentais e não-ocidentais, entre as religiões e as sociedades e, também, na relação dessas confrontações com o programa cultural ocidental da modernidade. Em contrapartida à aceitação aparente ou altamente ambivalente das premissas da modernidade e de sua re-interpretação contínua, característica dos antigos movimentos religiosos reformistas e nacionais, a maioria dos movimentos religiosos contemporâneos, incluindo-se aí os movimentos religiosos fundamentalistas e os mais comunais, parecem adotar, com uma intensa negação seletiva pelo menos algumas dessas premissas. Demonstram uma atitude marcadamente de confronto em relação ao Ocidente, mais especificamente com tudo o que é concebido como ocidental, buscando se apropriar da modernidade e do sistema global nos seus próprios termos, freqüentemente anti-ocidentais. A confrontação com o Ocidente não se materializa no desejo de se incorporar à nova civilização hegemônica, mas na apropriação do novo cenário global internacional e da modernidade para si, celebrando as suas tradições e suas “civilizações”. Esses movimentos tentaram desassociar a ocidentalização da modernização negando o monopólio ocidental da modernidade e rejeitando o programa cultural ocidental como a síntese da modernidade. Significativamente, muitos desses mesmos temas também são adotados, embora em diversas linguagens, por muitos movimentos “pós-modernos.”

XVI

A análise anterior não implica que a experiência histórica e as tradições culturais dessas sociedades não sejam importantes para o

desdobramento da sua dinâmica moderna. O significado de suas antigas tradições é patente, não somente no fato de que, entre as sociedades modernas e contemporâneas, os movimentos fundamentalistas se desenvolvem acima de tudo nas sociedades que se moldaram na ‘*ecumene*’ da religião monoteísta – as civilizações islâmica, judaica e cristã. Dentro desse contexto, o sistema político tem sido visto como a principal arena para a implementação de visões utópicas transcendentais. Em contraposição, a reconstrução ideológica do centro político segundo um modelo jacobino tem apresentado uma intensidade muito menor nas civilizações dotadas de outras orientações “mundanas” – principalmente na Índia e, até certo ponto, nos países budistas. Nesses locais, a ordem política não é percebida como um espaço para a implementação de uma visão transcendental.²⁸

É natural observar que as distintas variedades da democracia moderna na Índia e no Japão, por exemplo, podem ser atribuídas ao encontro entre a modernidade ocidental e as tradições culturais e experiências históricas dessas sociedades. Isso, sem dúvida, também se aplica a diferentes regimes comunistas. O que não se compreende tão bem é que o mesmo ocorreu nos estágios iniciais da modernidade – a modernidade inicial européia – profundamente enraizada nas premissas específicas e na experiência histórica da civilização da Europa.²⁹ No entanto, como no caso da Europa, todas essas influências “históricas” ou “civilizacionais” não perpetuaram exclusivamente um padrão de vida institucional.

Esse fato também não está ocorrendo no cenário contemporâneo, como se nada além de uma continuação dos respectivos passados e padrões históricos estivesse se perpetuando. Em lugar disso, essas experiências específicas influenciam a emergência contínua de novos movimentos e redes entre os diferentes atores – juízes, especialistas, parlamentares entre outros – passando por qual-

²⁸ S. N. Eisenstadt, 1993.

²⁹ S. N. Eisenstadt, 1987.

quer sociedade ou civilização individual e mantendo um fluxo entre elas. A dinâmica política de todas essas sociedades está intimamente interligada com as realidades geopolíticas, influenciadas pela história e moldadas, na sua maior parte, pelos processos e confrontações modernos. Impossibilitam qualquer esforço para a construção de entidades “fechadas”.³⁰

Conseqüentemente, os processos de globalização no cenário contemporâneo não implicam nem o “fim da história”, no sentido de término das confrontações ideológicas nem um “choque de civilizações”, levando a uma confrontação secular do Ocidente com as sociedades que parecem se excluir do programa da modernidade ou negá-lo. Não constituem nem ao menos um retorno aos problemas das civilizações axiais pré-modernas, como se algo assim fosse possível. Em vez disso, as tendências para a globalização evidenciam claramente a re-interpretação contínua do programa cultural da modernidade; a construção de modernidades múltiplas; as tentativas de vários grupos e movimentos para adequar e definir novamente o discurso da modernidade em seus próprios termos originais. Ao mesmo tempo, trazem à tona um re-posicionamento das principais arenas de contestação nas quais são moldadas novas formas de modernidade, distanciando-se do espaço tradicional ocupado pelo estado-nação e se direcionando para novas arenas nas quais diferentes movimentos e sociedades interagem continuamente.

As modernidades múltiplas não só continuam a emergir – atualmente ultrapassando o âmbito do estado-nação –, mas dentro de todas as sociedades novos questionamentos e novas interpretações de dimensões diferentes da modernidade estão surgindo. A tendência inegável presenciada no final do século XX é a crescente diversificação do entendimento da modernidade, das agendas culturais básicas das diferentes sociedades modernas – muito além das visões homogêneas e hegemônicas da modernidade que prevalece-

³⁰ “The road to 2050: A survey of the new geopolitics”, op. cit.

ram na década de 50. Além disso, em todas as sociedades, essas tentativas de interpretar a modernidade estão em constante mudança sob o impacto das forças históricas de mudança, dando margem a novos movimentos que virão a seu tempo, para dar uma outra e nova interpretação ao significado da modernidade.

Embora o ponto inicial comum tenha sido o programa cultural da modernidade, conforme surgiu no Ocidente, os acontecimentos mais recentes testemunharam uma multiplicidade de formações culturais e sociais que transcenderam os próprios aspectos homogeneizadores da versão original. Todos esses acontecimentos realmente comprovam o desenvolvimento contínuo de modernidades múltiplas ou de múltiplas interpretações da modernidade – e, acima de tudo, as tentativas de “des-ocidentalização”, destituindo o Ocidente do seu monopólio da modernidade.

XVII

Essas considerações muito se aproximam dos problemas levantados no início deste ensaio e que constituem o foco central dos ensaios reunidos nesta edição da *Daedalus*. Todos eles se contrapõem, a partir das várias perspectivas e através de um grande número de casos, em relação às características básicas da modernidade. Ao mesmo tempo, os estudos ora apresentados comprovam a crescente gama de possibilidades nas interpretações ideológicas, nas construções do significado da modernidade, nos padrões institucionais da vida política e social. Tudo isso deixa claro, como mostra Nilüfer Göle, que uma das características mais importantes da modernidade é, simples mas profundamente, o seu potencial de auto-correção e sua habilidade de confrontar problemas jamais imaginados no seu programa original. Atualmente, os problemas novos mais importantes são provavelmente aqueles relacionados ao ambiente, às distinções de sexo e às novas contestações políticas e internacionais discutidas anteriormente. Com o objetivo de lidar

com esses problemas, as diferentes sociedades contemporâneas podem se aproximar das formas mais variadas, conforme observa Tu Weiming, em seus recursos culturais e nas respectivas tradições civilizacionais.

Ao mesmo tempo, esses processos – principalmente a tendência para a auto-correção, característica da modernidade – tornam ainda mais urgente a grande dificuldade de responder à pergunta sobre os limites da modernidade. Isso não quer dizer que não existam limites, mas o simples ato de propor essa questão a insere, automaticamente, no discurso da modernidade.

Elucidar e descrever o caráter essencialmente moderno dos novos movimentos e identidades coletivas, traçar cursos que possam ir além do modelo clássico do estado territorial, nacional ou revolucionário, não nos leva, necessariamente, a adotar uma visão otimista. Pelo contrário, as ramificações estão presentes de tal forma que evidenciam a fragilidade e a mutabilidade das diferentes modernidades, bem como as forças destrutivas inerentes em alguns dos programas modernos, mais claramente na ideologização da violência, do terror e da guerra. Essas forças destrutivas – os “traumas” da modernidade que puseram em xeque suas principais promessas – surgiram nitidamente depois da Primeira Guerra Mundial e se tornaram ainda mais patentes na Segunda Guerra Mundial e no Holocausto, e foram geralmente ignoradas ou desprezadas no discurso da modernidade das décadas de 50, 60 e 70. Ultimamente ressurgiram de forma assustadora no novo conflito “étnico” em partes dos Bálcãs (principalmente na ex-Iugoslávia), em muitas partes das antigas repúblicas da União Soviética, no Sri Lanka, e de uma forma cruel em países africanos como Ruanda e Burundi. Não se trata de súbitas manifestações de forças “tradicionais”, mas antes o resultado do diálogo constante entre as forças de reconstrução e as aparentemente “tradicionais”. Dessa forma, os movimentos fundamentalistas e religiosos comunais se desenvolveram dentro da estrutura da modernidade e não podem ser integralmente compreendidos, a não ser quando nela inseridos. Assim sendo, a modernidade é, na

verdade, parafraseando Leszek Kolakowski na sua expressão oportuna e feliz, “um julgamento infundável”.³¹

Bibliografia

- ACKERMAN, B. A. *We the people*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1991.
- BELOFF, M. *The age of Absolutism: 1660 – 1815*, Hutchinson & Co., London 1954.
- BERGIER, J. F. *Naissance et croissance de la Suisse industrielle*, Francke Verlag, Bern 1974.
- COCHIN, A. *La Revolution et la Libre Pensée*, Plon-Nourrit, Paris 1924.
- _____. *L'esprit du Jacobinisme*, Universitaires de France, Paris 1979.
- EICKEKMAN, D. F. “Changing interpretations of Islamic movements”, in Willian R. Roff (ed.), *Islam and the political economy of meaning*, Croom Helan, London 1983.
- _____. (ed.) *Russia's Muslim frontiers: New directions in cross-cultural analysis*, Indiana University Press, Bloomington 1993.
- EICKEKMAN, D. F e PISCATORI, J. (eds.) *Muslim politics*, Princeton University Press, Princeton 1996.
- EISENSTADT, S. N. *European civilization in a comparative perspective*, Norwegian University Press, Oslo 1987.
- _____. *Japanese civilization: A comparative view*, University of Chicago Press, Chicago 1996.
- _____. “Fundamentalism, sectarianism and revolutions”, in Martin E. Marty e R. Scott Appleby (eds.), *Fundamentalism and society: reclaiming the sciences, the family and education*, University of Chicago Press, Chicago 1993.

³¹ Leszek Kolakowski, 1990.

- _____. *Revolutions and the transformation of societies*, Free Press, New York, 1978.
- EISENSTADT, S. N. (ed.) *The origins and diversity of axial-age civilizations*, Suny Press, Albany, N.Y 1986.
- ELIAS, N. *The court society*, B. Blackwell, Oxford 1983.
- _____. *The civilizing process*, Urizen Books, New York 1978-1982.
- FAUBION, J. D. *Modern Greek lessons: a primer in historical Constructivism*, Princeton University Press, Princeton, 1993.
- FRIEDMAN, J. *Cultural identity and global process*, Sage Publications, London 1994.
- FOUCAULT, M. *Technologies of the Self: a seminar with Michel Foucault*, University of Massachusetts Press, Amherst, Mass. 1988.
- _____. *The birth of the clinic: An Archaeology of medical perception*, Vintage Books, New York 1973.
- _____. *Surveiller et punir: Naissance de la prison*, Gallimard, Paris 1975.
- _____. *Madness and civilization: A history of insanity in the age of reason*, Pantheon Books, New York 1965.
- FURET, F. *Rethinking the French Revolution*, in François Furet e Mona Ozouf (eds.), *A critical dictionary of the French Revolution*, Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass. 1989.
- _____. *Rethinking the French Revolution*, University of Chicago Press, Chicago 1982.
- FUKUYAMA, F. *The end of History and the last man*, Free Press, New York 1992.
- GIDDENS, A. e HELD, D. (eds.), *Classes, power, and conflict: Classical and contemporary debates*, University of California Press, Berkeley 1982.
- GEYL, P. *The revolt of the Netherlands*, Barnes and Noble, New York 1958.

- GÓLE, N. *The forbidden modern: civilization and Veiling*, University of Michigan Press, Ann Arbor 1996.
- GRAUBARD, S. R. (ed.). *Norden – The passion of equality*, Norwegian University Press, Oslo 1986.
- HANNERZ, U. *Cultural complexity*, Columbia University Press, New York 1992.
- HUNTINGTON, S. P. *The clash of civilizations and the remaking of world order*, Simon & Schuster, New York 1996.
- INKELES, A. e SMITH, D. H. *Becoming modern: Individual change in six developing countries*, Harvard University Press, Cambridge, Mass. 1974.
- KAMENDA, E. (ed.). *The portable Karl Marx*, Viking Press, New York 1983.
- KOLAKOWSKI, L. *Modernity on endless trial*, University of Chicago Press, Chicago 1990.
- KUHNLE, S. *Patterns of social and political mobilizations: A historical analysis of the Nordic countries*, Sage Productions, Beverly Hills 1975.
- LEHMBRUCH, G. *Proporzdemokratic: Politisches system und politische kultur in der Schweiz und in Osterreich*, Mohr, Tubinger 1972.
- LERNER, D. *The passing of traditional society: Modernizing the Middle East*, Free Press, Glengoe, III. 1958;
- MARCUS, G. E. (ed.), *Perilous States: Conversations on culture, politics, and nation*, University of Chicago Press, Chicago 1993.
- MARTY, M. E. e APPLEBY, R. S. (eds.), *Fundamentalisms observed*, University of Chicago Press, Chicago 1991.
- _____ (eds.) *Fundamentalisms and the State: remaking polities, economies, and militance*, University of Chicago Press, Chicago 1993.
- _____ (eds.) *Accounting for Fundamentalisms: The dynamic character of movements*, University of Chicago Press, Chicago 1994.

- _____. *Fundamentalisms comprehended*, University of Chicago Press, Chicago 1995.
- NAHIRNY, V. C. *The Russian intelligentsia: from torment to silence*, Transaction Books, New Brunswick, N. J. 1981.
- ROTHSTEIN, B. *The social democratic state: The Swedish model and the bureaucratic problem of social reforms*, University of Pittsburgh Press, Pittsburgh 1996.
- RUNCIMAN W.G. (ed.) *Max Weber: Selections in translation*, Cambridge University Press, Cambridge 1978.
- RUSTOW, D. "Scandinavia", in Sigmund Neumann (ed.), *Modern political parties*, University of Chicago Press, Chicago 1956.
- SELIGMAN, A. B. "The comparative studies of utopias", "Christian utopias and Christian salvation. A general introduction" e "The Eucharist sacrifice and the changing utopian moment in post reformation christianity", in Adam B. Seligman (ed.), *Order and transcendence*, Leiden: E. J. Brill 1989.
- SHILS E. "Primordial, personal, sacred and civil ties", in Edward Shils (ed.), *Center and periphery: Essays in macrosociology*, University of Chicago Press, Chicago 1975.
- SCHUMPETER, J. A. *Imperialism and social classes*, Orion Editions, Philadelphia 1991.
- STEINER, J. *Amicable agreement versus majority rule: Conflict resolution in Switzerland*, University of North Carolina Press, Chapel Hill 1974.
- SUNKER, H. e OTTO, H.-U. (eds.), *Education and fascism: political identity and social education in nazi Germany*, The Falmer Press, London, 1997.
- THOMAS, K. "The United Kingdom", in Raymond Grew (ed.), *Crises of political development in Europe and the United States* Princeton University Press, Princeton, N. J. 1978.
- THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*, ed. rev., Penguin, Harmondsworth, 1968.
- THOMSON, E., *The democratic ideal in France and England teenth century*, Pelican Books, London 1960.

- TOULMIN, S., *Cosmopolis*, Free Press, New York 1990.
- VOEGELIN, E. "Enlightenment and revolution", in John H. Hallowell (ed.), Duke University Press, Durham, N. C. 1975.
- WAGNER, P. *A Sociology of modernity, liberty and discipline*, Routledge, London 1994.
- WEBER, M. *Die Protestantische Ethik: Kritiken und Antikritiken*, Guetersloher Verlagshaus, Guetersloh 1978.
- _____. *Politik als Beruf*, Dunker and Humblot, Berlin 1968a.
- _____. *On charisma and institution building: Selected papers*, University of Chicago Press, Chicago 1968b.
- _____. *The rational and social foundations of music*, Southern Illinois University Press, Carbondale, 1958.

A CATEGORIA “ESTILO DE VIDA” NAS OBRAS DE SIMMEL E BOURDIEU: UMA APROXIMAÇÃO SOCIOLOGICA

*Maria da Graça Jacintho Setton**

Introdução

Sabe-se que, já há algum tempo, temas relacionados diretamente à esfera do consumo vêm tomando espaço importante na sociologia contemporânea. Teóricos da cultura da modernidade voltaram suas atenções para essa ordem de questões nas últimas décadas (Giddens, 1994; Featherstone, 1995; Jameson, 1996; Canclini, 1997; Ortiz, 2000). Não caberia aqui apontar a gama variada e diversificada de temas que abrange a cultura do consumo nas sociedades contemporâneas; não obstante saliento as discussões sobre as novas dimensões das formas de estilização da vida.¹ O objetivo

* Profa. Dra. da Faculdade de Educação – USP.

¹ Segundo Featherstone (1995, p. 95-96), é possível falar da estetização da vida em três sentidos. Em primeiro lugar, no sentido em que as vanguardas artísticas no período da Primeira Guerra Mundial tentaram apagar as fronteiras entre a arte e a vida cotidiana. Em seguida, estetização da vida pode designar o projeto de transformar a vida numa obra de arte. Por fim, pode designar o fluxo veloz de signos e imagens que saturam a trama da vida cotidiana na sociedade contemporânea.

deste artigo é sistematizar algumas reflexões sobre a semelhança intelectual de dois teóricos da cultura, Georg Simmel e Pierre Bourdieu que, a meu ver, referem-se ao consumo como uma forma de sociabilidade. Neste sentido, afirmo que com essa disposição ambos contribuem para a compreensão de uma outra esfera de socialização e integração no mundo moderno. A partir da categoria estilo de vida, por caminhos teóricos distintos os autores chegam a um ponto em comum. Ou seja, interpretam o comportamento simbólico dos indivíduos e dos grupos como um diálogo constante e relacional com o todo social. Ou melhor, a partir da noção de estilo de vida Simmel e Bourdieu constróem uma leitura dinâmica das subjetividades e das práticas sociais, produtos da configuração interdependente entre uma conjuntura e seus agentes.

Embora pertencentes a gerações distintas e com trajetórias acadêmicas bastante diferentes, Simmel e Bourdieu partilham de algumas similaridades que gostaria de considerar aqui. Talvez, estejam trabalhando com objetos de estudo próximos, ou seja, o comportamento simbólico dos indivíduos, tenha facilitado tal proximidade. No entanto, enfatizo que o *olhar* desses autores tem uma afinidade que transcende a uma simples igualdade de objetos de estudo. Ambos demonstram uma perspectiva de análise detalhada e refinada, são originais na maneira de abordar as práticas comuns de nosso cotidiano. Através das formas, usos e práticas sociais comuns a todos os indivíduos, como o olhar, o falar ou a escolha por um local de turismo, conseguem fazer uma fina análise dos grupos sociais e suas formas de integração e sociabilidade. A escolha de objetos inusitados para a análise sociológica é também uma característica comum aos dois autores. A significação estética de fotografias, em Bourdieu, ou a moldura de um quadro em Simmel, são passíveis de uma compreensão heurística do social.²

² Embora esses aspectos remetam à discussão de um dos aspectos do projeto filosófico de Simmel, ou seja, o pantefismo estético, não me deterei nesse particular pois, por si só, me levaria a uma outra ordem

Não obstante essas semelhanças, ou precisamente por causa delas, gostaria de ressaltar a proximidade de ambos no que se refere, sobretudo, às suas análises sobre a constituição dos grupos sociais e suas formas de integração, a partir da construção de redes de relacionamentos constituídas pelos laços do consumo simbólico. Em outras palavras, a partir da categoria “estilo de vida”, é possível considerar que ambos, Simmel e Bourdieu, identificam uma sociabilidade³ fundamentada no consumo de bens culturais.

Segundo Featherstone (1995, p.119), a noção de estilo de vida usada na sociologia clássica, sobretudo nos escritos de Weber (1979), embora tenha um significado restrito, designando um modo de vida distintivo de grupos de *status* específicos, ou seja, uma estratégia de construir barreiras simbólicas entre os grupos, assume na perspectiva contemporânea a idéia de individualidade, de auto-expressão e/ou uma consciência de si estilizada. “Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo adota, não só porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade (Giddens, 1994, p.73).

de investigação. Não obstante voltarei a essas semelhanças mais à frente.

³ A leitura mais tradicional deste conceito refere-se a uma forma autônoma ou lúdica de sociação. Ou seja, sociabilidade carregaria a idéia de relações sociais prazerosas destituídas de conteúdo ou interesse (Moraes Filho, 1983). Contudo, gostaria de ressaltar uma outra dimensão desse conceito. Para este estudo entendo como formas de sociabilidade não apenas as formas de sociação humana desprovidas de interesse, mas formas de estar com um outro, contra um outro, para um outro, enfim, formas de convívio social em um sentido de *interdependência* mais amplo. Não obstante, faço uma distinção entre as simples relações sociais e as relações de sociabilidade. Essas, para se constituírem, prescindem de elementos que identificam e aproximam indivíduos ou grupos de indivíduos.

É possível considerar que Simmel e Bourdieu partilhem diferentemente dos pressupostos acima. Simmel, estando mais próximo de uma análise contemporânea do fenômeno da individuação, sendo o estilo de vida uma estratégia de diferenciação individual frente à variedade das pressões homogeneizadoras do social e, Bourdieu, salientando o estilo de vida como uma forma de expressar as diferenças de recursos e poderes materiais e simbólicos entre os grupos e indivíduos.⁴ A meu ver, a noção de estilo de vida pode ser compreendida a partir dessas duas interpretações. Elas não seriam excludentes, mas deveriam ser vistas como complementares. Mais que isso, considero que existe uma afinidade entre elas, na medida em que, para Simmel e Bourdieu, a noção de estilo de vida aponta para um diálogo constante e relacional entre os estímulos de uma conjuntura e o comportamento simbólico dos indivíduos.

Para demonstrar tal proximidade será necessário em um primeiro momento fazer algumas considerações sobre a obra desses autores para desenvolver meu argumento. Em seguida, farei a aproximação planejada. Embora tal associação intelectual possa ser identificada em vários dos escritos de ambos os autores, irei trabalhar especificamente com apenas alguns textos de cada um deles. Os limites de um artigo impõem certos cuidados, que, se por um lado impedem maiores abstrações, por outro fixam melhor os conteúdos. Ressalto, não obstante, que se trata de um exercício, um ensaio de aproximação conceptual, aberto e sujeito a novas interpretações. Não tenho a intenção de fazer um estudo hermenêutico de textos. A intenção é salientar alguns pontos de convergência entre estes autores, um exercício intelectual que abre a possibilidade de novas análises sobre eles.

No que se refere à obra de Simmel escolhi o capítulo “El espacio y la sociedad” encontrado no livro *Sociologia 2 - Estudios sobre las formas de socialización (1908)*; o último capítulo do livro

⁴ Neste sentido, Bourdieu estaria de apropriando da idéia de estilo de vida utilizada por Weber (1979).

Filosofia do dinheiro (1900), intitulado “Estilo de vida”, e o texto “El concepto y la tragedia de la cultura” publicado na coletânea de ensaios *Sobre la aventura - Ensayos filosóficos* (1911).

Da obra de Bourdieu escolhi o texto “Condição de classe e posição de classe”, escrito na década de 1960, publicado no livro *A economia das trocas simbólicas*; especificamente sobre estilo de vida, o livro *La distinction - critique sociale du jugement*, publicado em 1979;⁵ e o texto “Espaço social e gênese das classes”, da década de 80, publicado no livro *Poder simbólico*. Os textos não foram escolhidos de forma aleatória.⁶ Tive a preocupação de focalizar aqueles que explicitassem de forma mais clara o significado das noções “espaço social” e “estilo de vida”. Acredito que a partir dessas categorias possamos aproximar as concepções sobre as formas de sociabilidade na sociedade moderna em ambos os autores.

Simmel escreve sua obra no final do século XIX e início do século XX. Morre em 1918, como professor da Universidade de Estrasburgo, na Alemanha. Embora tenha iniciado sua carreira acadêmica como sociólogo, abandona essa área para dedicar-se ao projeto de estudo sobre uma cultura filosófica.⁷ Produziu uma obra ensaísta e diversificada. Entre seus pares sempre foi considerado mais como um produtor de *insights* do que um acadêmico sistemático. Não obstante, atualmente o conjunto de sua produção intelectual é considerado tão importante quanto a de Max Weber e Ferdinand Tönnies. Na procura da ambigüidade das formas do comportamento social, Simmel constrói um instrumental teórico

⁵ Um resumo deste livro pode ser encontrado in *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 5, outubro 1976, intitulado “Anatomie du goût”.

⁶ Embora em alguns momentos usarei outras referências para complementar o raciocínio.

⁷ “Cultura filosófica” é o nome dado por Simmel a sua área de concentração acadêmica. Waizbort (1996) esclarece que, com essa opção, Simmel constrói uma nova estratégia de apreensão do real. É possível também observar que outros autores ainda o consideram sobretudo um sociólogo. A esse respeito consultar Martuccelli, 1999.

dinâmico e apropriado para a compreensão das formações sociais modernas. Suas análises revelam uma perspectiva mutante e sempre alerta às transformações da ordem social (Moraes Filho, 1983; Martuccelli, 1999; Dubet, 1996; Waisbort, 1996).

Bourdieu, sociólogo contemporâneo, possui uma vasta obra estruturada. Seus trabalhos se inserem principalmente na temática da cultura.⁸ Faz uma análise do social recuperando as contribuições da sociologia clássica, entretanto, não deixando de retraduzi-las em uma construção própria e singular. No que se refere ao tema deste artigo, a categoria estilo de vida, Bourdieu destaca-se, pois oferece um referencial de análise capaz de classificar os indivíduos ou grupos de indivíduos não só por suas propriedades materiais como também por suas propriedades simbólicas. Embora seja consenso que a obra de Bourdieu configura-se bastante original, é interessante investigá-la naquilo que ela é devedora dos clássicos da sociologia ou áreas afins (Ortiz, 1983; Miceli, 1982; Accardo & Corcuff, 1986; Corcuff, 1999; Pinto, 2000)

O estilo de vida em Georg Simmel

Ao ler Simmel é impossível não compará-lo com outros estudiosos da cultura. Teóricos da indústria cultural, entre eles Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jean Baudrillard, embora com matrizes epistemológicas distintas, ou nossos contemporâneos como Anthony Giddens, Mike Featherstone, mais próximos intelectualmente a ele, entre outros, parecem estar dialogando ou voltando aos mesmos temas já desenvolvidos por ele em algum momento de sua obra. Suas discussões sobre a tragédia da cultura, desenvolvidas no ensaio “El concepto y la tragedia de la cultura” (1988), fo-

⁸ Pierre Bourdieu nasceu em 1930, na região de Bearn, na França. De 1982 até 2001 deu aulas no Collège de France. Hoje, continua trabalhando na École de Hautes Etudes en Sciences Sociales, em Paris.

ram amplamente difundidas na *Dialética do esclarecimento* (1996) de Adorno e Horkheimer. Sua concepção sobre a autonomização do mundo dos objetos foi matizada e discutida em boa parte da obra de Baudrillard (1995). Por fim, a categoria estilo de vida, fartamente usada hoje por todos aqueles que pesquisam o consumo, o nome de Simmel, nem sempre citado faz ocultar uma contribuição essencial para o desenvolvimento de uma sociologia da cultura.

Não obstante a recuperação de temas importantes da obra de Simmel, nenhum desses autores parece ter seguido seu pensamento. *Grosso modo*, Adorno e Horkheimer (1996) acabam por desenvolver uma teoria crítica da cultura em que a figura do indivíduo, como agente social individualizado, perde espaço para uma outra categoria, as massas. Esse novo agente social toma o lugar dos agentes sociais particulares, estes, na sociedade moderna, totalmente destituídos de qualquer subjetividade. De certa forma, Baudrillard (1995) também aponta para uma visão apocalíptica a respeito do consumo das sociedades contemporâneas. Desenvolvendo a idéia da autonomização do mundo dos objetos, conclui que atualmente este consumo atual transcende ao mundo da matéria. O consumo desenfreado e variado, observado como uma tendência inexorável da cultura moderna, levaria, em última instância, ao consumo de idéias e fantasias elaboradas pela própria publicidade. O objeto consumido não teria unicamente valor de uso, mas uma promessa ilusória de identidade.

Simmel certamente não concordaria com a visão inexorável e nivelada da maioria dos teóricos da indústria cultural, nem com a visão radical do consumo de imagens e signos desenvolvida por Baudrillard (1995). Embora seja crítico em relação à situação da cultura nas sociedades modernas, faz um esforço para entender os novos processos sociais, as novas formas de sociabilidade impostos por uma outra organização de valores e práticas. Não aniquila a figura do sujeito social individual, mas recupera a força da subjetividade e interioridade das representações e práticas do sujeito. Simmel posiciona-se claramente frente à interdependência do indi-

vídúo e da sociedade. Sua análise não reduz a figura do sujeito a um mero agente passivo frente às forças esmagadoras do social.

Em suas reflexões sobre igualdade e individualidade na *Filosofia do dinheiro (1900/1977)*, e em outros escritos, considera que o dinheiro, símbolo por excelência da sociedade moderna, reflete o caráter ambíguo das novas formações sociais. O dinheiro, ao mesmo tempo que constrói relações indiferenciadas, abstratas e impessoais, possibilita a construção de momentos de introspecção, onde o individualismo e a subjetividade do indivíduo são desenvolvidos. Simmel coloca que na impossibilidade de alienar o “eu”, o indivíduo volta-se para o seu interior, fortalecendo e construindo uma subjetividade. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a sociedade moderna impõe a indiferenciação e a reserva nas relações entre os agentes sociais, ela abre, simultaneamente, a possibilidade de se construir a diferença e a individuação (Simmel, 1977, pp. 548 a 550).

Para ele, a essência do humano é constituída, sobretudo, por essa ambigüidade. Ao mesmo tempo em que o indivíduo é produto do social, ele é uno e indivisível. O sujeito guarda consigo essa ambivalência desde o início de sua existência. Nesse sentido, Simmel se diferencia das análises culturais da modernidade que nivelam os indivíduos como meros receptáculos de padrões e estímulos exteriores. Para Simmel, não existe indivíduo sem sociedade, como não existe sociedade sem sujeito. Como veremos, na própria construção da categoria estilo de vida Simmel expõe sua concepção sobre as relações de interdependência tensa e contínua entre indivíduo e sociedade (Idem, pp.625 a 626).

No capítulo “Estilo de vida” do livro *Filosofia do dinheiro (1900/1977)*, ainda que Simmel não faça uma definição precisa sobre a categoria estilo de vida, oferece alguns elementos para uma síntese. É importante ressaltar que Simmel foi um dos primeiros estudiosos da cultura a cunhar a expressão “estilo de vida”. Como vimos, uma categoria que fez enorme fortuna no decorrer da histó-

ria da sociologia, que aponta para o universo da estética de onde o termo é oriundo.⁹

Grosso modo, poderíamos dizer que estilo de vida, para Simmel, é uma categoria que expressa a relação de desequilíbrio entre a cultura espiritual dos sujeitos e a cultura objetiva da sociedade moderna (Idem, pp. 556-7). É uma noção que retrata o comportamento individual ou de grupos frente às determinações estruturais e materiais da sociedade em que vivem. Como já foi dito, a sociedade moderna, caracterizada pela economia monetária, é marcada por uma ambigüidade expressa no fenômeno do dinheiro e seu poder de circulação. O que sintetiza o estilo de vida moderno são alguns fatores como a economia monetária, a especialização, a diferenciação, a tecnização, a urbanização, o distanciamento e a indiferença. Elementos que, em relações recíprocas, convergem na configuração do moderno estilo de vida enquanto unidade histórica (Idem, pp.637 a 639).

Para compreender o desequilíbrio entre cultura objetiva e cultura subjetiva, Simmel faz uma análise detalhada dos efeitos da divisão do trabalho e da especialização no mundo moderno. Para ele, estes dois fenômenos são responsáveis pela crescente autonomia do mundo objetivo, o mundo da cultura objetiva, em detrimento da cultura dos sujeitos. A multiplicação e a diversificação dos objetos acabam por construir um mundo exterior ao indivíduo, dotado de vida e regras de funcionamento independentes da vontade dos agentes envolvidos (Idem, pp.565 a 568).

Para Simmel, antes da realidade da economia monetária, o processo de produção material obedecia às necessidades materiais e espirituais dos indivíduos. Tudo o que era produzido tinha como único fim a satisfação de uma necessidade de sobrevivência. À medida em que o indivíduo acrescentava trabalho em qualquer elemento da natureza, enriquecia simultaneamente sua subjetivida-

⁹ Waizbort, Leopoldo, *Vamos ler Georg Simmel?* Linhas para uma interpretação. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1996.

de e a cultura material e objetiva que o envolvia. O processo de acrescentar valor a uma matéria ou a um valor espiritual, regressava ao produtor acrescentando valor a ele mesmo: estaria refinando e esculpindo a própria subjetividade. A arte, para Simmel, é a expressão máxima do processo cultural porque, através de sua unicidade e particularidade, expressa o feixe de relações, materiais e não materiais, a que o artista está submetido. Expressa, no particular, a totalidade de uma realidade (Idem, pp.571-72).

Posto isso, a cultura moderna, vista sobre essa ótica, apresenta algumas particularidades. Com o advento da divisão do trabalho e da especialização, observa-se uma crescente separação entre o produtor e seu produto. Ou seja, o processo de criação deixa de ser dominado pelo produtor, sendo ele apenas um dos elos da produção. Ao trabalhar em apenas uma das etapas desse processo, o indivíduo perde a capacidade de se enriquecer subjetiva e culturalmente, e contribui apenas para o enriquecimento material e objetivo da sociedade como um todo. Observa-se que os objetos cultivados, produtos da cultura moderna, assumem uma característica mais elevada em detrimento da subjetividade individual. O espírito da máquina estaria mais enriquecido do que o espírito do trabalhador (Idem, pp-563 a 565).

Como resultado desse processo tem-se a tragédia da cultura, ou seja, a separação das duas dimensões do mundo social, o mundo da cultura objetiva e o mundo da cultura subjetiva. A vida exterior estaria rodeada de objetos cujo espírito objetivo não poderia alcançar. A vida espiritual estaria rodeada de símbolos que os espíritos individuais aproveitariam minimamente. O tesouro da cultura objetiva aumentaria, assim, progressivamente, enquanto o espírito individual cresceria de forma sempre mais lenta (Idem, pp.563 a 565).

Para Simmel, a discrepância entre cultura objetiva e cultura subjetiva, nas sociedades modernas, se exprime em um novo estilo de vida. A forma como indivíduos ou grupos de indivíduos configuram esse distanciamento entre o “eu” e as “coisas”, a forma

de e a cultura material e objetiva que o envolvia. O processo de acrescentar valor a uma matéria ou a um valor espiritual, regressava ao produtor acrescentando valor a ele mesmo: estaria refinando e esculpindo a própria subjetividade. A arte, para Simmel, é a expressão máxima do processo cultural porque, através de sua unicidade e particularidade, expressa o feixe de relações, materiais e não materiais, a que o artista está submetido. Expressa, no particular, a totalidade de uma realidade (Idem, pp.571-72).

Posto isso, a cultura moderna, vista sobre essa ótica, apresenta algumas particularidades. Com o advento da divisão do trabalho e da especialização, observa-se uma crescente separação entre o produtor e seu produto. Ou seja, o processo de criação deixa de ser dominado pelo produtor, sendo ele apenas um dos elos da produção. Ao trabalhar em apenas uma das etapas desse processo, o indivíduo perde a capacidade de se enriquecer subjetiva e culturalmente, e contribui apenas para o enriquecimento material e objetivo da sociedade como um todo. Observa-se que os objetos cultivados, produtos da cultura moderna, assumem uma característica mais elevada em detrimento da subjetividade individual. O espírito da máquina estaria mais enriquecido do que o espírito do trabalhador (Idem, pp-563 a 565).

Como resultado desse processo tem-se a tragédia da cultura, ou seja, a separação das duas dimensões do mundo social, o mundo da cultura objetiva e o mundo da cultura subjetiva. A vida exterior estaria rodeada de objetos cujo espírito objetivo não poderia alcançar. A vida espiritual estaria rodeada de símbolos que os espíritos individuais aproveitariam minimamente. O tesouro da cultura objetiva aumentaria, assim, progressivamente, enquanto o espírito individual cresceria de forma sempre mais lenta (Idem, pp.563 a 565).

Para Simmel, a discrepância entre cultura objetiva e cultura subjetiva, nas sociedades modernas, se exprime em um novo estilo de vida. A forma como indivíduos ou grupos de indivíduos configuram esse distanciamento entre o “eu” e as “coisas”, a forma

como se caracteriza esse distanciamento entre o mundo material e espiritual sintetiza-se em um novo estilo de vida (Idem, pp.580 a 592). Como expressão de um retorno a uma interioridade, como construção de uma subjetividade em uma sociedade multifacetada, os estilos de vida refletem as várias subjetividades constitutivas deste mundo. É o retrato de como os indivíduos identificam-se, integram-se e adaptam-se aos conteúdos sociais da contemporaneidade. Em outras palavras, o estilo de vida moderno, para Simmel, retrata uma nova forma de relação e integração com o social. É um instrumento conceptual que expressa o diálogo tenso e permanente entre o indivíduo e a sociedade (Idem, pp. 575 a 577 / 625).

O estilo de vida em Bourdieu

É precisamente neste ponto que saliento a convergência intelectual entre Simmel e Bourdieu. Na medida em que Simmel concebe a categoria estilo de vida como expressão de uma vida interior, e como tal expressão da identidade social de um sujeito ou grupo de sujeitos, pode, por ter um caráter expressivo, construir redes e laços identitários. A escolha de valores, projetos de vida, o consumo de idéias e sobretudo o consumo de símbolos culturais podem ser responsáveis por novas formas de constituição de grupos ou redes de sociabilidade e interdependência.

Bourdieu, ao construir sua concepção sobre a teoria do social, utiliza-se desse mesmo raciocínio. Para ele, os indivíduos ou os grupos de indivíduos aproximam-se ou afastam-se, ou melhor, distribuem-se no espaço social de acordo com as semelhanças e diferenças de disposições culturais incorporadas. É a partir de um determinado consumo ou de preferências por certas práticas sociais que os indivíduos identificam-se e agrupam-se, tecendo redes de sociabilidade. É a partir da expressão de um determinado estilo de vida que as relações sociais são definidas e organizadas.

Para compreender as diferenças e as semelhantes de disposições culturais dos indivíduos, Bourdieu utiliza o conceito de “*habitus*”, o princípio gerador e unificador de todas as práticas. “A divisão em classes que opera a ciência conduz à raiz comum das práticas classificáveis, que produzem os agentes e os julgamentos classificatórios que eles têm sobre as práticas dos outros ou de suas próprias práticas: o *habitus* é, de fato, *princípio gerador* das práticas objetivamente classificáveis e o *sistema de classificação* dessas práticas. É na relação entre as duas capacidades que se define o *habitus*, a capacidade de produzir as práticas e as obras classificáveis, de diferenciar e de apreciar estas práticas e seus produtos (gosto), que constitui o *mundo social* representado, isto é, *o espaço dos estilos de vida*” (Bourdieu, 1979, p.190).

Ou seja, para Bourdieu, as atividades e representações do agente social são explicadas por meio de um conjunto de disposições, éticas e estéticas que exprimem, na forma de sistemas de preferências culturais, as divisões derivadas da estrutura de distribuição das diferentes formas de recursos.¹⁰ *Habitus* é um conceito que exprime um sistema de disposições internalizadas que media a estrutura social e a atividade prática dos indivíduos, responsável pela unidade dos estilos de vida; o *habitus* forma-se no curso de uma história coletiva e é adquirido no curso das histórias individuais (Bourdieu, 1983).

Embora seja difícil encontrar na obra de Simmel um conceito similar a *habitus*, um conceito que sintetize a interdependência de forças entre os sujeito e a sociedade, pode-se inferir que na acepção mais ampla da categoria estilo de vida, como vimos acima, essa idéia já está contida. O conceito de *habitus* corresponde à interiorização da ordem objetiva e sua posterior exterioridade. Segundo Bourdieu, “o conhecimento que podemos chamar de *praxiológico* tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que

¹⁰ Por recursos entende-se capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico.

o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre essas estruturas e as *disposições* estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade... (Bourdieu, 1983, pp.46/47).

Habitus surge, então, como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais, tal como a categoria estilo de vida para Simmel. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades.¹¹ É concebido como um sistema de esquemas individual, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido na e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano.

Da mesma forma, o estilo de vida, para Simmel, é a resposta subjetiva dos indivíduos perante os impulsos da sociedade objetivada. *Habitus* é um conceito que permite Bourdieu expressar a relação de interdependência entre indivíduo e sociedade. Simmel não se ocupa em construir sistematicamente os conceitos, mas nas suas discussões sobre a natureza do estilo de vida moderno deixa clara a conexão das dimensões objetiva e subjetiva para a constituição da cultura individual e coletiva. Assim como Simmel, Bourdieu aponta que a conexão dos grupos no espaço social é feita a partir de fatores simbólicos, ou seja, a partir da interiorização e exteriorização da subjetividade de seus membros.

Pensar a relação indivíduo e sociedade a partir da categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo é simultaneamente social e coletivamente orquestrado. O *habitus* é uma subjetividade socializada (Bourdieu, 1992, p.101). Desta for-

¹¹ Esta forma de interpretar o conceito de *habitus* remete a uma análise relacional que enfatiza o caráter de interdependência entre indivíduo e sociedade.

ma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação internalizado, experimentado e posto em prática na medida em que as conjunturas de um campo o estimula.

A relação de interdependência entre o conceito de *habitus* e campo¹² é condição para seu pleno entendimento (Idem, p102). Ou seja, a teoria praxiológica, ao fugir do determinismo das práticas pressupõe uma relação *dialética* entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado. As ações, os comportamentos, as escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um *habitus* e as pressões e estímulos de uma conjuntura.¹³

Mais que isso, ao atribuir sentido ao conjunto das práticas sociais que caracterizam um estilo de vida, a partir de um princípio comum – o *habitus* –, Bourdieu parece apropriar-se da noção simmeliana de que no singular podemos transcender ao geral. A partir de uma escolha particular, do contingente de uma opção estética, pode-se chegar ao princípio da coerência dos comportamentos. Ou seja, Bourdieu, ao interpretar os espaços das posições sociais, observa as particularidades de cada estilo de vida e lhes confere a possibilidade de expressar os princípios de constituição do grupo social a que pertence. Para Bourdieu, todas as configurações de gosto particulares e/ou individuais desenvolvem-se a partir da configuração do todo. Um aspecto do estilo de vida de um indivíduo está em conso-

¹² O conceito de campo faz parte da obra de Bourdieu. Trata-se de uma noção que traduz a concepção social do autor. Espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais e lugar de disputa e jogo de poder. Segundo Bourdieu, a sociedade é composta por vários campos, vários espaços dotados de autonomia relativa e possuidor de regras próprias.

¹³ “O *habitus* não é destino como se vê às vezes. Sendo produto da história, é um sistema de disposição aberto, que é incessantemente confrontado por experiências novas e assim incessantemente afetados por elas (Bourdieu, 1992, p.108).

nância com a totalidade de todos os outros aspectos constitutivos desse mesmo estilo de vida, pois derivam de um mesmo princípio.

A estratégia de apreensão do real em Simmel e Bourdieu enfatiza a importância das conexões entre elementos de uma realidade. Interpretando a obra de Simmel, é possível observar que o projeto filosófico simmeliano fundamenta-se em uma nova forma de conhecimento (Waizbort, 1996). Ou seja, a análise simmeliana institui uma nova atitude intelectual de apreender os fenômenos sociais. Em tal “atitude filosófica” Simmel redimensiona o social a partir de uma visão dinâmica, contínua e relacional entre os sujeitos e objetos. A filosofia de Simmel aponta para a necessidade de relacionar a simbologia das práticas singulares e o todo da qual emerge. Igualmente Bourdieu faz uso desta estratégia. Vai buscar no comportamento particular dos grupos ou dos indivíduos, no jogo simbólico da sociabilidade, a expressão de configurações sociais historicamente determinadas. Em suas palavras,

A forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital, como instrumentos de apropriação do produto objetivado do trabalho social acumulado, define o estado das relações de força, entre, agentes objetivamente definidos pela sua posição nestas relações. (...) É preciso afirmar, contra o realismo do inteligível, que as classes que podemos recortar no espaço social não existem como grupos reais (...). O que existe, é um espaço de relações o qual é tão real como um espaço geográfico (...). (1989, p.135)

É interessante ressaltar a analogia geográfica e espacial que Bourdieu utiliza para explicar a dinâmica do espaço social. A sociologia apresenta-se como uma topologia do social capaz de representar o mundo social na forma de um espaço (e suas várias dimensões), construído na base de princípios de diferenciação (Bourdieu, 1989). Isto nos faz lembrar imediatamente as idéias de Simmel desenvolvida no capítulo “El espacio y la sociedad”, do

livro *Sociologia 2 - Estudos sobre las formas de socialización* (1986). Simmel considera, neste texto, que o espaço social é uma construção sociológica e aponta quatro qualidades essenciais para sua compreensão.

O primeiro dos elementos refere-se à possibilidade de o espaço social dividir-se em partes, tendo cada uma delas a necessidade de estabelecer seus limites e fronteiras.

Outra qualidade do espaço, que influi essencialmente nas ações sociais recíprocas, consiste em dividir-se em partes para o aproveitamento prático, partes que são consideradas como unidades e – tanto por causa como por efeito disso – estão rodeadas de limites (...). Igualmente uma sociedade caracteriza-se como interiormente unida, quando o espaço de sua existência está delimitado por limites perfeitamente claros; e ao contrário, a unidade mútua, a relação funcional de todos os elementos entre si, se expressa espacialmente pelo limite que serve de marco (...). O limite sociológico leva consigo uma ação recíproca muito singular. Cada um dos dois elementos atua sobre o outro, enquanto se põe o limite; mas o conteúdo desta atuação consiste em não querer ou não poder atuar mais além deste limite e, por conseguinte, sobre o outro (...). (Simmel, 1986, p. 649-650 e 652).

Ao definir os grupos sociais e seus estilos de vida, Bourdieu expõe o mesmo critério acima estabelecido. A possibilidade de o espaço social estar recortado em várias partes, sendo que cada uma delas possui relações contínuas de interdependência, está presente na sua concepção sistêmica do social. Ou seja, acredita que a sociedade é um sistema estruturado por campos homólogos (grupos ou classes sociais) que possuem certa autonomia. A estrutura social é vista como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto pelas relações materiais como pelas relações simbólicas. Os limites ou os marcos divisórios entre as partes do social são rigidamente observados e mantidos tanto pelos seus elementos constitutivos como pelos que se mantêm de fora (Bourdieu, 1982).

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos de outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*. (Idem, p.14).

O segundo dos elementos apontado por Simmel refere-se à exclusividade de ocupação desses espaços. Segundo Simmel, existem instituições sociais que devido a suas particularidades não podem dividir o mesmo espaço com outra associação similar. “(...) as formações da vida social devem contar com certas qualidades fundamentais do espaço. Figura entre elas a que se pode chamar exclusividade do espaço. Assim como não existe mais que um único espaço geral, (...) cada parte do espaço, é de certo modo, única” (1986, p.646).

Igualmente, para Bourdieu, é impossível a coexistência de dois grupos em um mesmo espaço social dada as diferenças de composição espiritual de cada um deles. As fronteiras estabelecidas entre os espaços são construções simbólicas que expressam as características de cada grupo. As barreiras entre um grupo e outro, muitas vezes de caráter intransponível, refletem o jogo da duplicação das diferenças econômicas em diferenças simbólicas.

Assim o mundo social, por meio sobretudo das propriedades e das distribuições, tem acesso, na própria objetividade, ao estatuto de *sistema simbólico* que, à maneira de um sistema de fonemas, se organiza segundo a lógica da diferença do desvio diferencial, constituído assim em *distinção* significativa. O espaço social e as diferenças que neles se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como *espaços dos estilos de vida* ou como conjunto de *Stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes. (1989, p.144).

Não obstante, Bourdieu considera que um indivíduo pode, em determinadas circunstâncias, pertencer a dois grupos simultaneamente. Observando a trajetória social dos agentes em particular pode-se verificar sua transitoriedade de *status* ou estilo de vida. Este critério remete diretamente ao terceiro sentido do espaço para as formações sociais em Simmel.

O terceiro sentido do espaço social para as formações sociais procede de que seja possível a *fixação* de seus conteúdos. Evidentemente tem que influir na estrutura de um grupo o fato de que determinados elementos singulares ou os objetos essenciais de seu interesse, estejam completamente fixos ou sejam indetermináveis, em razão do espaço que ocupam. (1986, p.660).

Ou seja, trata-se da característica do grupo em fixar ou não seus elementos constitutivos em um espaço de circulação restrito. Para ele, o fato de determinados integrantes manterem-se fixos ou não em razão do espaço que ocupam influi na estrutura e na dinâmica do grupo. Não obstante, o princípio não leva à sua estabilização ou conservação. O que importa é a construção de um ponto em comum em que os indivíduos possam circular em função de interesses afins. Para Bourdieu, as análises das posições sociais devem ser definidas sincronicamente, isto é, segundo a estrutura espacial das posições dos campos econômico e social de uma dada sociedade, e diacronicamente, isto é, de acordo com a variabilidade da trajetória passada e potencialmente futura dos agentes sociais.

A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média”, “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social*. (Bourdieu, 1982, p.7).

O quarto sentido abordado por Simmel refere-se às relações de proximidade e distância entre os elementos constitutivo de um

grupo. Duas associações que tenham funções semelhantes podem se diferenciar segundo a capacidade de se manterem integradas a distância. A capacidade de expansão, liberdade e autonomia de um grupo dependem do nível de abstração alcançado por seus membros. Quanto mais rústica e primitiva a mentalidade de um grupo, mais terá necessidade do contato físico entre seus integrantes. Ao contrário, em formações onde a capacidade de abstração é maior, a distância física é menos importante que a distância espiritual. As relações a distância podem ser mediadas por elementos de comunicação intersubjetivos, capazes de assegurar a união do grupo.

Um quarto tipo de relações externas, que se transformam para produzir vivas ações sociológicas recíprocas, oferece o espaço em virtude da *proximidade* ou *distância* sensível que põe entre as pessoas que se acham em qualquer relação mútua (...) O efeito psicológico...pode substituir, em ampla escala, por meios indiretos de comunicação e ainda mais pela fantasia. Onde este efeito é mais fácil de se realizar é justamente nas duas classes opostas de relações, que existem entre os homens desde o ponto de vista espiritual: nas puramente objetivas e impessoais e nas que se baseiam na intensidade do sentimento. (Simmel, 1986, p. 670-671).

Para Bourdieu, o contato físico ou a proximidade geográfica entre indivíduos não garante necessariamente a proximidade espiritual. O que permite a síntese das partes espaciais, ou seja, a conexão entre os membros de um grupo encontra-se na esfera do espírito e deriva de uma certa homogeneidade de *habitus*. A correspondência entre os espaços das posições sociais e os espaços dos estilos de vida é assegurada pela identidade simbólica.

A distinção – no sentido corrente do termo – é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura (...) As distinções, enquanto transfigurações simbólicas das diferenças de fato, e mais geralmente, os níveis, ordens, graus ou quaisquer

outras hierarquias simbólicas, são produto da aplicação de esquemas de construção que, como por exemplo os pares de adjetivos empregados para enunciar a maior parte dos juízos sociais, são produto da incorporação das estruturas a que eles se aplicam (...). (Bourdieu, 1989, pp.144-145).

Neste mesmo capítulo, “El espacio y la sociedad”_(1986), Simmel faz uma pequena digressão sobre a sociologia dos sentidos. Para ele, os sentidos da percepção humana possuem uma importância fundamental na distância e/ou aproximação dos indivíduos e grupos de indivíduos. A relação que mantemos com nosso semelhante segue muito estreitamente a forma como o sentimos e percebemos. O som da voz, o sentido das palavras, o aspecto exterior, o atrativo ou repulsivo que uma atmosfera transmite servem como radares que ajudam ou dificultam a aproximação de grupos (Simmel,1986, p.676 e seguintes). Para Bourdieu igualmente. O sentido das práticas, o corpo e sua postura, as palavras e sua pronúncia são elementos constitutivos da percepção social dos grupos, elementos com significado, códigos que possuem o potencial de aproximar ou distanciar indivíduos (Bourdieu,1979). As práticas culturais nada mais são que a expressão simbólica da posição social do agente social praticante.

Dentre todos os tipos de consumo e de conduta possíveis de abrigar uma função expressiva, quer se trate da compra de um automóvel, de decoração de um apartamento ou da escolha de uma escola para os filhos, são as roupas e os enfeites, que ao lado da linguagem e da cultura, melhor realizam a função de socialização e dissociação. (Bourdieu, 1982, p.18).

Mais do que isso, Bourdieu considera os sistemas simbólicos a retradução das diferenças inscritas na ordem social. As práticas sociais nada mais são do que a expressão simbólica da posição do agente social praticante.

Vale dizer, as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes

bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico (ou ostentatório) que transmuta os bens em signos, *as diferenças de fato em distinções significantes*, ou, para falar como os lingüistas, em “valores”, privilegiando a *maneira*, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. (1982,p.16).

Considerações finais

Para finalizar este artigo gostaria de voltar à proposição inicial. A intenção de aproximar Simmel e Bourdieu respondeu à necessidade de sistematizar duas contribuições a respeito do espaço dos estilos de vida, como espaços de sociabilidade e integração social. Embora partindo de pressupostos teóricos distintos, ambos expressam nesta categoria a capacidade dos indivíduos relacionarem-se uns com os outros, criando redes e laços de socição.

Ambos os autores, ainda que por caminhos diversos, consideram que o comportamento e as escolhas simbólicas dos indivíduos, ou seja, o mundo interno e subjetivo dos sujeitos, expressam um diálogo intenso e permanente com a realidade material exterior a eles. A partir da categoria estilo de vida, Simmel especificamente, consegue ampliar o escopo das análises contemporâneas que vêem no consumo um espaço de produção de sentido, um espaço de criação. Dá ênfase a um certo distanciamento do indivíduo frente as pressões e estímulos do exterior (Dubet,1996, p.74: Martuccelli, 1999, p.370). Com o conceito de *habitus*, princípio responsável pela unidade e coerência dos espaços de estilo de vida, Bourdieu tenta conciliar duas perspectivas de análise, o objetivismo e subjetivismo, pretendendo articular dialeticamente ator e estrutura social (Ortiz,1983). Salientando a relação de interdependência entre o conceito de *habitus* e campo, a teoria praxiológica tenta fugir dos determinismos, estabelecendo uma relação de mão dupla entre expressão individual e uma conjuntura histórica.

A noção de espaço social, as relações de proximidade ou distância simbólica, pois, tornam-se essenciais para se compreender o jogo das trocas sociais, da integração e dos laços identitários. Estas reflexões apontam para uma das questões candentes da sociologia moderna. Ou seja, a sociabilidade moderna, as formas de sociação e dissociação entre os grupos e entre os indivíduos não derivam de uma proximidade física e sim de uma proximidade e afinidades simbólicas. Os espaços de relações configuram-se como múltiplos, dispersos e descontextualizados (Giddens, 1994). O consumo de bens, valores e referências identitárias, assume na sociedade contemporânea, uma dimensão pouco convencional, mas privilegiada de sociabilidade.

Gostaria de ressaltar, não obstante, os limites desta reflexão. Reitero que estes autores chegaram às afinidades apontadas por caminhos bastante diversos, embora em busca de uma leitura dinâmica e dialética do social.

Simmel dedicou a maior parte de sua vida a um projeto de uma cultura filosófica, pois acreditava que só a partir dela poderia apreender as particularidades da sociedade moderna. Não tinha como projeto a construção de uma teoria sistemática, a respeito do mundo social. Ao contrário, a perspectiva que desenvolve em seus trabalhos é exatamente a inversa. A atitude que desenvolve frente a seus objetos de estudo é aberta, quase intuitiva. Observa o real e lhe confere uma dimensão ambígua. Procura na aparência dos objetos as infinitas possibilidades de interpretação. Dessa forma a estrutura do objetos parece-nos flexível e descontínua. Simmel, é visto como um autor que confere autonomia de criação e um certo distanciamento do indivíduo frente a realidade do mundo exterior (Martuccelli, 1999; Waizbort, 1996).

Bourdieu, por sua vez, considera importante o cultivo do método científico como forma de interpretação do social. Vem se dedicando a um número variado de objetos de estudo e tornou-se reconhecido por suas análises que consideram simultaneamente aspectos quantitativos e qualitativos dos fenômenos sociais. Consegue

aliar, em um todo coerente e sistemático, uma abordagem metódica onde aspectos sensitivos não são negligenciados. Ao contrário, o alcance de suas análises fundamenta-se nesta técnica de relativizar e redimensionar as propriedades materiais e simbólicas dos fatos sociais. Bourdieu, é considerado também como um autor que explora os vínculos estreitos entre a realidade social e a construção da prática dos sujeitos.

Por último, seria interessante salientar mais uma diferença entre os autores. Ao caracterizar a sociedade monetária, Simmel considera que a multiplicidade de estilos artísticos disponíveis resulta em uma fluidez de seus conteúdos e maior liberdade de uso de cada um deles. Indivíduos ou grupos de indivíduos, ao escolherem uma ou outra expressão de um estilo de vida, podem ou não seguir uma coerência. A variedade de conteúdos está posta; cabe a cada um fazer uma escolha particular, cada um é responsável pela construção de sua própria individualidade/identidade expressa em um estilo de vida. É importante colocar que, para Simmel, cultura remete a noção de processo; processo cultural visto como resultado de um cultivo da sensibilidade e subjetividade humana.

Bourdieu, não obstante, reduz a margem de opção dos indivíduos. A variedade de estilos e seus respectivos conteúdos existem devido a diversidade de recursos de cada um; todavia, o estilo pessoal é uma marca particular que representa apenas uma variação controlada de um mesmo *habitus*. Dando coerência à sua perspectiva do social, Bourdieu limita a capacidade criadora das práticas dos indivíduos, pois cada um deles (indivíduos e práticas) sendo produto de um *habitus*, está comprometido com a reprodução da ordem.¹⁴ Bourdieu considera a cultura e os sistemas simbólicos

¹⁴ “a correspondência que se observa entre os espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, *mas sempre encerradas nos limites*

como um instrumento de poder, isto é, instrumento de conservação da ordem vigente.

Bibliografia

- ACCARDO A. & CORCUFF, P. *La sociologie de Bourdieu* (textes choisis et commentés). Le Mascaret, Bordeaux 1986.
- BOURDIEU, P. "Anatomie du goût". *Acte de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 5, octobre 1976.
- _____. *La distinction - critique sociale du jugement*. Minuit, Paris 1979.
- _____. "Condição de classe e posição de classe. In: S. Miceli (org.). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, São Paulo 1982.
- _____. "Gostos de classe e estilos de vida". In Ortiz, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. Ática, São Paulo 1982.
- _____. "Espaço social e gênese das 'classes'". In Bourdieu, P., *O poder simbólico*. Difel, Lisboa 1989.
- _____. & WACQUANT, ?. *Réponses*. Seuil, Paris 1992.
- CORCUFF, P. "Le collectif au défi du singulier: en partant de l'habitus". In: CORCUFF, P. *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu*. Découverte, Paris 1999.
- DUBET, F. *Sociologia da experiência*. Instituto Piaget, Lisboa 1996.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Studio Nobel, São Paulo 1995.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade pessoal*. Celta, Lisboa 1994.

inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas." (Grifos meu) (Bourdieu, 1983, p82)

- JAMESON, F. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. Ática, São Paulo 1996.
- MARTUCCELLI, D. *Sociologies de la modernité*. Folies, Essais/ Gallimard, Paris 1999.
- MICELI, S. *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, São Paulo 1982.
- MORAES FILHO, E. *Simmel*. Atica, São Paulo 1983.
- ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. Atica, São Paulo 1983.
- PINTO, L. *Pierre Bourdieu e a teoria do Mundo Social*. Editora da FGV, Rio de Janeiro 2000.
- SIMMEL, G. “El estilo de vida”. In _____. *Filosofía del dinero*. Instituto de Estudios Políticos, Madri 1977.
- _____. “El espacio y la sociedad”. In: _____. *Sociologia 2 - Estudios sobre las formas de socialización*. Alianza Editorial, Madri 1986.
- _____. *Sobre la aventura. Ensayos filosóficos*. Ediciones Península, Barcelona. 1988
- WAIZBORT, L. *Vamos ler Georg Simmel? Linhas para uma interpretação*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1996.

O EMPIRISMO LÓGICO E A HISTÓRIA DA FILOSOFIA¹

*José Carlos Pinto de Oliveira**

No manifesto do empirismo lógico, “A Conceção Científica do Mundo” (1929), assinado por Neurath, Hahn e Carnap, os nomes de Hume e Mill aparecem duas vezes na genealogia do movimento (cf. Neurath 1986). Entre vários outros textos, Carnap, num verbete para o dicionário de filosofia editado por Runes, faz menção a Hume e Mill, como aqueles que, ao lado de Mach, comporiam “o antigo empirismo e positivismo”, uma das três alas historicamente influentes na eclosão do movimento (Runes, 1942, p. 285). Já Waismann escreve – no prefácio ao volume que reúne artigos de Schlick – que a filosofia do autor está intimamente ligada aos grandes empiristas britânicos Berkeley e Hume. Trata-se, porém, segundo ele, de um empirismo “amadurecido e refinado pelo espírito da lógica moderna” (Schlick, 1979, p. xv). Também para Philip Frank, Hume é o “pai da filosofia empirista” e sua recomendação

¹ Refiro-me ao empirismo lógico ou positivismo lógico, movimento que teve origem em Viena na década de 1920. O recurso a essas expressões genéricas não significa desconhecimento de que o movimento englobava com frequência posições filosóficas diferenciadas, mas apenas que tais diferenciações não são aqui julgadas relevantes.

* Departamento de Filosofia do IFCH/UNICAMP.

indignada no final da *Enquiry* é a “base de todas as tentativas de tornar a ciência um sistema de conhecimento coerente e empiricamente confirmado” (Frank, 1949, p. 236). E é, naturalmente, o suposto acordo fundamental com Hume que sugere a Feigl apresentar a resposta do empirismo lógico a Kant como a resposta de um “Hume *redivivus*” (Feigl, 1980, p. 166)...

Em que pesem evidências como essas, comentaristas revisionistas têm negado recentemente que o projeto epistemológico do empirismo lógico apresente uma vinculação direta com o empirismo clássico. Thomas Uebel, por exemplo, seguindo talvez a sugestão de uma nota de Friedman (1991, p. 507), acusa Ayer e Quine de, na volta de suas viagens a Viena, transportarem em sua bagagem um produto original já contaminado pelo empirismo britânico de sua própria tradição. Ayer, primeiro, como seguidor do movimento e, depois, Quine, enquanto crítico, teriam contribuído decisivamente para os “retratos ingênuos” que se fazem hoje dos membros do Círculo de Viena, nas “histórias enlatadas” com que muitos escritores prefaciam seus novos trabalhos (Uebel, 1996, p. 416).

O que pretendo mostrar neste artigo é um aspecto particular da relação entre as duas formas históricas do empirismo: a leitura que o empirismo lógico fez do empirismo clássico (aqui representados por Hume e Mill, por razões que adiante ficarão claras). Acredito que o expediente permitirá que se revelem traços fundamentais do projeto do empirismo lógico e que se assinale a complexidade da questão concernente às relações teóricas e históricas entre o empirismo clássico e o empirismo contemporâneo.

Hume, Mill e o Empirismo Lógico

Para os empiristas lógicos, a distinção de Hume entre relações de idéias e questões de fato – que prefigura a distinção kantiana entre juízos analíticos e sintéticos – é fundamental para o empirismo. Ela permite que se faça uma ressalva à tese empirista radical

(como seria a tese de Mill) sem a qual o empirismo não se sustentaria. Em vez de dizer que todo conhecimento se baseia na experiência, os empiristas lógicos dirão então que todo conhecimento sintético se baseia na experiência (é *a posteriori*). Assim, têm a liberdade de admitir a matemática como conhecimento *a priori*, sem negar o empirismo, já que a matemática é considerada como meramente analítica.

Além disso, Hume assumiria a mesma posição intransigente do empirismo lógico diante da metafísica, como se evidencia no último parágrafo da *Investigação*, que se tornaria a epígrafe favorita do empirismo lógico:

Se tomamos nas mãos um volume qualquer de Teologia ou de Metafísica escolástica, por exemplo, perguntemos: Este livro contém algum raciocínio abstrato sobre quantidade ou número? Não. Contém algum raciocínio experimental sobre questões de fato ou de existência? Não. Para o fogo com ele, pois outra coisa não pode encerrar senão sofismas e ilusões (Hume, 1952, p. 509).²

Ou seja: as proposições da metafísica simplesmente cairiam fora das duas classes exaustivas e mutuamente exclusivas de “objetos da razão ou investigação humanas”. E isso porque a metafísica, segundo Hume, pretenderia fazer um cruzamento impossível entre as duas classes. Pretenderia conhecer questões de fato por meio de uma evidência *a priori*, exclusividade absoluta das relações de idéias. Ou com a tese anti-kantiana expressa em termos kantianos: a metafísica é impossível porque não existe juízo sintético *a priori*.

Segundo a perspectiva dos empiristas lógicos, Hume, porém, não tardaria a se desencaminhar. Depois de proceder sumariamente na *Investigação* à distinção entre relações de idéias e questões de fato, associando às primeiras uma evidência intuitivo-

² As citações em português de Hume 1952 e Hume 1947 seguem com frequência as edições brasileiras indicadas na bibliografia.

demonstrativa e às segundas a evidência fornecida pelo testemunho dos sentidos e da memória, diz Hume poder dedicar-se finalmente ao “assunto digno de atenção” que o preocupa diretamente e sobre o que julga ter algo importante a dizer: “indagar qual é a natureza dessa evidência que nos garante qualquer existência real e questão de fato, além do testemunho atual de nossos sentidos ou dos registros de nossa memória” (Hume, 1952, p. 458). Mas a investigação logo o conduz a identificar uma petição de princípio. Em uma famosa passagem, Hume a denuncia nestes termos:

Se, portanto, somos levados a confiar na experiência passada e fazer dela o padrão de nossos juízos futuros, tais argumentos só podem ser prováveis, ou daquela espécie que diz respeito às questões de fato e da existência real, segundo a divisão apresentada acima. Mas, se a nossa explicação dessa espécie de raciocínio é admitida como sólida e satisfatória, torna-se evidente que não existe tal sorte de argumentos. Dissemos que todos os argumentos relativos à existência baseiam-se na relação de causa e efeito; que o nosso conhecimento dessa relação deriva inteiramente da experiência; e que todas as nossas conclusões experimentais partem da suposição de que o futuro será conforme ao passado. Por conseguinte, tentar provar esta última suposição por meio de argumentos prováveis, ou seja, argumentos relativos à existência, é evidentemente girar num círculo vicioso e tomar como assente o próprio ponto que está em debate (Hume, 1952, p. 462).

Para os empiristas lógicos, essa seria a nítida expressão do ceticismo de Hume, uma crítica devastadora contra a justificação lógica da indução. O restante da obra de Hume seria então por eles desconsiderada, com respeito ao conhecimento, como sendo apenas uma tentativa sem importância epistemológica para entender o fato da crença humana em proposições não justificáveis. A crença de que o futuro se assemelhará ao passado estaria no mesmo nível epistemológico das crenças supersticiosas. Não se pode justificar logicamente essas crenças. São passíveis de explicações antropoló-

gicas, sociológicas e/ou psicológicas. Hume daria uma explicação psicológica para a crença humana na indução (e a aparente “crença” animal), através do hábito, “a visão psicológica de Hume sobre a crença e o ‘hábito’” (cf. Feigl, 1980, p. 278). Abandonaria assim a epistemologia e procuraria apenas se consolar com a ciência, ciência que não pode justificar a ciência. Abdicaria da justificação para ficar apenas com a gênese.

Mas há uma diferença importante entre a crença na indução e essas outras crenças: a crença na regularidade da natureza é um sucesso. E em matéria de indução, como diz Quine, nada faz mais sucesso do que o sucesso (cf. Quine, 1969, p. 129). Ou seja, o que vale é o resultado, a previsão correta. O que explicaria o sucesso, por exemplo, de nossa expectativa constante de que o sol nasça a cada dia?

Para Kemp-Smith, Stroud e outros que defendem a idéia de que Hume é naturalista, ele teria uma explicação naturalista para essa questão. Consideremos a seção V da *Investigação* e a obra póstuma *Dialogues concerning Natural Religion* (1779). Na *Investigação*, no último parágrafo da primeira parte da seção V, Hume escreve:

Neste ponto seria muito lícito que puséssemos fim às nossas indagações filosóficas. Sobre a maioria das questões jamais poderemos dar um passo mais adiante; e em todas as questões vimos forçosamente terminar aqui, depois das mais afanosas pesquisas. Apesar disso, nossa curiosidade será perdoável e talvez digna de louvor se nos conduzir a novas pesquisas e nos fizer examinar com mais exatidão a natureza dessa crença e da conjunção habitual de que ela deriva. Talvez encontremos assim algumas explicações e analogias que nos satisfaçam, ou pelo menos satisfaçam os que amam as ciências abstratas e podem interessar-se por especulações que, por mais exatas que sejam, conterão sempre um elemento de dúvida e incerteza. Quanto aos leitores cujos gostos sejam diferentes, a parte restante desta seção não se destina a eles e as seguintes indagações bem poderão ser compreendidas embora a passem por alto (Hume, 1952, p. 466)³.

³ Passagem referida em Monteiro 1984, p. 112.

Os defensores do naturalismo consideram-se na companhia de Hume no interesse por essa especulação incerta. Os intérpretes que enfatizam o ceticismo (em que se incluíam os empiristas lógicos) seriam os leitores de gosto diverso, de que fala Hume. Na segunda parte da seção, segundo os defensores da interpretação que privilegia o naturalismo, Hume reconheceria o sucesso da indução ao falar em uma “harmonia preestabelecida entre o curso da natureza e a sucessão de nossas idéias” e o explicaria através da “sabedoria da natureza” (cf. Hume, 1952, p. 469), explicação que se completaria nos *Diálogos*.⁴

O que importa nos *Diálogos*, à perspectiva naturalista, é a crítica de Philo à prova da existência de Deus via argumento do desígnio, defendida por Cleanthes (seu principal interlocutor), e a teoria que sugere para explicar a “harmonia preestabelecida” sem recorrer ao desígnio ou à intervenção de causas finais.

Cleanthes (como porta-voz dos partidários do finalismo) contesta que a “harmonia geral” que se observa no mundo possa resultar de uma convergência acidental de átomos. O argumento contra a mera casualidade é uma versão do hoje chamado algoritmo do Museu Britânico: quem acredita na casualidade deveria também acreditar que gerações de macacos sentados diante de máquinas de escrever acabariam por escrever, por exemplo, o *Hamlet* de Shakespeare... (Cleanthes fala nos *Anais* de Ênio). Para ele, “a ordem e a organização da natureza, o cuidadoso ajuste das causas finais, a óbvia utilidade e finalidade de cada parte e órgão; tudo isso indica na linguagem mais clara uma causa inteligente ou um Autor” (Hume, 1947, p. 163).

Para Philo não há providência nem mera casualidade na natureza. O que explica as falhas, o mal, é justamente o fato de que não há Providência, a intenção ou a intervenção de um ser onipotente. E o que explica o acerto, o ajuste parcial observado é que não há mera convergência acidental na natureza. Há uma “sabedoria da

⁴ Ver a propósito disso Monteiro 1984, cap. 4.

natureza”, se podemos colocar as palavras de Hume diretamente na boca de Philo. Diz o próprio Philo: “É vão, portanto, insistir sobre a utilidade das partes nos animais ou vegetais e seu cuidadoso ajustamento umas às outras. Gostaria muito de saber como um animal poderia subsistir se não tivesse as suas partes assim ajustadas” (Hume, 1947, p. 185).

Isso significa simplesmente, segundo os partidários da interpretação naturalista sobre Hume, “que nenhum ser vivo não adaptado ao seu meio ambiente é capaz de sobreviver, de modo que não tem sentido algum insistir na sua admirável adaptação” como prova do desígnio da intervenção divina (Monteiro, 1984, p. 121). Hume defenderia aí, pré-darwinianamente, como outros, a idéia de uma seleção natural. Diz ainda Philo:

Se examinamos um navio, que elevada idéia não devemos formar da engenhosidade do carpinteiro que construiu tão complicada, útil e bela máquina! E que surpresa não devemos experimentar quando o descobrimos um estúpido mecânico, que imitou outros e copiou uma arte que, através de uma longa sucessão de anos – depois de múltiplas tentativas, erros, correções, deliberações e controvérsias – foi gradualmente melhorada! Muitos mundos podem ter sido malfeitos e remendados ao longo de uma eternidade antes que este sistema fosse esboçado. Muito trabalho perdido, muitas tentativas vãs e um lento mas contínuo aprimoramento através de infinitas eras na arte de fabricar mundos. (Hume, 1947, p. 167).

Essa interpretação naturalista não está isenta de dificuldades historiográficas. Ela se baseia nos *Diálogos* e supõe que Hume fale pela boca de Philo. Mesmo assim necessita de ressalvas, pois Philo nem sempre fala de modo consistente com a tese naturalista. No final dos *Diálogos*, por exemplo, na própria conclusão do debate, Philo afirma dar razão, no fim das contas a Cleanthe e aos partidários do argumento do desígnio... Os naturalistas recorrem então ao temor à censura para explicar a necessidade de subterfúgios por

parte de Hume. Kemp-Smith em sua Introdução aos *Diálogos* antecipa esses desdobramentos do debate sobre a interpretação naturalista de Hume e apresenta um documento a seu favor: uma carta de Hume a seu amigo Sir Gilbert Elliot – de 1751 – em que Hume diz que, numa eventual representação dos *Diálogos*, ele, Hume, se reservaria o papel de Philo, papel que, acrescenta, “poderia desempenhar com bastante naturalidade” (Hume, 1947, p. 88).

Hume teria, então, uma explicação naturalista para o sucesso da indução, uma explicação análoga à de Quine (cf. Monteiro, 1984, p. 132). Para Quine, a seleção natural de Darwin é uma “explicação parcial plausível” para a questão que pergunta como acontece de podermos ter chances melhores do que as aleatórias de obter resultados positivos nas previsões sobre o mundo, por meio de induções. Não que se pretenda com isso justificar a indução. “O recurso a uma lei de seleção natural para essa finalidade – escreve Quine – seria gratuita, uma vez que a própria lei se baseia na indução. No que diz respeito a essa questão de justificar a indução, retornamos a Hume, que sustenta, sem dúvida, nossa posição” (Quine, 1973, p. 19-20).

Quine refere-se, evidentemente, à justificação lógica. Na medida, porém, em que se faz a ressalva de que a justificação não se separa da gênese, não há razão para se cassar o uso da expressão “justificação” para indicar a tarefa da epistemologia. Como esclarece um autor insuspeito,

a questão de como se chega a acreditar no princípio causal e a questão sobre o que é a garantia de sua validade têm uma resposta comum. A crença prática no princípio surge através da associação, através de um instinto que a todo instante penetra a vida em suas atividades diárias, domina-a e a preserva. Os resultados desta função vital fundamental são válidos para viver. No que diz respeito à ação, não há nenhum outro tipo de validade. E a conduta da ciência é também uma atividade. Porque o mundo é constituído de acordo com o princípio causal, toda vida neste mundo deve estar sujeita àquele instinto.

E continua o mesmo autor:

A análise completa dessas condições da indução e a procura por qualquer delas que possa estar ausente é uma tarefa especial da lógica que não pode ser empreendida aqui. É, claro, totalmente impossível provar que a estrutura do mundo atende a tais pressuposições. A garantia prática completa para isso, porém, repousa no fato das atividades cotidianas da vida. Se tais pressuposições não fossem atendidas, não haveria nenhum instinto ou hábito, o que antes de mais nada torna toda atividade possível; não haveria nenhuma harmonia entre o mundo e nossas ações (...) O ponto de vista a que chegamos através dessas considerações é basicamente o de Hume.

Quem escreve essas linhas é ninguém menos do que Schlick, numa obra publicada pela primeira vez em 1918 (Schlick, 1974, pp. 397-398), antes, portanto – enfatizam Feigl e Blumberg na “Introdução” à edição inglesa –, da “tremenda influência” exercida sobre ele por Carnap e também por Wittgenstein, tal como o leram no Círculo de Viena (cf. Schlick, 1974, pp. xx-xxi). Antes, portanto, que Schlick se tornasse um empirista lógico e, como tal, um defensor intransigente da nítida distinção entre gênese e justificação.

Ao contrário de Hume, Stuart Mill goza de muito má fama entre os empiristas lógicos. Atribuem a ele a posição empirista mais radical, irresponsável e causa de sério arranhão à imagem de todo empirismo⁵.

Ayer parece resumir muito bem as objeções dos empiristas lógicos a Mill, ao afirmar que, das duas alternativas abertas aos empiristas diante das verdades lógicas e matemáticas, Mill teria escolhido a errada. Escreve Ayer:

⁵ Em Oliveira 1998 desenvolvo as idéias aqui sumarizadas e apresento um excerto da ‘fortuna crítica’ de Mill entre os empiristas lógicos.

...o empirista deve lidar com as verdades da lógica e da matemática de uma das duas seguintes maneiras: deve dizer ou que elas não são verdades necessárias – em cujo caso deve dar a razão da convicção universal de que o sejam – ou deve dizer que elas não têm conteúdo factual e então deve explicar como uma proposição vazia de todo conteúdo factual pode ser verdadeira, útil e surpreendente (Ayer, 1983, p. 97).

Segundo Ayer, Hume e os empiristas lógicos escolhem a segunda alternativa, enquanto Mill escolheria bisonhamente a primeira. Ou seja: ao negar, contra Kant, a existência de enunciados sintéticos *a priori* na matemática, os empiristas lógicos negam seu suposto caráter sintético, enquanto Mill procuraria negar seu caráter *a priori*. Compreende-se, assim, a exasperação dos empiristas lógicos contra Mill. Ele, e não Kant, seria, no caso, o verdadeiro antípoda do empirismo lógico, pois o que os empiristas lógicos admitem ser analítico *a priori*, Mill diria que é – exatamente o inverso – sintético *a posteriori*. Incluem-se aí os enunciados da lógica, em relação aos quais os empiristas lógicos formariam com Kant contra Mill. Mas, o que o próprio Mill tem a dizer a respeito?

Mill efetivamente coloca, como diz Schlick, “as proposições lógicas e aritméticas no mesmo pé que os enunciados sobre a realidade empírica” (Schlick, 1979, p. 405), mas pode-se mostrar que ele não comete a aberração de afirmar – como supõe Schlick, com outros empiristas lógicos – que todos os enunciados, mesmo os lógicos e matemáticos, são sintéticos *a posteriori*.

Para determinar se uma proposição qualquer é *a priori* ou *a posteriori*, os empiristas lógicos se perguntam se ela depende ou não da experiência para sua justificação. Pouco importa qual seja sua origem. Aliás, segundo eles, é evidente que todo conhecimento, quanto a sua origem, se baseia na experiência, seja sintética ou analítica a proposição que o veicule. A gênese do conhecimento é matéria estranha à epistemologia. O que interessa é saber o que conta para a determinação do valor de verdade de uma proposição

com pretensão a conhecimento. As proposições da lógica e da matemática não dependem, nesse sentido, em nada da experiência e assim são ditas proposições *a priori*.

Para caracterizar a posição de Mill não basta dizer que, para ele, as proposições da lógica e da matemática dependem, sim, da experiência e são, portanto, *a posteriori*. Mill não pertence ao mesmo quadro conceitual ou teórico, ao mesmo ‘paradigma’, e, assim, questões fundamentais, que para os membros do quadro teórico podem ser colocadas na forma de questões sim-ou-não, não podem ser respondidas por ele desse modo. Negar que as proposições da matemática sejam *a priori* não significa, fora do quadro, dizer que são *a posteriori*. No caso de Mill, pode-se dizer apenas que significa que o conhecimento matemático se baseia na experiência. E não se trata de uma banalidade, como para Kant e os empiristas lógicos, para quem *evidentemente* todo conhecimento, quanto à gênese, se baseia na experiência. Para Mill é uma tese, e uma tese epistemológica, a tese empirista de Mill.

Mas o que pensa Mill a respeito da geometria e da aritmética? Não há nenhuma forma de especificidade nessas ciências?

Consideremos a geometria.⁶ Para Mill, no *A System of Logic*, as chamadas verdades necessárias da geometria não são necessárias nem verdadeiras. Não são necessárias porque não são verdadeiras e não são verdadeiras porque são ficções ou hipóteses (cf. Mill, 1961, p. 149)⁷. Segundo ele, o objeto da geometria, os objetos de que trata a geometria são “objetos naturais”: pontos, linhas, ângulos e figuras “tais como realmente existem” (p. 148). Mas as proposições da ciência geométrica não são generalizações empíricas sobre esses objetos naturais. Não se referem diretamente a esses objetos e a razão é metodológica. Há induções, diz Mill, que não têm “necessidade de ficção” para serem aceitas como rigorosa-

⁶ Ver Oliveira 1998 para a concepção de Mill também sobre a aritmética.

⁷ Todas as citações de Mill são de Mill 1961.

mente verdadeiras. Mas outras, mesmo sendo apenas aproximações da verdade, devem ser admitidas como absolutamente verdadeiras para que sejam úteis ao “progresso do conhecimento” (p. 151).

A geometria supõe objetos como pontos sem extensão, linhas sem largura, retas perfeitas, círculos com raios perfeitamente iguais, quadrados com ângulos perfeitamente retos, que Mill chama de “objetos puramente imaginários” (p.147). É desses objetos que a geometria trata diretamente, sob a hipótese de que “o que é exatamente verdadeiro” a respeito deles é “muito aproximadamente verdadeiro” acerca dos objetos naturais (p. 149).

Escreve Mill:

Até onde, entretanto, não haja necessidade prática de ter em conta qualquer outra propriedade do objeto além de suas propriedades geométricas, ou qualquer de suas irregularidades naturais, é conveniente desprezá-las e raciocinar como se não existissem. Em conseqüência, anunciamos formalmente nas definições que pretendemos proceder desse modo. Mas é um erro supor, porque resolvemos restringir nossa atenção a certo número de propriedades de um objeto, que o concebemos desprovido de suas outras propriedades. Pensamos o tempo todo precisamente nos objetos tais como os temos visto ou tocado e com todas as propriedades que pertencem naturalmente a eles. Porém, por conveniência científica, nós os imaginamos despojados de todas as propriedades, com exceção daquelas que são essenciais a nosso propósito e em vista das quais desejamos considerá-los (pp. 148-149).

Parece claro, pois, que, segundo Mill, a geometria se constituiu mediante a construção, por abstração, de modelos teóricos dirigidos ao estudo de objetos naturais. A experiência não nos apresenta uma linha reta perfeita, diz Mill, mas uma série de gradações de linhas retas, com cada vez menos largura e curvatura, cujo “limite ideal é a linha reta da definição” (p. 153). As proposições da geometria não correspondem mais aos fatos do que as proposições das

demais ciências, mas por “conveniência científica” se supõe que correspondem exatamente a eles e então “se extraem todas as conseqüências da suposição” (p.149).

Recoloquemo-nos, então, a questão sobre Mill de que partimos. Vimos que Ayer, como outros empiristas lógicos, acusa Mill de sustentar que uma ocorrência empírica poderia eventualmente refutar uma verdade matemática como $2+2=4$. Teria essa crítica algum sentido?

De acordo com Mill, a aritmética e a geometria são ciências indutivas, mas não são construídas como simples generalizações indutivas sobre a experiência. A relação da matemática com a experiência é mais complexa. A verdade geométrica, que tomamos como exemplo, é uma verdade necessária para Mill apenas na medida em que é verdade formulada sobre objetos abstratos, como pontos sem dimensão. Nunca se poderá refutar uma verdade matemática como se pode refutar a generalização empírica de que todos os cisnes são brancos. Só se poderá negar as verdades matemáticas se se alterarem as hipóteses ou as condições sobre as quais elas se estabelecem. As proposições matemáticas se referem a objetos naturais, mas não o fazem diretamente, como as que se referem aos cisnes. Elas o fazem indiretamente, via abstração, como as proposições que se referem ao movimento retilíneo uniforme, em física, ou ao *homo economicus*. São modelos dos objetos naturais.

As proposições da geometria (como as da aritmética) não são, na teoria de Mill, proposições sintéticas *a posteriori*, como afirmam os empiristas lógicos. Mill trabalha em outro quadro teórico. Para ele não há sentido em descurar a gênese da matemática, tomá-la convencionalmente apenas a partir da forma em que, já constituída e desenvolvida, parece não ter relação com coisa alguma e então concluir confusamente que ela é uma ciência *a priori*... Isso é uma forma de prestigitação, como o que faz Carnap quando fala em duas espécies de geometria: a geometria pura, que seria *a priori*, e a geometria aplicada, que seria sintética. Segundo Mill, a ge-

ometria só seria pura para quem, como Carnap, esconde inadvertidamente sua origem na manga da camisa.

Para Mill, o desenvolvimento da matemática é um processo único, com três fases. Nas duas pontas, ela está intimamente ligada à experiência e, na fase intermediária, por conveniência metodológica, os objetos naturais são “banidos da mente” (p. 167). Chamar apenas a essa fase intermediária de matemática (ou matemática propriamente dita) poderia ser também uma conveniência metodológica como outra qualquer. Mill diria, porém, que fazer tal conveniência metodológica patrocinar uma conclusão epistemológica, como fazem os empiristas lógicos, é um completo equívoco.

Empirismo, justificação e gênese

Uma significativa foto, de dois simpáticos velhinhos, ilustra o conhecido volume da D. Reidel que reúne textos de Herbert Feigl, *Inquiries and Provocations*. A legenda da foto diz, placidamente: “C. G. Hempel - H. Feigl - Os dois últimos empiristas - 12 de maio de 1973”. A ressonância ecológica é evidente, a que não faltaria a nostalgia diante do fato consumado: Hempel e Feigl são apresentados como os últimos dos moicanos ou os dois últimos dodôs – ambos machos e, portanto, símbolos vivos da extinção da espécie...

O fato de que não se consideram os dois autores como os últimos empiristas *lógicos* é talvez um *lapsus linguae*, mas, de qualquer modo, voluntária ou involuntariamente, ilustra muito bem o conceito de que desfruta o empirismo depois do reconhecido fracasso do empirismo lógico. Consta nos anais filosóficos que o empirismo lógico fracassou em sua cruzada, a tentativa de exibir o significado empírico de cada enunciado sintético como um construto lógico sobre a experiência imediata. E esse fracasso foi entendido como tendo contaminado fatalmente todo o empirismo, dadas as supostas íntimas relações do empirismo lógico com o

empirismo clássico, que o empirismo lógico, vaidoso, desde o início fez questão de alardear.

Empiristas do século XX, os empiristas lógicos apresentaram-se como defensores *up-to-date* do empirismo clássico. Estavam convencidos da relevância de seu projeto, que consistiria em oferecer uma resposta contemporânea a uma questão clássica, a que seus célebres predecessores – isentos de culpa e tornados precursores – não teriam tido, essencialmente, condições técnicas de responder. Para isso, gozavam os empiristas lógicos da vantagem histórica de poder dispor de uma arma como a lógica matemática (uma lógica não-aristotélica) e ainda de uma geometria não-euclidiana, uma física não-newtoniana (ver Reichenbach, 1951, pp. 41-49).

Essa perspectiva 'histórica' do empirismo lógico não ultrapassou, no entanto, aquilo que Koyré poderia descrever como “um caso típico de reprojeção no passado de concepções modernas a fim de lhes dar o apoio de autoridades veneradas e consagradas” (Koyré, 1979, p. 268). A reprojeção, evidentemente, não foi inteiramente espúria. Contou com pontos de confluência bastante persuasivos, como a possibilidade de se identificar claramente em Hume uma preocupação com o reducionismo ou, prefigurada, *avant la lettre*, a distinção kantiana entre analítico e sintético, fundamental para o empirismo lógico.

O equívoco está em se pretender tomar esses pontos de contato como indicadores de uma identificação plena ou de uma identificação que só não é plena em razão dos descaminhos a que estiveram naturalmente sujeitos os precursores nos tempos mais heróicos da história do empirismo. Tais desvios são medidos em relação ao prumo dado pela regra “Não há enunciados sintéticos *a priori*”, que, segundo Carnap, poderia ser uma fórmula para comprimir o empirismo como um todo “*into a nutshell*” (Carnap, 1966, p. 180), mas que certamente não passa de uma fórmula exemplar da tentativa do empirismo lógico de comprimir toda forma de empirismo dentro do empirismo lógico.

Essa definição sumária de empirismo pressupõe evidentemente a aceitação das distinções analítico-sintético e *a priori-a posteriori*, e, como veremos, a distinção gênese-justificação. Uma estrutura inteira, conceitual e teórica, é assim transplantada em bloco para o passado, como base pré-fabricada para a reconstrução do empirismo clássico. O resultado é a descaracterização.

A princípio, Hume parece até poder instalar-se confortavelmente na desconfortável definição minimalista do empirismo. Afinal, sua classificação das proposições entre relações de idéias e questões de fato, sendo as primeiras *a priori* e as outras *a posteriori*, negaria a possibilidade de existência de proposições *a priori* sobre questões de fato ou sintéticas *a priori*. Entretanto, essa aparente adequação de Hume é procustiana. Para que ela seja possível, partes importantes de suas obras, como alguns capítulos da *Enquiry*, ou obras inteiras, como os *Dialogues concerning Natural Religion*, conforme vimos, se tornam como que apócrifas do ponto de vista epistemológico. As rebarbas doutrinárias são grandes e, uma vez aparadas, Hume acaba como o epistemólogo que recusa a epistemologia e que, ao confundir gênese e justificação, descamba para a mera psicologia, numa frustrada tentativa de oferecer uma consolação para o ceticismo. Em suma: ao lhe cortar os pés e as mãos para que vista elegantemente o uniforme do empirismo lógico, os empiristas lógicos fazem de Hume, pode-se dizer, um empirista teratológico.⁸

É assim também que nos vem estropiado, como precursor do empirismo lógico, um Stuart Mill empirista radical (cf. Von Mises, 1951, p. 360), quase um empirista ilógico. Mill é discriminado pelos empiristas lógicos por afirmar que todo conhecimento se baseia na experiência, inclusive, portanto, as proposições matemáticas. Schlick considera infantil esse pretense empirismo sem noção de limites e imputa a Mill também um lamentável anacronis-

⁸ Stroud fala de uma “distorção fundamental” na tentativa de assimilar Hume ao positivismo lógico (cf. Stroud, 1977, p. 219).

mo, visto não levar em conta as ressalvas feitas muito antes por Hume à aritmética e à geometria, via distinção analítico-sintético (cf., Schlick, 1979, p. 165).

O empirismo lógico surge, então, para resgatar o bom nome do empirismo, submetendo o que seria no seu entender a teoria de Hume a uma reforma lógica e obtendo, assim, um “empirismo consistente” (Ayer, 1983, p. 97), capaz de fazer jus também, digamos, à boa intenção empirista de Mill, comprometida por sua forma desastrosa de defender o empirismo. A referência desabonadora a Mill diante de Hume permite que pensemos em Mill como um precursor negativo do empirismo lógico – o empirista radical a quem não se deve imitar – ao lado do precursor positivo, Hume, a quem o empirismo lógico teria corrigido e desenvolvido.

Essa concepção influente, que o empirismo lógico tem de si mesmo como o desenvolvimento natural e o coroamento do empirismo clássico⁹, responde em seguida, após o fracasso do projeto do empirismo lógico, pela conclusão 'lógica' do fracasso do empirismo e até pela bancarrota da própria epistemologia. Como consequência, críticos dissidentes do empirismo lógico, como Quine e Kuhn, não seriam mais do que adeptos algo quixotescos de um arremedo de empirismo, grandes herdeiros de um patrimônio dilapidado, que só herdariam, de fato, o nome de família.

Se se pode mostrar, no entanto, como indicamos acima, que Hume e Mill têm na verdade uma perspectiva naturalista, com um compromisso com a gênese do conhecimento, e não apenas uma preocupação com a justificação pura, inteiramente independente da gênese, então a paisagem empirista se transforma. O que se vê não é uma planície encimada pelo pico do empirismo lógico e seguida de um *canyon*, representado pelo arremedo de empirismo de Quine e Kuhn. O quadro exhibe uma mais ampla planície, definida pelo empirismo clássico (pelo menos Hume e Mill) e o pós-empirismo

⁹ “Uma culminância das tendências empiristas na filosofia desde a Renascença” (cf. Feigl, 1983, p. 75).

lógico, e, no meio, sobranceira, a imagem de uma torre de marfim...

Não se trata de pensar o empirismo clássico e o empirismo que sucede ao empirismo lógico como fechados dentro da gênese, o que significaria afastá-los da epistemologia, num *apartheid* de fato e de direito. Tanto um como o outro, e tanto quanto o empirismo lógico, estão interessados na justificação do conhecimento e são, assim, *lato sensu*, teorias epistemológicas. A questão é a natureza dessa justificação, sua definição *stricto sensu*. O empirismo lógico exige uma nítida separação entre gênese e justificação (cf., por exemplo, Reichenbach, 1951, p. 231). A gênese é o terreno da ciência empírica – a psicologia, a história – e a justificação é território autônomo da epistemologia, com fronteiras muito bem demarcadas e policiadas. O próprio empirismo lógico se atribui as funções de guarda de fronteira, desqualificando as pretensões epistemológicas de quem confunde gênese e justificação.

A separação gênese-justificação processada pelo empirismo lógico se inspira diretamente em Kant. Kant escrevera que tudo começa com a experiência, mas nem tudo deriva da experiência (Kant, 1980, p. 23). Para os empiristas lógicos (cf. Reichenbach, 1951, p. 111) isso significa que, embora no nível da gênese tudo dependa da experiência – e Kant formaria então com os empiristas contra o inatismo –, o mesmo não ocorre no nível da justificação. Isso porque parece muito claro aos empiristas lógicos que um enunciado como $7+5=12$ ou quaisquer enunciados aritméticos, geométricos ou lógicos não dependem da experiência como dependem os enunciados empíricos. Neste último caso, recorre-se à experiência para a determinação do valor de verdade do enunciado, para se decidir se o enunciado é verdadeiro ou falso. Em suma: os enunciados lógicos e matemáticos não dependem da experiência e os enunciados empíricos dependem da experiência para sua justificação. Nesse sentido, os primeiros são ditos enunciados *a priori* e os últimos *a posteriori* (cf. Carnap, 1966, p. 179).

A estratégia para estabelecer a circunscrição própria da justificação está em tomar-se o enunciado como o objeto por excelência de consideração epistemológica, na medida em que tem sido encarado tradicionalmente, e muito persuasivamente, como a unidade mínima de verdade, do mesmo modo que a palavra seria a unidade mínima de significação.

Na verdade, para o empirismo lógico – situado na altura do marco 2 da evolução do empirismo, segundo Quine – o enunciado é também a unidade semântica mínima, o veículo primário do significado (cf. Quine 1981, p. 68). Assim, com o fracasso do empirismo lógico em exibir o significado empírico de cada enunciado (sintético), todo o seu projeto epistemológico é colocado em xeque. Como o enunciado poderia ser a unidade mínima de verdade se nem se pode dizer se é unidade autônoma de significação?

A expansão da unidade mínima de significado, proposta por Quine – do enunciado para a teoria (cf. Quine, 1981, p. 70) – não é apenas uma mudança de grau, como a passagem da palavra para o enunciado. Ela induz uma mudança qualitativa na estratégia de abordagem epistemológica. Se antes se perguntava se um enunciado como “ $2+2=4$ ” seria *a priori* ou *a posteriori*, o que permitia uma resposta imediata a Kant e aos empiristas lógicos, trata-se agora de decidir, no mínimo, sobre a natureza da teoria aritmética. Se se pode dizer que o enunciado “ $2+2=4$ ”, tomado isoladamente, não necessita obviamente de nenhum recurso à experiência para determinação de seu valor de verdade, não se dirá o mesmo da teoria aritmética como um todo. O objeto de consideração epistemológica se torna muito mais complexo e é legítimo suspeitar se então se pode prescindir de um tratamento histórico. A estratégia dos empiristas lógicos se apoiava justamente no fato de que se julgava poder dispor de um objeto epistemológico tão simples que para sua justificação não precisaria concorrer nada que dissesse respeito a sua gênese e desenvolvimento. Essa possibilidade autorizaria a nítida distinção gênese-justificação.

Um enunciado como $2+2=4$ não é, na teoria de Mill, um enunciado *a posteriori*, como supõe Ayer quando escreve que “a tese de Mill que rejeitamos é que as proposições da lógica e da matemática têm o mesmo estatuto que as hipóteses empíricas; que sua validade se determina do mesmo modo” (Ayer, 1983, p. 100).

Isso não significa tampouco que o enunciado seja *a priori*. Mill trabalha em outro quadro teórico, voltado também para a gênese e o desenvolvimento do conhecimento. Para ele, como vimos, o desenvolvimento da matemática é um processo único, com três fases. Nas duas pontas, ela está intimamente ligada à experiência e, na fase intermediária, por conveniência metodológica, os objetos naturais de que parte são “banidos da mente” (cf. Mill, 1961, p. 167). Não tem nenhum sentido para Mill considerar essa fase intermediária do processo como *a matemática* e tirar daí conclusões epistemológicas. Ou tomar um enunciado isolado, do interior dessa fase em que deliberadamente se rompe o contato com a experiência, e dizer que o enunciado é *a priori*...

Para Quine, o objeto próprio de consideração epistemológica é talvez mais amplo do que uma teoria como a aritmética ou a matemática. Para compreender isso basta evocar sua abordagem metafórica preliminar:

A totalidade daquilo a que chamamos de nossos conhecimentos ou crenças, das mais casuais questões de geografia e história, às mais profundas leis da física atômica ou mesmo da matemática pura e da lógica, é uma construção humana que está em contato com a experiência apenas em suas extremidades. Ou, mudando a figura, a ciência total é como um campo de força cujas condições de contorno são constituídas pela experiência. Um conflito com a experiência, na periferia, ocasiona reajustamentos no interior do campo. (...) Mas o campo total está de tal modo determinado por suas condições de contorno, a experiência, que existe larga margem de escolha de quais enunciados reavaliar à luz de qualquer experiência individual contrária (Quine, 1962, pp. 42-43).

Em seu projeto epistemológico, os empiristas lógicos acreditavam poder retalhar toda a ciência em enunciados, isolar os enunciados *a priori* como puramente formais e então exibir o conteúdo empírico de cada enunciado sintético mediante uma redução lógica desses enunciados à experiência. Já para Quine, na intrincada relação entre teoria e experiência há “saltos irredutíveis” (cf. Quine, 1973, p. 103), hiatos que não podem ser cobertos por pontes lógicas e, assim, o que se pode obter para uma teoria é uma justificação empírica mais pragmática. Tudo vai depender, em último caso, dos resultados alcançados ou propiciados pela teoria.

O mesmo vale, de acordo com Quine (e Hume), para a justificação da indução. Nada aí, brinca Quine, faz mais sucesso do que o sucesso. A indução, fundamental no aprendizado da linguagem natural, que é o andar térreo da estrutura teórica humana, funciona no caso da linguagem, segundo Quine, porque a linguagem é uma criação do homem. Tendo padrões de similaridade bastante similares, um homem pode fazer previsões bastante confiáveis sobre o comportamento verbal de seu vizinho. Assim, para Quine, o aprendizado ostensivo da linguagem é um “exemplo de indução curiosamente confortável, de um jogo de azar com dados viciados”, uma vez que a “confiabilidade geral da indução” nesse caso já “era de esperar” (cf. Quine, 1969, p. 125).

O “perene problema filosófico da indução”, segundo Quine, está em dizer por que a indução mereceria confiança também quando aplicada ao mundo, que, ao contrário da linguagem, não é criação nossa. Acaso haveria uma sintonia entre o padrão de similaridade humano e a natureza? Quer dizer: à classificação que fazemos de objetos ou eventos, a partir de nosso padrão de similaridade, corresponderia uma mesma (ou outra, relevante) classificação natural?

A resposta de Quine é “sim”. Se o padrão de similaridade ou o espaçamento de qualidade inato nas pessoas é um traço ligado aos genes, então o espaçamento que foi responsável pela maioria das induções bem-sucedidas deve ter tendido a predominar através da

seleção natural. Criaturas inveteradamente erradas nas suas induções têm uma tendência patética, porém louvável, de morrer antes de reproduzir a sua espécie (Quine, 1969, p. 126).

Essa parece ser também a resposta de Hume. Resposta que pode ser formulada de modo a responder diretamente à pergunta de Quine: a indução funciona em relação ao mundo, à natureza – mesmo a natureza não sendo uma criação nossa, como frisa Quine – porque nós somos uma criação da natureza. O homem faz parte da natureza que ele investiga e a relação entre homem e natureza não é uma relação esquemática, clara e distinta, entre sujeito e objeto. É uma relação obscura e até certo ponto indistinta entre o objeto e um sujeito que, ao mesmo tempo – também no plano epistemológico – é objeto da ação da natureza. Como escreve Stroud:

A teoria de Hume vê todo aspecto da vida humana como naturalisticamente explicável. Ela situa o homem harmonicamente dentro do mundo da natureza cientificamente inteligível e assim se choca com a tradicional concepção de um sujeito racional destacado (Stroud, 1977, p. 13).

É claro que a epistemologia, nesse quadro, privada da possibilidade de justificação lógica, não poderia realizar o sonho de instaurar um tribunal competente para julgar, em última instância e com um critério lógico-empírico, todas as demandas dos pretensos sujeitos de conhecimento. Mas nem por isso cabe recusa aos termos “justificação” e “epistemologia”. O que Hume propõe, talvez, é o que poderíamos chamar de justificação ecológica, sublinhando a integração do homem à natureza. E a disciplina responsável pelo estudo dessa justificação – a epistemologia, por que não? – não deixaria de constituir uma resposta à questão do conhecimento. Afinal, se o conhecimento é mais um aspecto da sofisticada adaptação do homem ao mundo, o que o fracasso da justificação lógica do conhecimento poderia significar? Ceticismo?! Ou que a questão epistemológica é muito mais ampla e complexa do que nosso es-

treito cercado conceitual, nossos propósitos práticos e imediatismo permitem que seja?

O projeto epistemológico de Quine alinha-se a essa perspectiva. Para ele, buscar uma justificação (lógica) da indução

é como buscar uma filosofia primeira para fundamentar a ciência. O que a seleção natural fornece (...) é, na verdade, uma razão por que funciona a indução, admitindo-se que funcione. Temos, aqui, na realidade, um exemplo ilustrativo de uma resposta àquilo que consideramos a pergunta central da epistemologia ilustrada: supondo-se que nossa teoria sobre o mundo exterior seja verdadeira, como podemos chegar até ela? (Quine, 1973, p. 20).

Para responder a uma questão como essa, uma questão empírica, não basta recorrer à lógica. Para os empiristas lógicos, impunha-se uma reconstrução lógica ou – como preferiam dizer, identificando lógica e racionalidade – uma “reconstrução racional” do conhecimento. Tratava-se de desbastar o material histórico, reduzindo-o a um núcleo ou eixo lógico. Como quer que houvesse se desenvolvido efetivamente a teoria, com seus 'retrocessos' e 'descaminhos', sempre se poderia reconstruir essencialmente o percurso, acreditava o projeto do empirismo lógico, como uma linha reta lógica até a experiência.

Consistente com o propósito de se constituir como uma “filosofia para acabar com todas as filosofias” (cf. Feigl, 1980, p. 38), o empirismo lógico mostrou a mesma desenvoltura em suas incursões pela história da filosofia.¹⁰ Como resultado, Hume e Mill são empiristas lógicos, desfavorecidos pela sorte, pela história, mas empiristas lógicos. É que tal 'história' é na verdade supra-histórica, definida por um suposto eixo lógico, uma história contada ao revés, em que o empirismo lógico *après la lettre* é a medida de todos

¹⁰ Segundo Charles Taylor, o empirismo lógico trata os autores da história da filosofia como se fossem contemporâneos (cf. Rorty, 1984, p. 17).

os empirismos. De 'histórico' temos apenas as desculpas para o incipiente empirismo lógico de Hume e Mill.

A fim de contar a história do empirismo, o empirismo lógico se aproxima de Hume e Mill munido de um conceito prévio de empirismo, o que determina o seu rudimentar trabalho historiográfico. Nesse tipo de 'historiografia', historiografia *whig* (cf. Butterfield, 1973), o anacronismo é como que elevado à categoria de método. O empirismo lógico justifica o anacronismo supondo, por certo, um desenvolvimento lógico do empirismo, do empirismo clássico até o empirismo lógico. Assim, pode desprezar os passos históricos desse desenvolvimento, dados efetivamente em uma via de mão única, e trafegar livremente na via lógica, de mão dupla, que permitiria reconstruir logicamente o empirismo clássico a partir do empirismo lógico, bastando para isso refazer em sentido contrário a rota do desenvolvimento 'histórico'. É a especificidade histórica que fica nas curvas quando o empirismo lógico abre sua via expressa, lógica, de acesso direto a todos os empirismos.

Conclusão

O par gênese-justificação não funciona como um critério prévio de demarcação do território epistemológico, mas está, ele mesmo, no centro do debate epistemológico. E enseja uma partição do território que não coincide com a linha clássica de divisão entre racionalismo e empirismo. De um lado, estão aqueles que aceitam uma nítida separação entre gênese e justificação (como os empiristas lógicos, Popper e Kant) e, de outro, os que suspeitam dessa separação (como Hume, Mill, Quine, Kuhn). Para os últimos, falar de justificação será falar também de gênese. Se a justificação da ciência não é dada por uma fonte de conhecimento *a priori* não o será também por uma asséptica filosofia primeira ou uma lógica de *proveta, milagrosamente salvas do pecado original, da humana gênese inter urinas et faeces*. A ciência e a epistemologia estão

num mesmo barco, flutuando no '*mare nostrum*' entre o ceticismo e a certeza.¹¹ A epistemologia empirista que recorre à gênese, antes e depois do empirismo lógico, não é, portanto, um arremedo de epistemologia, uma epistemologia de segunda classe. Não há primeira e segunda classes no barco de Neurath...

Na verdade, o empirismo lógico julgou poder travar com Kant, vitoriosamente, um debate de 'filósofos razoáveis'. Deixou-se seduzir pelas gentilezas teóricas de Kant, que lhe teria oferecido o dualismo analítico-sintético, a distinção gênese-justificação e sacrificado o inatismo. A essa amabilidade, o empirismo lógico retribuiu reconhecendo o *a priori* e oferecendo, como prova de boa vontade, a cabeça do suposto empirista radical Stuart Mill, para quem todos os enunciados seriam *a posteriori*. E, pode-se dizer, foi assim atraído para o campo do adversário, persuadido a empreender a reconstrução lógico-empírica do conhecimento com um pé no terreno racionalista, no interior do 'paradigma' kantiano. Abandonou então, por impróprio, o terreno da gênese, campo próprio e mais fértil da epistemologia empirista. E tal "empirismo racionalista" (na expressão de Neurath)¹² fracassou.

Ele começa por pretender um reducionismo lógico estrito da teoria à experiência, mas logo se vê obrigado a suspender essa exigência. Não pode mais falar em equivalências na relação entre teoria e experiência, mas apenas em implicações (cf. Quine, 1969, p. 77). Aí o reducionismo só sobrevive na intenção, só é lógico na aparência. O empirismo lógico então se paralisa, estanca em vertigem a um passo do que considera o precipício humeano, para fora da epistemologia. Quine cobra esse passo. Ele e Kuhn dão, com

¹¹ Como escreve Hume sobre a "estranha condição da humanidade": ela "deve agir, raciocinar e crer, embora não seja capaz, por mais diligente que possa ser sua investigação, de satisfazer-se com respeito ao fundamento dessas operações ou afastar as objeções que se levantem contra elas" (Hume, 1952, p. 508).

¹² Cf. Neurath, 1946, p. 15.

certa insegurança, esse passo. Mas não há nenhum abismo entre a gênese e a justificação. A linha que as separa é apenas uma linha imaginária. Como já sabia a velha ‘cartografia’ do empirismo clássico.

BIBLIOGRAFIA

- AYER, A. *Language, Truth and Logic*. N.York: Penguin, 1983.
- BUTTERFIELD, H. *The Whig Interpretation of History*. Harmondsworth: Penguin, 1973.
- CARNAP, R. *An Introduction to the Philosophy of Science*. N. York: Basic Books, 1966.
- FEIGL, H. *Inquiries and Provocations*. Dordrecht: Reidel, 1980.
- FRANK, P. *Modern Science and its Philosophy*. Cambridge: Harvard University, 1949.
- FRIEDMAN, M. “The Re-Evaluation of Logical Positivism” In: *J. Philosophy*, vol.88, 1991.
- HUME, D. *An Enquiry concerning Human Understanding*. London: Britannica, 1952. (Ed. brasileira: *Investigação sobre o Entendimento Humano*. S. Paulo: Abril, 1973)
- _____. *Dialogues concerning Natural Religion*. N.York:Bobbs-Merril, 1947. (Ed. brasileira: *Diálogos sobre a Religião Natural*. S. Paulo: Martins Fontes, 1992).
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. In *Os Pensadores*. S.Paulo: Abril, 1980 (2ª edição).
- KEMP-SMITH, N. *The Philosophy of David Hume*. London: Macmillan, 1966.
- KOYRÉ, A. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. S.Paulo: Forense, 1979.
- MILL, J.S. *A System of Logic*. London: Longmans, 1961.
- MONTEIRO, J. *Hume e a Epistemologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.
- NEURATH, O. “Unified Science as Encyclopedic Integration”. In: NEURATH, O., R.CARNAP E C. MORRIS (EDS.): *Interna-*

- tional Encyclopedia of Unified Science*. Chicago: University of Chicago, 1946.
- _____ et al. (ed.) “A Concepção Científica do Mundo” In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, n. 10, 1986.
- OLIVEIRA, J.C.P. “Mill e o Empirismo Lógico” In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, vol. 8, n. 1, 1998.
- QUINE, W. *From a Logical Point of View*. Cambridge: Harvard University, 1962. (Edição brasileira: *De um Ponto de Vista Lógico*. In *Os Pensadores*, vol. LII, S. Paulo: Abril, 1975).
- _____ *Ontological Relativity and Other Essays*. N.York: Columbia University, 1969. (Edição brasileira: *Relatividade Ontológica e Outros Ensaio*s. In *Os Pensadores*, vol. LII, S.Paulo: Abril, 1975).
- _____ *The Roots of Reference*. La Salle: Open Court, 1973.
- _____ *Theories and Things*. Cambridge: Harvard University, 1981.
- REICHENBACH, H. *The Rise of Scientific Philosophy*. Berkeley: University of California, 1951.
- RORTY, R. et al.(eds.) *Philosophy in History*. Cambridge: CUP, 1984.
- RUNES, D. (ed.) *The Dictionary of Philosophy*. N. York: Philosophical Library, 1942.
- SCHILICK, M. *The General Theory of Knowledge*. Wien: Springer, 1974.
- _____ *Philosophical Papers*, vol. II. Dordrecht: Reidel, 1979.
- STROUD, B. *Hume*. London: Routledge, 1977.
- UEBEL, T. “Anti-Foundationalism and the Vienna Circle’s Revolution in Philosophy”. In; *Brit. J. Phil. Sci.*, 47, 1996.
- VON MISES, R. *Positivism*. Cambridge: Harvard University, 1951.

SOCIOLOGIA AMBIENTAL: UM BALANÇO PROVISÓRIO

*Leila da Costa Ferreira**

Introdução

A pesquisa científica sobre as inter-relações entre sociedade e ambiente encontra-se em rápida evolução em todo mundo. A proliferação crescente de contribuições vindas das mais diversas áreas de especialização disciplinar parece confirmar essa impressão. O que usualmente chamamos de “problemas ambientais” surgiu como importante preocupação, embora circunscrita a alguns grupos.

As ciências sociais, por exemplo, transpunham para a sociedade o mesmo paradigma dominante de fé no progresso e na racionalidade humana. Tanto Marx (1890/1980) como Durkheim (1895/1995) viam a era moderna como uma era turbulenta, mas ambos acreditavam que as possibilidades benéficas abertas pela era moderna superavam as características negativas. Weber (1910/1982) era o mais pessimista entre os três, vendo o mundo moderno como um mundo paradoxal onde o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individual. Ainda assim, nem

* Professora do Depto. de Sociologia, IFCH, UNICAMP.

mesmo ele antecipou plenamente o quão extensivo viria a ser o lado sombrio da modernidade.

Comenta Giddens (1991):

Para dar um exemplo, todos os três viram que o trabalho industrial moderno tinha conseqüências degradantes, submetendo muitos seres humanos à disciplina de um labor maçante, repetitivo. Mas não se chegou a prever que o desenvolvimento das “forças de produção” teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material. Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia, e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldade em desenvolver uma avaliação sistemática delas. (p.17)

Tanto cientistas naturais quanto sociais ergueram suas teorias sobre duas premissas básicas: o modelo newtoniano e o dualismo cartesiano (Comissão Gulbenkian, 1996). A história intelectual do século XIX é marcada, antes de tudo, por este processo de disciplinarização e profissionalização do conhecimento, o que significa dizer, pela criação de estruturas institucionais permanentes destinadas, simultaneamente, a produzir um novo conhecimento e a reproduzir os produtores desse conhecimento.

Segundo a Comissão Gulbenkian (1996) a criação das múltiplas disciplinas das ciências sociais inseriu-se no esforço global empreendido pelo século XIX no sentido de garantir e fazer avançar um conhecimento “objetivo” sobre a “realidade” na base de descobertas empíricas (entendidas por oposição ao trabalho de “especulação”). O intuito era “apreender” a verdade, em vez de inventar ou intuir. O processo de institucionalização deste tipo de atividade do conhecimento não foi nada simples nem linear. Pode-se, entretanto, afirmar que todo esse processo se traduziu, em ampla medida, numa história de “sucesso”. O estabelecimento das estruturas disciplinares gerou estruturas de investigação, de análise e de formação que não apenas se revelaram produtivas e viáveis, como tam-

bém geraram considerável bibliografia que hoje consideramos ser legado das ciências sociais contemporâneas. Além disso, por volta de 1945, as ciências sociais encontravam-se praticamente institucionalizadas na maioria das universidades do mundo.

Todavia, no preciso momento em que, pela primeira vez, as estruturas institucionais das ciências sociais pareciam finalmente montadas e claramente definidas, as práticas dos cientistas sociais iriam começar a mudar após a Segunda Guerra. Os sociólogos abriram caminho aos demais, transformando a “sociologia política” e a “sociologia econômica”, logo desde a década de 1950, em importantes subcampos no interior da disciplina. Seguiram-lhes os cientistas políticos e na, verdade, todos alargaram suas preocupações para além dos temas mais tradicionais e assistiu-se nos anos do pós-guerra uma redefinição de seu objeto, de maneira a integrar todos os processos sociais com implicações ou intenções políticas: grupos de pressão, movimentos de protesto, organizações comunitárias, dentre outros.

Foi nesse contexto que surgiram os estudos do que hoje chamamos de sociologia ambiental. Essa iniciativa de introduzir o debate e a dimensão ambiental no interior da sociologia pode ter surgido não só como consequência do processo citado, mas também como uma resposta à intensificação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da expansão econômica ou à reação social deflagrada por essas evidências de degradação. Todavia, chama atenção o fato dessa abordagem ambiental ter se desenvolvido tardiamente na sociologia, bem depois do tratamento pioneiro da biologia, ecologia, economia, demografia e da geografia, entre outras.

Ao mesmo tempo, também é surpreendente, que em pouquíssimo tempo, nesta última década o conceito de risco, totalmente vinculado às preocupações ambientais, passou a ocupar um lugar central na teoria social (Guivant, J.,1998). Segundo a autora dois importantes teóricos sociais contemporâneos, Ulrich Beck (1992 e 1999) e Anthony Giddens (1991 e 1997), contribuíram para isto ao considerarem os riscos, em especial os ambientais e tecnológicos

de graves conseqüências, como chaves para entender as características, os limites e as transformações do projeto histórico da modernidade.

Entretanto, a sociologia ambiental já é, em alguns lugares do mundo, particularmente nos Estados Unidos, uma área de produção bastante razoável e que certamente acabou influenciando as questões colocadas pela sociologia contemporânea e sendo também influenciada por esta.

Diante disso emergem algumas indagações: por que a sociologia posicionou-se tão tardiamente com relação à questão ambiental? Por que este tema ganhou tanta força no final do século XX? Por fim, outros dilemas surgem junto com esta nova área das Ciências Sociais: de que ponto de vista deveremos considerá-la? Quais são os paradigmas que a influenciaram? Quais seus limites teóricos e metodológicos?

Tendo em mente estes dilemas o presente trabalho pretende fazer uma primeira revisão da literatura internacional e comentar especificamente a sociologia ambiental brasileira.

Sociologia ambiental: surgimento e institucionalização

A sociologia ambiental, enquanto produção científica e acadêmica, emergiu a reboque dos movimentos de contestação social surgidos no início dos anos 60 e da constatação da situação emergencial de degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento do industrialismo (Paehlke, 1989).

O nascimento do movimento ambientalista na década de 1960 surpreendeu os sociólogos, que naquele momento não dispunham de um corpo teórico ou tradição de pesquisa empírica que os guiasse em direção ao entendimento da relação entre sociedade e natureza (Viola e Leis, 1992).

Os pioneiros da sociologia clássica, Durkheim, Marx e Weber, tinham abordado a questão de modo tangencial; além disso, apenas

raramente surgiam trabalhos isolados na área de sociologia rural, sem no entanto, promover uma acumulação considerável de conhecimentos que permitisse a criação de um campo teórico.

Hannigan (1997) acredita em duas explicações para o fato de os sociólogos marginalizarem a questão ambiental em seus empreendimentos teóricos. Uma delas refere-se às falhas do determinismo geográfico e biológico e sua visão conservadora sobre o entendimento das mudanças e conflitos sociais; a outra diz respeito ao próprio pensamento vigente que, em meados do século XX, enfatizava a literatura sociológica da modernização. A crença no progresso e na capacidade humana de descobrir as causas e soluções para todos os problemas seria responsável pela entrada dos países na modernidade. Os países em desenvolvimento, presos ao pensamento místico e religioso que concebia os seres humanos como parte da natureza, sem possibilidade de dominá-la, estariam afastando-se da modernidade.

O que atualmente é identificado como “preocupação ambiental” seria visto como atraso e obstáculo ao desenvolvimento, ao progresso. Certamente havia críticos ao paradigma desenvolvimentista, como os sociólogos marxistas; mesmo assim, tendiam a ver a problemática ambiental como um desvio das questões mais cruciais do humanismo.

Da mesma forma, Giuliani (1998) ressalta que a sociologia nasceu com a marca de um pensamento que tornou a sociedade independente da natureza, concepção esta vista como uma conquista da modernidade. Buttel (1992), por sua vez, assinala o relacionamento ambíguo da sociologia, em sua fase de construção, com as ciências naturais. Se, de um lado, o pensamento sociológico foi influenciado por conceitos provenientes das ciências naturais, por outro lado, a própria necessidade de legitimação das ciências sociais exigiu uma reação contra a simplicidade das explicações oriundas do determinismo biológico e geográfico, conforme mencionado anteriormente.

Foi neste contexto, embora de forma diferenciada segundo países, principalmente a partir dos anos 1960, que grupos de sociólo-

gos começaram a dar importância à problemática ambiental e perceber sua relevância e abrangência, passando a ocupar a agenda dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo, mesmo que de forma diferenciada. Tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas mais um modismo passageiro, nem uma dramatização de militantes ou cientistas radicais, como os denominados ecologistas radicais ou políticos que iniciaram a produção na área nos anos 1960 (Ferreira, 1992).

A sociologia ambiental assume então uma posição significativa para estudar as divergências e conflitos sobre a natureza (entendida, aqui, em seu sentido mais amplo, ou seja, tanto o ambiente natural quanto o construído) e as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores envolvidos (Buttel, 1987; Redclift e Woodgate, 1996; Hanningan, 1997).

Este tipo de orientação desenvolveu-se, especialmente, em meados dos anos 1980, contribuindo com a revitalização teórica e com uma projeção maior dentro da disciplina, processo em parte motivado pelo crescimento dos movimentos ambientalistas e a crescente preocupação com os efeitos globais dos riscos ambientais (Mol, 2000; Viola, 1997). O período prévio – entre os anos 1970 e a primeira parte dos 1980 – caracterizou-se por trabalhos mais dispersos, mas não menos importantes.

Segundo Buttel (2000) a sociologia ambiental norte-americana, por exemplo, que dominou internacionalmente o campo até o fim dos anos 1980 e início dos 1990, tem apresentando algumas deficiências. A teoria sociológica ambiental norte-americana desenvolveu-se originalmente em reação à falta de atenção da sociologia dominante com os fenômenos biofísicos; assim, a sociologia ambiental enfatizou tendências fortes, senão intrínsecas, das sociedades modernas à degradação ambiental, e tendeu a minimizar a teorização dos processos de melhoramento ambiental. Mas, de certa forma incoerentemente, a sociologia ambiental dominante também se inclinou a ver que essas tendên-

cias à degradação ambiental poderiam ser revertidas se o movimento ambientalista unisse forças suficientes. O movimento ambientalista também é percebido como essencialmente o único mecanismo significativo para se alcançar soluções para os problemas ambientais, sendo, pois, uma força progressiva *sui generis*.

A cultura sociológica ambiental norte americana tendeu, assim, a simplificar os processos de mobilização ambientalista e a exagerar a coerência do ambientalismo. Finalmente, ressalta o autor, os principais trabalhos da sociologia ambiental norte-americana tenderam a uma visão reducionista da política ambiental, seja vendo a formação das políticas estatais ambientais em termos relativamente benignos, seja enfatizando as forças inexoráveis que compelem a política estatal a exacerbar a degradação ambiental.

Por outro lado, Buttel (2000) comenta algumas tendências recentes na cultura sociológica ambiental – particularmente o despontar das teorias sobre a pós-modernidade no seio da cultura sociológica geral, e a aplicação de uma perspectiva particular da pós-modernidade (“modernização reflexiva”) aos problemas da relação entre sociedade e ambiente. Para o autor, a teoria de Beck (1992) sobre a “sociedade de risco” e o trabalho de Spaargaren (2000) e Mol (2000) são as contribuições mais visíveis para a sociologia ambiental ancoradas na noção de modernização reflexiva. Em acréscimo, teóricos socioconstrutivistas e analíticos do discurso, tais como Lash et al. (1996), Hannigan (1997), Yearley (1996) e Wynne (1996), têm apresentado sociologias interpretativas dos riscos ambientais e da política ambiental que são largamente consistentes com o quadro de referência da modernização reflexiva.

A noção de reflexividade – a de que os cidadãos-atores não são apenas recipientes passivos do arco de forças da modernidade, e que a modernização pode-se “voltar sobre si mesma”, de forma a encarar os problemas que criou – muito tem contribuído para a sociologia em geral, e para as contribuições sociológicas ambientais.

O clima intelectual e a trajetória político-institucional

Mas é claro que o processo de institucionalização da sociologia ambiental, no interior da sociologia, não foi homogêneo. Pode ser subdividido em função dos acontecimentos políticos e culturais do momento, assim como do próprio desenvolvimento intelectual do “estado da arte”. Assim, por um lado, podemos distinguir “escolas”, ou núcleos dinâmicos de ensino, pesquisa e debate em diversos locais do mundo. Às vezes o núcleo dinâmico consiste de alguns professores, ou apenas um sociólogo, que lida com a questão ambiental; outras vezes, é todo um conjunto no qual se incluem departamentos, professores nacionais e estrangeiros, o debate científico, o ensino de teorias e técnicas, a realização de pesquisas.

Vale destacar que o período que engloba os anos de 1960 até meados de 1980, onde a produção intelectual se deu de forma mais sistemática e já institucionalizada, foi profundamente influenciado pelo clima cultural dos anos 1960: os novos movimentos sociais, a contracultura, a crítica radical ao industrialismo e ao armamentismo pelos novos movimentos sociais, marcaram uma mudança drástica do clima cultural e universitário em várias partes do planeta e inclusive nos Estados Unidos, acentuando a necessidade de se investigar a problemática ambiental.

A trajetória político-institucional da disciplina nos Estados Unidos, caso pioneiro de institucionalização da sociologia ambiental, iniciou-se na década de 1970. Cabe ressaltar que já nos anos de 1960 havia uma produção não sistemática, mas interessante, que abordava a problemática a partir de uma perspectiva mais radical, tanto nos Estados Unidos, como na Europa. Os chamados “ecologistas radicais” ou “ecologistas políticos” certamente influenciaram esta produção posterior.

A preocupação inicial concentrou-se sobre os aspectos mais preservacionistas da questão ambiental que, gradualmente, foi ganhando novos contornos com a crise energética deflagrada a partir de 1973, com a alta dos preços do petróleo. Essa crise energética

coincidiu com o lançamento, pelo Clube de Roma, do Relatório “Limites do Crescimento”, que alertava de forma tempestuosa a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais e de uma catástrofe ambiental planetária, caso se mantivessem constantes as expectativas de crescimento econômico (Ferreira,1992). A publicação do relatório acarretou intensos debates sobre a questão da escassez e do modelo de crescimento vigente, apesar das inúmeras críticas recebidas. Nesse período, houve uma proliferação de iniciativas de pesquisas sobre os movimentos ambientais, energia e recursos naturais, análises de políticas ambientais, propostas de alternativas de crescimento, o debate acirrado e polêmico sobre a questão populacional (Hogan,2000).

Por outro lado, a seção de sociologia ambiental da *American Sociological Association*, cresceu de 290 membros em 1976 para 321 em 1979, atraindo pesquisadores com diferentes interesses na área. Segundo Dunlap (1997), em meados da década de 1970 as três associações nacionais de sociologia nos Estados Unidos (Rural Sociological Association, Society for the Study of Social Problems, além da American Sociological Association) iniciaram grupos e seções de sociologia ambiental, além do tema ter sido tratado em várias outras seções.

De acordo com o autor, a problemática sobre a escassez dos recursos naturais, apesar de bastante divulgada e debatida, não foi devidamente assimilada pela cultura política norte-americana, orientada pelo mito do crescimento ilimitado. Nesse sentido, a era Reagan representou a rejeição explícita da idéia de limites, e o clima do sonho norte-americano de crescimento e prosperidade interrompeu o pesadelo da escassez (Vig e Kraft,1998). Obviamente este processo interferiu na produção da área que, segundo Dunlap (1997), sofreu um declínio na década de 1980. Conforme o autor, a seção de sociologia ambiental teve uma redução para menos de 300 membros em 1980; poucos artigos novos foram escritos e nenhum deles foi publicado nos principais periódicos de sociologia.

Contudo, os grandes acidentes envolvendo usinas nucleares e contaminações tóxicas de grandes proporções, como os casos de Three-Mile Island (1979), Love Canal, Bhopal (1984) e Chernobyl (1986), acirraram novamente o debate público e científico sobre a questão dos riscos nas sociedades contemporâneas; conseqüentemente, as questões da cidadania e da qualidade de vida ganharam novos impulsos naquele momento (Dunlap, 1997; Hogan, 1992). Iniciou-se nesse período uma mudança de escala na análise dos problemas ambientais, que passavam de um nível local para o global, transformando igualmente a frequência de problemas e acidentes ambientais; a própria natureza dos problemas tornava-o mais difícil de serem previstos e compreendidos (Dunlap, 1993; Ferreira e Viola, 1996).

Na verdade, houve nos fins dos anos de 1980 um clima favorável ao processo de consolidação da área em nível internacional. Vários dados comprovam esta afirmação: novamente pode-se observar um aumento do número de membros na seção da ASA na virada da década, atingindo 400 membros em 1993. O volume de textos publicados e o crescente interesse de estudantes nos cursos voltados à problemática também confirmaram essa retomada. Outro sintoma significativo foi o aumento da atenção internacional dedicada à área, e a formação de um grupo de trabalho sobre ambiente e sociedade em 1990, a Associação Internacional de Sociologia – ISA, sem mencionar o impacto da Rio-92 (Dunlap, 1997).

No que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos, Buttel (1996) comenta que a trajetória da sociologia ambiental poderia ser sintetizada em três momentos distintos: o momento de formação, a partir da combinação e contribuição de outras sociologias específicas; a fase de constituição de um núcleo teórico próprio, de perfil mais consensual; e um momento de diversificação e maior incorporação do corpo teórico da sociologia geral.

Com relação ao período de formação o autor comenta que a sociologia rural foi pioneira na contribuição para área; salienta, entretanto, que outras sociologias específicas também participaram desse processo, como a sociologia de comunidades, a sociologia do

desenvolvimento, a sociologia urbana e a teoria dos movimentos sociais. Em certa medida, a sociologia ambiental não surgiu como uma nova disciplina, mas sim dentro de outras disciplinas já existentes, tentando, por um lado, cobrir a lacuna teórica da tradição clássica com relação às questões ambientais e, por outro, criar um *locus* institucional para o desenvolvimento da nova temática.

No tocante à lacuna teórica, Buttel (1996) considera que a tendência da sociologia clássica foi criar teorias que, implicitamente, assumissem que as sociedades e grupos humanos são independentes ou isolados dos processos biofísicos. Para ele, a sociologia, em busca de liberar o pensamento social dos reducionismos, preconceitos e da visão conservadora do início da ecologia humana, exagerou ao promover a separação entre o processo social e o mundo natural. Catton e Dunlap (1994) são mais enfáticos na crítica à resistência da sociologia às questões ambientais, salientando o contexto sociocultural da formação da sociologia, assim como seus paradigmas de análise. Argumentam que a sociologia foi profundamente influenciada por uma cultura ocidental antropocêntrica. Essa visão de mundo foi historicamente acentuada por processos convergentes de desenvolvimento técnico-científico e acumulação de riquezas, propiciada pela expansão colonial, que resultaram na revolução industrial, no fortalecimento de idéia de progresso e no processo de ocidentalização do resto do mundo.

A fase seguinte, de constituição de um núcleo teórico, unificou-se em torno da produção de alguns sociólogos ambientais, como Catton, Dunlap, Schnaiberg, Buttel, Redclift, Harteley, Chapman, Yearley, Hannigan, entre outros, que mais se destacaram na produção teórica após os anos de 1970. Esses autores, apesar das diferenças de suas perspectivas de análise, enfatizavam o caráter materialista e realista da crise ambiental, com críticas explícitas às tendências das sociedades industriais modernas, não deixando de lado a importância da dimensão cultural deste processo. Criticaram fortemente a insustentabilidade das sociedades modernas, por se apoiarem em um modelo de produção, consumo e descarte que dilapidou

os recursos naturais muito mais rapidamente que sua capacidade de regeneração. Acreditaram, entretanto, que a própria crise deveria favorecer uma mudança de paradigma, tanto na sociedade, quanto na sociologia.

O terceiro momento na trajetória intelectual da sociologia ambiental, que se explicita mais nitidamente na virada da década de 1980 para 1990, caracteriza-se por uma maior diversidade teórica e por certa incorporação da teoria sociológica clássica.

Destacaram-se, em primeiro lugar, as influências advindas da sociologia contemporânea, no sentido de uma guinada cultural que reduz a ênfase nas explicações materialistas e estruturalistas em favor de perspectivas culturais, subjetivas e com forte influência da sociologia do cotidiano. Essa mudança teórica contribuiu fortemente para um aumento na receptividade da questão como fenômeno social relevante. É possível registrar, a partir desse momento, as contribuições de sociólogos de destaque, que enfatizam a importância da questão no contexto das sociedades da alta modernidade, como é o caso de Beck (1992), Giddens (1991), Touraine (1989), Castells (1999), dentre outros.

A nova perspectiva de análise, para Hannigan (1997) por exemplo, passou a enfatizar os processos sociais, políticos e culturais onde as condições ambientais são definidas como sendo aceitáveis ou não. Neste sentido, um “problema ambiental” é socialmente construído, aspecto percebido como mais relevante do que a própria tarefa de avaliar se as reivindicações são válidas ou não. Os problemas ambientais seriam similares aos demais problemas sociais e a ação dos diferentes atores seria o objeto de análise principal.

A sociologia ambiental no Brasil

Em nosso país o processo de institucionalização da sociologia ambiental encontra-se em fase intermediária, quando comparado às experiências internacionais. O melhor exemplo de organização da

área pode ser analisado por intermédio do Grupo de Trabalho “Ecologia, Política e Sociedade” da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) (Vieira,1992; Ferreira e Viola,1996 e Drumond e Schoroeder,1998).

Esse grupo reuniu-se pela primeira vez no âmbito da ANPOCS em 1986, quando a problemática ambiental ainda era tratada de forma incipiente nas ciências sociais brasileiras e reunia apenas um pequeno grupo de intelectuais. Desde então, a questão ambiental adquiriu relevância na comunidade científica mundial, como vimos anteriormente, e isso se refletiu na comunidade científica local. Além disso, alçou vôos que ultrapassaram os limites acadêmicos, adquirindo contornos de forte expressividade política.

Em 1992, em face da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro, o grupo de trabalho optou por abrir espaço prioritário de discussões visando o aprofundamento crítico desta temática em relação ao contexto brasileiro. Essa discussão culminou na publicação do livro *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, organizado por Daniel Hogan e Paulo Vieira, e certamente refletia o “momento” vivido pelo grupo, que representava já naquele momento uma certa diversidade regional.

Desde então vários intelectuais ligados ao grupo partiram para o exterior para fazer doutorado, pós-doutorado, preferencialmente mas não exclusivamente, nos Estados Unidos, França e Inglaterra, processo este que se refletiu na produção da área.

No ano de 1996 a preocupação temática do GT da ANPOCS era com a questão da globalização, obviamente influenciada pelo “clima das ciências sociais” neste final de século (Ferreira,1997), novamente com destaque para o contexto brasileiro. Naquele ano também foi publicado o livro *Incertezas de sustentabilidade na globalização*, organizado por Leila Ferreira e Eduardo Viola. Tudo indica, apesar das controvérsias com a comunidade científica mais “tradicional”, que esse trabalho refletiu a consolidação de um grupo que penetrou na comunidade científica nacional de forma expressiva.

Hoje, a sociologia ambiental, as ciências políticas do meio ambiente, os estudos antropológicos e populacionais sobre o tema já se encontram consolidados em várias universidades brasileiras, sendo que a produção de dissertações e teses e o volume de livros e trabalhos publicados refletem o grau de interesse que esta problemática adquiriu. Além disso, existem outros indicadores do grau de institucionalização da temática no âmbito das Ciências Sociais brasileiras, como a publicação da *Revista Ambiente e Sociedade*, financiada hoje pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), além da questão ambiental ser o tema predominante em vários congressos de âmbito nacional, como o da Associação de Antropologia (ABA) no ano de 2000 e do Congresso Internacional de Sociologia Rural que foi realizado no Rio de Janeiro do mesmo ano.

Entretanto, semelhante ao que aconteceu ao grupo da ASA nos Estados Unidos, a Associação Nacional de Pós-Graduação, no ano de 1998, não aceitou a nova proposta do grupo de meio ambiente e este não tem se reunido no âmbito da ANPOCS desde então, entretanto, alguns de seus membros continuam participando, através de fóruns e mesas redondas, dessa Associação. No entanto, isso não significou um declínio de interesse pela área e os intelectuais e estudantes ligados ao GT têm se reunido em outros fóruns acadêmicos, como a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Latin American Studies Association (LASA) e a Internacional Sociological Association (ISA). Cabe mencionar ainda que foi formada uma Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) em setembro de 2000.

Na verdade, o presente *paper* é um primeiro produto de um projeto de pesquisa desenvolvido pela autora e financiado por FAPESP e CNPq, intitulado “Uma Sociologia da sociologia ambiental brasileira”, que tem como objetivo principal analisar a produção nacional e a institucionalização dessa área no Brasil. Portanto, um trabalho que tenta refletir sobre o “estado da arte” da sociologia ambiental brasileira acarreta uma série de dilemas.

Não são perguntas do tipo “como a sociologia ambiental brasileira institucionalizou-se pura e simplesmente”. Procura-se se situar em dois níveis de hipóteses: em primeiro lugar com uma preocupação do mundo das idéias, ou seja, como essa área desenvolveu-se nas últimas décadas, quais as suas principais preocupações, quais os principais temas tratados e qual a sua inserção no debate das ciências sociais contemporâneas brasileiras. Ou seja, há aqui, explicitamente, uma preocupação teórica: se as transformações recentes levam a afirmar a existência de uma sociedade global e complexa, como a sociologia ambiental tem se colocado diante deste tema, por exemplo.

Em segundo lugar, como o trabalho propõe “uma sociologia da sociologia ambiental”, perguntas como qual a posição dos cientistas sociais ambientais no interior da sociedade, sua vinculação com os demais grupos sociais, sua articulação com o pensamento e as representações sobre ambiente, sua influência nas atividades políticas, no fornecimento de consultorias, devem permear a análise pormenorizada do processo de institucionalização do campo da sociologia ambiental no Brasil, priorizando o estudo do processo de internalização da problemática ambiental na sociologia, através do conhecimento por ela produzido (análise da literatura especializada), assim como a análise da sua inserção nas associações nacionais, tais quais a ANPOCS, a Sociedade Brasileira de Sociologia e a análise da recente associação formada.

A discussão realizada aqui é apenas exploratória. Os temas suscitados são complexos e controversos. Por esses motivos, a discussão desenvolvida não deve ser considerada senão como uma exploração provisória.

Entretanto, cabe ainda uma observação final, para explicar um aspecto básico da sociologia da produção sociológica sobre o tema ambiental: é inegável que exista uma certa correspondência entre dada teoria e a problemática empírica com a qual melhor operam os seus conceitos. Isto é, a “visão de mundo” inerente a uma teoria sociológica favorece a seleção de determinadas configurações da

realidade. Assim, se por um lado é certo que a área encontra-se fortemente influenciada pela sociologia empírica norte-americana, precursora no processo de institucionalização da temática, por exemplo, por outro lado é preciso levar em consideração as especificidades deste processo no caso latino-americano, mais especificamente, o brasileiro e, portanto, acredita-se que a análise pormenorizada do caso brasileiro seja relevante, inclusive, para o entendimento das relações entre o campo científico, o campo da constituição das políticas ambientais e de movimentos sociais.

Bibliografia

- BECK, U. *Risk society. Towards a new modernity*. Sage Publications, London 1992.
- _____. *The reinvention of politics. Rethinking modernity in the global social order*. Polity Press., Cambridge 1997.
- BUTTEL, F. "New directions in environmental sociology. *Annual Review Sociology* nº 13, pp. 465-488, 1987.
- _____. "A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana". *Perspectiva. Revista de Ciências Sociais*. UNESP, São Paulo, v.15. pp 69-94, 1992.
- _____. "Environmental and resource sociology: theoretical issues and opportunities for synthesis". *Rural Sociology Society*, nº 1, Institute for Environmental Studies. University of Illinois, v. 61,1996.
- _____. "Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas". In: Herculano, S; Porto M; e Freitas, C. (org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. EDUFF, Niterói 2000.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Paz e terra, Rio de Janeiro 1999.
- CATTON, W. e DUNLAP, R. "Environmental sociology: a new paradigm". *The American Sociologist*, nº 1, fevereiro 1948, Washington, D. C., v. 13.

- COMISSÃO GULBENKIAN. *Para abrir as ciências sociais*. Cortez, São Paulo 1996.
- DRUMOND, J. e SCHOROEDER, A. “Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e similares no Brasil – uma listagem preliminar”. *Revista Ambiente e Sociedade*, nº 2, ano I, UNICAMP, Campinas 1998.
- DUNLAP, R. “From environmental to ecological problems”. In: C. Calhoun e G. Ritzer (orgs.). *Social Problems*. MacGraw-Hill. New York 1993.
- _____. “The evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of American experience”. In: M. Redclift, e G. Woodgate (eds.). *The International Handbook of the environmental sociology*. Northampton, Madison 1997.
- DURKHEIM, E. *Select Writings*. Cambridge University Press, Cambridge 1995.
- FERREIRA, L. C. Estado e Ecologia: Novos dilemas e desafios (A política ambiental no Estado de São Paulo). Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP. Campinas 1992.
- FERREIRA L. C. e VIOLA, E. *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Editora da UNICAMP. Campinas 1996.
- _____. (orgs.). *A sociologia no horizonte do século XXI*. Boitempo, São Paulo 1997.
- _____. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. Boitempo, São Paulo 1998.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. UNESP, São Paulo 1991.
- _____. et al. *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. UNESP, São Paulo 1997.
- GIULIANI, G. M. “Sociologia e ecologia: um diálogo reconstruído. *Revista Dados* (janeiro 1998), Rio de Janeiro, v. 41.
- GUIVANT, J “Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social”. In: BIB/ANPOCS, nº 46 (2º semestre 1998).
- HANNIGAN, J. *Environmental sociology. A social constructionist perspective*. Routledge, London e New York 1997.
- HOGAN, D. e VIEIRA, P. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Editora da UNICAMP, Campinas 1992.

- _____. "The impact of population growth on the physical environment". *European Journal of Population*, n.º.8 (2) 1992.
- _____. "Socio-demographic dimensions of sustainability. Brazilian perspectives". ISA, Rio de Janeiro 2000.
- MARX, K. (1980). *O capital. Crítica da economia política*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1980, v. II.
- MOL, A.P.J. "Globalization and environment: between apocalypse-blindness and ecological modernization. In: G. Spaargaren, A. Mol e F. Buttel (eds.). *Environment and global modernity*. Sage Publications, California 2000.
- REDCLIFT, M. e WOOGATE, G. (eds.). *The International Handbook of Environmental Sociology*. Edward Elgar, Cheltenham (UK)/ Northampton (USA) 1997.
- REDCLIFT, M. Post-sustainability. Trabalho apresentado na ISA, Rio de Janeiro 2000.
- SPAARGAREN, G. "Ecological modernization theory and changing discourse on environment and modernity". In: G. Spaargaren; A. Mol e F. Buttel (eds.). *Environment and global modernity*. Sage Publications, California 2000.
- TOURAINÉ, A. *Le retour de l'acteur*. Fayard, Paris 1989.
- YEARLEY, S. *Sociology, environmentalism and globalization*. Sage Publications, London, 1996.
- VIEIRA, P. "A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil". In: D. Hogan e P. Vieira (orgs.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Editora da UNICAMP, Campinas 1992.
- VIOLA, E. e LEIS, H. "A evolução das políticas ambientais no Brasil (1971-1991)". In: D. Hogan e P. Vieira (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1992.
- _____. "Globalização, sustentabilidade e governabilidade democrática no Brasil". In: A. A.Trindade e M. F. Castro (orgs.). *A sociedade democrática no final do século*. Paralelo 15, Brasília, 1997.
- VIG, N. e KRAFT, M. (eds.). *Environmental Policy in the 1990s*. Congressional Quarterly Inc., Washington, D.C., 1990.
- WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Zahar, Rio de Janeiro. 1982.

OS BRASILEIROS E O INSTITUTO HISTÓRICO
DE PARIS – 1834-1856
UM EPISÓDIO ENTRE BRASIL E FRANÇA*

*Maria Orlanda Pinassi***

A primeira metade do século XIX constitui um momento de redefinição histórica, quando as condições emersas de situações revolucionárias se acomodavam. São anos de transição cuja riqueza [e também pobreza] advém dos esforços empregados na construção das bases pós-revolucionárias. Nesse ínterim surge o Instituto Histórico de Paris (1834) que, refletindo o período, desponta como uma das muitas instituições francesas a constituir e veicular formas de um pensamento mais adequado às novas condições, e é com base nessa perspectiva que surge como um dos tantos elementos de mediação do Brasil no centro cultural do mundo moderno. Tal mediação, no entanto, é pouco conhecida,

* Este texto é parte dos resultados da pesquisa “O Instituto Histórico de Paris e o Pensamento Brasileiro entre 1834 e 1856”, realizada junto ao Centro de Estudos Brasileiros, IFCH/UNICAMP, sob minha coordenação, com auxílio da FAPESP.

** Professora do Departamento de Sociologia, FCL/UNESP de Araraquara e pesquisadora do CEB, IFCH/UNICAMP. É autora do livro *Três devotos, uma fé nenhum milagre*, Editora da UNESP, 1998.

rarissimamente citada e, em alguns casos, desconcertantemente inédita. Mas, para além dessa justificativa, conforma toda uma série de determinantes que, acredita-se, sejam capazes de elucidar, mais do que um intercâmbio de idéias, pontos obscuros da real natureza da reaproximação e dos interesses recíprocos de França e Brasil no século XIX.

O trabalho mais interessante e completo a respeito é resultante das pesquisas de Maria Alice Faria, em Paris, no ano de 1960, por sugestão do Prof. Antônio Cândido, que já na ocasião alertava para a necessidade e importância de um estudo dessa natureza. As duas publicações de Faria sobre o assunto, *Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris* (Conselho Estadual de Cultura, São Paulo s/d) e “Monglave e o Instituto Histórico de Paris” (*Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* nº 2, São Paulo, USP, 1967), assim como o breve ensaio de Octavio Tarquínio de Souza, *Um brasileiro adotivo- História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. IX, José Olympio, Rio de Janeiro 1957) foram o ponto de partida da pesquisa referida e que centrou esforços iniciais no levantamento do material armazenado na Bibliothèque de l’Arsenal e na Bibliothèque Nationale de France, conforme indicação de Faria.

Os dados selecionados foram microfilmados e seu conteúdo refere-se às atas manuscritas das assembléias gerais e de classe, ao *Journal de l’Institut Historique* e ao *L’Investigateur*. Durante os anos de 1998 e 1999, o conteúdo ainda inédito desses microfilmes foi devidamente organizado, o que resultou na elaboração de verbetes sobre as atas das assembléias e um catálogo do material impresso.¹

¹ Frutos desses primeiros esforços de divulgação do IHP são as pesquisas de mestrado realizadas por Marcelo Francisco de Almeida, que interpreta os discursos que enfatizam o exotismo e o ecletismo, e por Elaine Cristina Carraro, que analisa a correspondência entre moral religiosa e política, temas candentes entre os membros do Instituto.

A idéia fundamental, aqui, não é fazer uma análise aprofundada do IHP mas, antes, divulgá-lo entre o público interessado, comunicando que, desde já, microfilmes, catálogo e verbetes encontram-se à disposição para consulta junto ao acervo do Centro de Estudos Brasileiros, IFCH/UNICAMP.

O interesse pela temática, assim como a forma de abordar a questão são, no entanto, derivados de um trabalho anteriormente realizado por mim. Na ocasião, fiz uma análise da revista *Niterói*, publicada em Paris, no ano de 1836, por jovens brasileiros bastante conhecidos da história do Império, entre os quais Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco de Sales Torres Homem, que congregavam o chamado “grupo de Paris”, assim denominado por Antônio Cândido em *Formação da literatura brasileira*. Buscava, então, apreender o sentido que estabeleciam das tendências contemporâneas em seu propósito de contribuir com a formação nacional.

Conforme levantamento anteriormente realizado constatou-se ter sido significativa a participação de brasileiros no Instituto, principalmente entre os anos de 1834, data de sua fundação, e 1856. Tal convivência culminaria num episódio particularmente interessante da história do pensamento nacional, referente ao período que compreende da Regência aos inícios do II Império, mas que tem merecido pouca ou nenhuma atenção dos estudiosos brasileiros da questão.

Ambas as pesquisas são desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP sob orientação da Prof^a Élide Rugai Bastos. Ressalta-se ainda que o trabalho de monografia em Ciências Sociais de Elaine Cristina Carraro, apresentado na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília, sob minha orientação, com auxílio da FAPESP, foi o resultado de sua leitura minuciosa das atas manuscritas do IHP (1834/1846) e da elaboração dos verbetes.

Sobre o Instituto Histórico de Paris

Há algumas semanas, M. Funck-Brentano descobriu num canto escuro da Biblioteca do Arsenal, onde nenhuma pessoa conhecia sua existência, seis registros contendo a história completa e em grande parte inédita, os doze primeiros anos (1834-1846) do Instituto Histórico, que em 1872 viria a ser a Sociedade de Estudos Históricos. O engenhoso descobridor deixou a um dos seus colegas o cuidado de continuar a exploração.

Quem diz isso é Paul Deslandres, membro da instituição, no artigo “Les débuts de l’Institut Historique (1834-1846)”, publicado na *Revue des Études Historiques*, Paris, no ano de 1922. Nele enaltece um acontecimento que teria sido de maior importância se, de fato, aquele cuidadoso colega de M. Funck-Brentano tivesse considerado a recomendação de preservar e explorar o material. Limitou-se, ao que tudo indica, a armazená-lo – tal como foi encontrado – de modo a figurar no índice da referida biblioteca como Manuscritos de nº 9.185 a 9.190. São seis registros *in-folio* da Casa Froidevaux, 4, rue de Sèvres, contendo as atas de reunião das assembléias gerais, do conselho e de duas das quatro classes do Instituto: História das Línguas e das Literaturas e História das Ciências Físicas, Matemáticas, Sociais e Filosóficas, perfazendo um total aproximado de 1.000 páginas manuscritas. O episódio é comentado para mencionar o fato de que tanto essa documentação como os volumes impressos,² referentes aos *Journal de l’Institut Historique* (Paris, Imprimeur-Libraire de l’IH, rue et Hôtel Mignon, 11 tomos, de 1834 a 1840 – t. générale I-VIII); *L’Investigateur* (Paris, a l’Administration de l’IH, 9, rue de Saint Guillaume – t. générale VIII-XLVIII, de 1841 a 1882) e *Revue (de la Société) des Études Historiques* (Paris – t. générale XLIX-LXVII de 1883 a 1939), não fossem as pouquíssimas alu-

² A Biblioteca Nacional de Paris possui a coleção completa, de 1834 a 1939.

sões esparsas e econômicas, parecem continuar, ainda hoje, tão inéditos quanto em 1922.³

Interessa destacar particularmente o período de 34 e 56 porque nele se encerra a presença brasileira. Coincidentemente ou não, aí também se observa o momento mais interessante – 1834/1846 – dentre os seus mais de 100 anos de existência.⁴ Uma leitura mais atenta dos manuscritos, do *Journal* e do *Investigateur*⁵ dos pri-

³ A suspeita é reforçada pelo precário estado de conservação dos manuscritos que encontramos por ocasião do levantamento realizado para essa pesquisa, em 1996, na Biblioteca do Arsenal. Diante do interesse, ao que tudo indica raro, o material foi restaurado e microfilmado.

⁴ A Sociedade de Estudos Históricos, última nomenclatura recebida pelo IHP, assim como a *Revista de Estudos Históricos*, deixam de existir em 1939, depois de um século de funcionamento, interrompido unicamente por ocasião da Revolução de 48 e pela Comuna de 71.

⁵ Os melhores trabalhos lidos nas assembléias de classe e nas assembléias gerais eram reproduzidos no jornal do IH, cuja assinatura custava 20F em Paris, e 25F nos departamentos e no estrangeiro. Até 1840 o jornal não tinha nenhum nome especial e, em dezembro deste ano, foi decidido batizá-lo: L'Aigle, Le Flambeau, L'Echo de Opinion, L'Eclair foram propostos, mas *Investigateur* foi escolhido por 12 votos contra 3 (26/2/1841). Fez uma carreira de mais de 40 anos até 1883, quando mudou para *Revue de la Société des Études Historiques* e, em 1889, para *Revue des Études Historiques*. A coleção completa do Instituto é muito rara, mas a Bibliothèque de l'Arsenal possui uma. Cada ano do jornal tem um volume de 600 a 1.000 páginas, dividido em 2 tomos, um por semestre. Primeiro foi impresso na Baudoin, rua Mignon, 2, depois na rua Serpente, aparecendo em seguida no René, rua Seine, 11. Desde 11/6/1836, é princípio que todo trabalho lido nas classes ou nas assembléias gerais aliena seus direitos para o IH e o autor não pode mais dispor dele. Cada ano contém as memórias, um resumo dos congressos, resenhas de obras francesas e estrangeiras, que são verdadeiros artigos de 6 a 8 páginas. Variedades, como uma história versando sobre a École Polytechnique, correspondências dos departamentos e do estrangeiro. Nenhuma descoberta arqueológica, nenhum congresso científico da Europa deixa de ser assinalado no *Investigateur*; seu mérito, segundo Paul Deslandres, foi ainda maior do

meiros anos revelam aspectos significantes para compreender mais do que o IH, alguns dos dilemas próprios do período.

Os primórdios da institucionalização de uma escola francesa de historiografia coincidem com a instituição da universidade napoleônica. A laicidade reaparece com vigor, reforçada pela Filosofia, excluindo a religião de qualquer interferência no domínio da formação. A cena muda rapidamente, cedendo espaço a tentativas de renovação originadas no descrédito oficial, lançando contra o sensualismo e a ideologia, até então dominantes.⁶

que o do periódico fundado por Buloz em 1831, a *Revue des Deux Mondes*. Os documentos inéditos extraídos dos arquivos da França e do estrangeiro, os extratos muito breves e atenuados dos relatórios: discussões de 3 páginas são resumidas em dez linhas. Uma crônica histórica; um boletim bibliográfico. Às vezes (como em 1834/35) a lista completa dos membros residentes. Infelizmente a tipografia é muito fatigante para os olhos, mas o IH pedia desculpas por suas economias. O *Investigateur* era subvencionado pelo Ministério da Instrução Pública. Uma carta de Villemain, endereçada em 33 de julho de 1844 aos membros do Instituto, anunciou que subvencionaria 20 exemplares do jornal, ou 400F por ano. Ele se dizia feliz por ter tomado essa decisão e de poder partilhar dos trabalhos interessantes dessa sábia companhia. A assembléia geral de 26 de julho de 1844 decidiu que essa carta, por honrar o Instituto, seria impressa no *Investigateur* (página 241 do tomo IV da 2ª série).

- ⁶ “Les écoles centrales créées en 1795 ne pouvaient convenir à Bonaparte, dans la mesure même où elles constituaient une tentative pour fonder l’éducation du second degré non seulement sur les sciences modernes, mais aussi sur l’esprit ‘philosophique’ et le civisme républicain. Dès 1800, la Décade prit le défense” les réalisations et les valeurs de la ‘philosophie’ et de la Révolution étatique en cause. La disparition des écoles centrales constituait finalement une grave défaite pour le groupe des idéologues, atténuée seulement par l’insatisfaction du parti opposé qui ne réussit pas à faire rétablir les collèges de l’Ancien Régime”. (Souboul, *Le Directoire et le Consulat*, P. U. F., Paris, 1972, p. 108) Comprovam as palavras de Souboul, um texto de Cabanis sobre a obra dos enciclopedistas: “[La posterité] honorerait des

Uma das prioridades da Monarquia de Julho foi a criação de um ensino superior de Estado. No governo, duas tendências marcavam posição: de um lado, Guizot e Cousin⁷ requeriam a concentração das faculdades em pontos determinados e estratégicos; de outro, Villemain e Salvandy defendiam a sua multiplicação. Os dois primeiros são partidários de

alguns centros de estudo e atividade científica. De grandes universidades fazendo contrapeso à essa de Paris: Strasbourg, Rennes, Toulouse, Montpellier. Brillhantes e completas, elas teriam um número de cadeiras em harmonia com o estado dos conhecimentos, e os professores teriam uma situação material assegurada e digna (...) Os centros, pouco numerosos, verdadeiros focos de força e luz, formariam colônias de homens voltados ao trabalho do pensamento em todos os domínios. (Ponteil, 1849, p. 245)

Outro princípio fundamental dessa tendência, que se propagou na França depois de 1830, foi a formação de escolas especiais e profissionais que preparavam jovens em profissões especializadas, para as quais importavam sobretudo a utilidade e os resultados práticos.

Sem ser exatamente uma instituição estatal, a criação do IHP em 1834 foi beneficiada pelo clima predisposto à erudição, clima

noms consacrés par cette lutte continuelle contre l'erreur; et parmi leurs bienfaits, peut-être compatera-t-elle l'établissement de l'institut national, dont ils semblent avoir fourni le plan. En effet, par la réunion de tous les travaux, l'institut peut être considéré comme une véritable encyclopédie vivante; et, secondé par l'influence du gouvernement républicain sans doute il peut devenir facilement un foyer immortel de lumière et de liberté". (*Rapport du physique et du moral*, Crapart, Paris: 1805, p. 3-4)

⁷ A esse respeito, Cousin diria "ce n'est rien que se créer des Facultés. Il faut les faire grandes et fortes... Le principe de cette matière...c'est un petit nombre des grandes foyers d'études qui aient des professeurs éminents et beaucoup d'élèves". (apud Ponteil, 1849, p. 246)

esse promovido principalmente pela intervenção direta de alguns ministros ilustrados, atentos à necessidade de reformulação da área educacional. E, na sua modalidade histórica, o Instituto sintonizava justamente a sua específica importância a partir de então. Foi, entre outras coisas, um instituto de oportunidade.

Eugène Garais de Monglave: o mentor

Durante a realização da pesquisa, observou-se que um marcante fator a incidir sobre o projeto da revista *Niterói* teria sido a participação dos seus idealizadores no Instituto Histórico de Paris, criado pelo polígrafo François Eugène Garay de Monglave (1798-1873), um velho conhecido do Brasil.

O mesmo desconhecimento ou falta de interesse que paira sobre o IHP acomete seu mentor que, durante o ano de 1833, perseverou e persuadiu alguns pares ilustres para a conveniência do empreendimento. Entretanto, quem teria sido esse francês que pouco ou nada figura, tanto quanto seu acalentado instituto e, com raras exceções, a maioria de seus sócios, entre a intelectualidade e sociedades científicas tão em voga na França do século XIX? Conforme uma das raríssimas biografias encontradas, Monglave, nascido em Bayonne em 05 de março de 1798, foi “um polígrafo inteligente e ativo, mas superficial [que] salienta-se antes pela personalidade que pelas obras”. (Faria, 1965, p. 13)

Despido do brilho de alguns contemporâneos, Monglave pertenceu a uma geração que vivenciou a juventude sob as guerras napoleônicas e, sob elas, a educação teria pouco ou nenhum sentido. Vejamos o depoimento de Edgard Quinet (1803-1815) a respeito:

Na educação que eu recebera até então (até Waterloo), meus pais se haviam orientado por uma idéia muito razoável. Haviam pensado, sabiamente, que aquela educação era o melhor preparo para a vida que nos deveria ser dada pelo império. Se ele tivesse perdurado, estaríamos (ressalvado o espírito de independência

que não haviam podido impedir que nascesse em mim), completamente armados para o que nos aguardava. Não estávamos nós destinados, realmente, a morrer prematuramente no canto de algum bosque, de morte sangrenta e ignorada? Não era necessário, antes de tudo, tornar-nos aguerridos, prepararmo-nos com armas? Aliás, para que atormentar com vãos estudos os filhos, que teriam apenas alguns anos de juventude e que, certamente, não chegariam à idade viril?.. Mas quando (...) Napoleão terminou o seu papel, meus pais imaginaram que tão grande mudança na vida pública deveria conduzir a outra bem semelhante na educação (...) Desde então a palavra escola foi seriamente pronunciada. (In Febvre, 1995, p. 103)

Monglave não fugiria à regra. Conforme uma longa carta escrita em razoável português para D. Pedro I e datada de 22/10/1828 ele, textualmente, diria:

“Lançado quase ao sair do berço naqueles liceus de Napoleão que foram sem dúvida o viveiro a que a França deveu tantos heróis, eu marchei na tenra idade de quinze anos com estes velhos guerreiros que tinham banhado com seu sangue a Península, e, a seu exemplo, eu disputei a pé firme a França e um inimigo irritado justamente de nossas vitórias; mas, ai de mim! Esta carreira teve curta duração.

Mal terminado o ciclo das guerras, a França sucumbiu ao cansaço e ao desejo de paz e rotina; à juventude, não mais movida pelo anseio de glória, sobreviria a educação e o ensino institucional. Conforme Lucien Febvre,

“eis o húmus sobre o qual cresceram, se ousar dizer, numa noite, os homens novos, os grandes professores que já não se limitam à sombra úmida das escolas, a doutrinar uma juventude rebelde e desdenhosa (...) – mas que, dirigindo-se aos ouvintes dos auditórios livres onde moços ardorosos se ladeiam com homens feitos, ou onde se misturam homens, mulheres e moças, coisa inaudita até então, na França –, buscam uma obra de

educação geral e, do seu saber, extraem aquilo a que se poderia chamar as conseqüências humanas, morais e mesmo políticas. Quando não abordam, entende-se a política por esse viés. Ou quando, dando um passo a mais, não saltam da cátedra para a tribuna, para se tornarem grande tentação – pregadores de epístolas, pastores de povos: tais como Guizot, Victor Cousin, Villemain, Mignet, Michelet, Quinet, à espera da tríade, por tão longo tempo famosa, dos normalistas de 48: About, Taine e Sarcey, três pessoas desiguais, por certo, mas igualmente reverenciadas. Depois do que, vêm os professores de La république des professeurs do pobre Thibaudet. Curva ascendente, ou curva descendente, não cabe a mim, certamente, decidir (...). (1995, p. 104)

O espírito de aventura de Monglave, apenas desperto no jovem soldado de 17 anos, quando a guerra terminou, não se frustraria nos bancos de escola de uma França restaurada. “A atração das longas viagens entrou a atormentá-lo, e os exemplos de Camões, náufrago na Ásia, de Regnard, escravo na África, e o de Chateaubriand, visitando a Terra Santa e tomando contato com a América do Norte, decidiram-no a conhecer o Brasil”. (O. T. de Souza, 1957, p. 113)

Vindo ou não na condição de oficial de Estado-Maior e diretor da Instrução Pública,⁸ Monglave desembarca primeiramente no Rio de Janeiro, imbuído de espírito romântico:

A emoção que me causou o primeiro golpe de vista desta terra favorecida do céu, eu a pude sentir, mas não a posso descrever.

⁸ A informação nos é fornecida por Paul Deslandres em *Les Débuts de l’Institut Historique, Revue des Études Historiques*, 1922, p. 300, que por sua vez deve ter-se baseado no livro de Quérard, *La France Littéraire ou Dictionnaire Bibliographique* (Paris, 1834). A informação é contestada por T. de Souza (1957), para quem Monglave, muito jovem, no Brasil jamais “exerceu função militar ou prestou serviço de tal natureza. Talvez tenha havido confusão ou se trate de gabolice, uma vez que o livro de Quérard, publicado quando E. de Monglave era ainda muito moço, provavelmente se baseou em dados bibliográficos fornecidos pelo próprio interessado.” (p. 112)

A aurora trazia ao meu navio todos os aromas de que abunda esta terra embalsamada; uma verdura brilhante e eterna coroava o cimo das montanhas, e o sol para nos receber, se tinha revestido de um esplendor que ele não tem na velha Europa. Oh, que sentimentos que se não sucediam num mesmo momento em meu coração traspassado de alegria! Eu jurei, Senhor, que este abençoado clima seria para o futuro minha única pátria. (pp. 113-114)

Cansado dos ares civilizados do Rio, erra pelo Brasil afora interessado na natureza, sim, mas, acima de tudo, nas canções populares e na política que convulsionava o clima da independência. Ainda neste aspecto, divergem Octavio Tarquínio de Souza e Maria Alice Faria, que afirma sobre a ida de Monglave, em 1819, para Portugal, a fim de participar, junto aos liberais, das lutas pelo regime constitucional. Octavio Tarquínio, por outro lado, diz que Monglave “foi testemunha ocular”, no Rio, dos acontecimento de 26/2/1821, início do movimento liberal, ainda de timbre português, com o juramento da Constituição tal qual fizeram as Cortes de Lisboa” (p. 114) Devido à escassez de informações, ficamos sem qualquer conclusão a respeito. O fato é que Monglave nutriu profunda simpatia tanto pelo Brasil como por Portugal, dando provas disso em seu acalentado instituto.

De volta à França em 1823, exerceria uma ácida atividade jornalística e literária,⁹ além, é claro, de engrossar a fileira de fran-

⁹ “Em 1823, de volta a Paris, funda um jornal satírico *Le Diable Boiteux*. Segue-se, então, um período de intensa atividade, publicando quase toda a sua obra composta de livros de caráter político, histórico, e traduções do português para o francês. Trata-se, quase tudo, de obras de circunstância, de panfletos, obra apressada mas escrita num estilo mordaz, não poupando o governo, o que lhe valeu multas e prisões. Em 1824, sob o pseudônimo de Maurice Dufresne, publica uma obra de caráter escandaloso, sobre a vida particular de algumas personalidades do momento, onde as alusões são demasiado diretas: *Le Faubourg Saint-Germain et le Faubourg Saint-Antoine, Paris, Les Marchands de Nouveautés*, 1824, in-8°, 20 páginas. Ainda, neste ano,

ceses – os “amigos do Brasil” – que no cenário oitocentista iriam divulgar e participar ao mundo civilizado a inclusão brasileira na história ocidental.¹⁰

São de Monglave as traduções, para o francês, de *Marília de Dirceu* (1825) e do *Caramuru* (1829), assim como a de *Correspondance de D. Pedro Premier, empereur constitutionnel du*

a Academia Francesa, com uma *Épître à M. Casimir Delavigne, sur le choix académiques*, Paris, Brianchon, 1824, in-8º, 15 páginas. No ano seguinte traduz um romance do romântico alemão Kotzebue, escritor medíocre, que alcançara popularidade por sua morte trágica, assassinado ainda muito jovem por um fanático contrário às idéias liberais. A obra tomou o título de *Le Ministre des Finances, roman des moeurs, imité de l'allemand, par Ch...*, Paris, Vernarel et Tenon, 1825, 5 vols, in 12. Uma outra tradução do mesmo romancista, Octavie, ao qual acrescentou o título de *La maîtresse d'un prince*, valeu-lhe uma multa, a interdição e a prisão. Este romance, traduzido já com segundas intenções por Monglave, expunha uma situação muito semelhante à da favorita de Luís XVIII, Zoé Talon, Madame du Cayla. Em 1826, faz publicar mais duas obras no mesmo estilo: *Bibliographie pittoresque des pairs de France, suivie du recensement des notes pour et contre le droite d'ainesse*, 2ª ed., revue et corrigées, Paris, Les Marchands de Nouveautés, 1826, 56 págs; *Bibliographie pittoresque des quadrante de l'Académie Française, par le portier de la maison, première édition, revue e corrigée par un de cês messieurs et suivie de l'histoire des 40 fauteils*. Paris, Les Marchands de Nouveautés, 1826, in-32, 96 páginas. Paul Deslandres registra ainda uma *Biographie des damas de la Cour*, no mesmo estilo. Em 1830, aparece o romance *Le Bourreau, par M. Dufresne*, Paris, E. Renduel, 1830, 4 vols., in-12”. (Faria, 1965, pp. 13-14)

¹⁰ Ferdinand Denis além de ter sido um dos mais importantes brasilianistas e lusitanistas da primeira metade do século XIX, foi referência fundamental, em Paris, para brasileiros, ou seja, em seu gabinete da Biblioteca Sainte Genéviève, segundo palavras de Mário de Lima Barbosa, “estava sempre aberto a quem quer que se interessasse pelas coisas do Brasil: ele acolhia todas as solicitações e a elas respondia com presteza e desinteressadamente”. Consultar a respeito Rouanet, M. H. *Eternamente em berço esplêndido*. São Paulo: Edições Siciliano, 1989.

Brésil, avec le feu Roi de Portugal, Don Jean VI, son père, durant les troubles du Brésil, traduite sur les lettres originales précédée de la vie de cet empereur et suivie de pièces justificatives. Paris, 1827, in-4°, 360 p. Seu interesse pela América, entretanto, transcendia o Brasil, já que são dele ainda as traduções de *Histoire Resumée des États Unis* (1825) e *Resumé de l'Histoire du Mexique* (1826).

Pois bem, é a partir dessa personagem e instituição um tanto obscuras, agraciadas pelo espírito apaziguador da Monarquia de Julho, que brasileiros, no limiar da [pouco] proscrita condição colonial e da independência [vacilante], vão buscar elementos de inspiração, um sentido de formação nacional. Monglave e seu instituto vão lhes permitir uma participação mais direta e inédita numa sociedade de erudição da França, produto da política de Luís Felipe, o mais admirado e modelar regime dentre todos da Europa.

Funcionamento do Instituto Histórico

Depois de anos evitando ou tripudiando da Restauração, o inquieto Monglave, saudoso (quem sabe?) dos tempos de Napoleão, veria na Monarquia de Julho novas oportunidades de servir à pátria. Não mais, é claro, de forma belicosa, mas adequando-se às novas, mais polidas e pacíficas exigências da sociedade francesa dos anos de 1830.

Assim, durante seis meses de 1833, empenhou-se na concretização da idéia de criar uma sociedade de erudição, ao gosto da época, que promovesse estudos e descobertas históricas. O pedido de sua fundação foi registrado no Ministério da Instrução Pública em 27/11/33 e o IH é fundado em 28/12/33 na rua de Saint-Pères, n.º 14.¹¹ A sessão inaugural só aconteceria três meses mais

¹¹ Conforme Paul Deslandres, o IH jamais de afastaria da vizinhança de Saint-Germain-des-Prés (p. 300). Por outro lado, Combe de Patris diria

tarde, no domingo de 23/3/34, sob a presidência de Joseph Michaud, membro da Academia Francesa. Trinta e três (ou oito) membros participam da Assembléia Geral, entre eles destacam-se os nomes de Geoffroy de Saint-Hilaire, Michelet, Victor-Joseph Etienne, conde Alexandre de Laborde, Edme Jomard, André Maria Ampère, Jean-Jacques Ampère, Bory de Saint-Vincent, Gabriel Andral, Ferdinand Eckestein, Isambert, Lerminier, Buchez, Mary Lafon, barão Isidore Taylor.

A sessão, então, é aberta para a leitura do projeto introdutório e dos estatutos de regulamentação redigidos minuciosamente e lidos por Monglave, seu secretário-perpétuo. A meta fundamental dos fundadores era constatar e contribuir para o “progresso da ciência da história”, filiando-se aos objetivos de outras sociedades similares como os Beneditinos de Saint-Maur, anterior à Revolução Francesa, a Academia de Inscrições, a Academia de Ciências Morais e Políticas (1795) e a Sociedade dos Antiquários (1804). Esse período viu surgir um grande número dessas sociedades,¹² mas Monglave insiste no fato de continuar havendo lugar para um novo órgão que, sintonizado às expectativas governamentais, se dedicasse à específica utilidade da ciência histórica:

que a primeira assembléia aconteceria, na verdade, “numa modesta sala da rua Saint-Guillaume”, de onde sairia em tempos de prosperidade e voltaria com a grave crise financeira que abalou o IH nos anos de 1840.

¹² “Se o IHP foi um dos primeiros em data e seu *Journal*, que se tornou a *Revue* atual, e também uma das mais antigas de nossas revistas de história geral, esse mesmo ano de 1833 viu nascer o Comitê de Trabalhos Históricos e Científicos e a Sociedade de História da França. Era a época em que os atrativos dos documentos tinham sucedido as fórmulas menos científicas dos historiados da véspera. A Sociedade Francesa de Arqueologia nascia em 1834, a Biblioteca da École de Chartes em 1839. Toda uma série de sociedades científicas via o dia de 1831 a 1847. Assim o IH surgia num meio singularmente propício à sua eclosão. E era fruto da época e lhe fica a honra de ter sido o primeiro”. (Combe de Patris, 1933, p. 284)

Muitos homens, aproximados pelo gosto dos estudos, pensaram em formar em Paris uma sociedade com o objetivo de favorecer as pesquisas e os trabalhos de história aplicando-lhes todos os objetos das ciências humanas. O IH terá por meta irradiar todas as verdades úteis em todas as classes da sociedade e em todos os países do globo. (Assembléia Geral, 2ª Sessão, 6/4/1834)

Em correspondência, portanto, com o espírito vigente no século XIX, em suas primeiras décadas, o Instituto, como comprovava seu próprio nome, privilegia a composição de uma múltipla gama de estudos históricos.

O IH foi fundado para estimular, dirigir e propagar, não somente na França, mas em todos os países, este ímpeto dos estudos históricos que é uma das características de nossa época. (Estatutos)

Para isso Monglave lembrava o grande desenvolvimento dos estudos históricos da época graças à atuação, sobretudo, de Augustin Thierry, que futuramente seria membro do IH. Diria ainda que esses mesmos objetivos foram cumpridos pelos dois maiores historiadores que a França tinha no poder. Em seguida lê as mensagens de congratulação de ambos pela criação do instituto:

M. Thiers, Ministro do Comércio e dos Trabalhos Públicos, escrevia, em 21 de novembro último: 'Eu li com muito interesse o projeto que por vós me foi enviado e que consiste em fundar um instituto histórico com o objetivo de contatar e avançar o progresso da ciência da história e eu fiquei surpreso com a utilidade e a grandeza do projeto.

M. Guizot, Ministro da Instrução Pública, se exprime assim no seus relatório ao rei de 31 de dezembro de 1833: 'A necessidade de colocar termo a esses esforços isolados começa a se sentir vivamente, que algumas pessoas tenham formado recentemente uma sociedade para tentar a concentração. E de coordenar as pesquisas de todos os homens que se coloquem esse gênero de trabalho. Eu espero que essa sociedade não tenha feito em vão apelo aos amigos da ciências; eu me associo aos seus esforços.

O primeiro Estatuto discutido pelos membros do IHP prevê a criação de 12 classes (Mss., Assembléia Geral, 1ª Sessão, 23/3/1834), divididas para contemplar seus interesses individuais. Assim se propõe:

- 1ª classe: história das rotações da massa terrestre;
- 2ª classe: história das raças humanas;
- 3ª classe: história das religiões;
- 4ª classe: história das línguas e das literaturas;
- 5ª classe: história das ciências;
- 6ª classe: história da arte de curar;
- 7ª classe: história das artes;
- 8ª classe: história da indústria agrícola;
- 9ª classe: história da legislação;
- 10ª classe: história das finanças;
- 11ª classe: história da arte estratégica;
- 12ª classe: história geral da França.

Na assembléia seguinte, 2ª Sessão de 6/4/1834, aquelas subdivisões são reduzidas para 6, não sem os protestos de Michelet que sugeria apenas 5, entre as quais a 2ª classe, proposta por ele e aceita por unanimidade. As classes ficariam assim dispostas:

- 1ª classe: história geral;
- 2ª classe: história das ciências sociais e políticas;
- 3ª classe: história das línguas e das literaturas;
- 4ª classe: história das ciências físicas e matemáticas;
- 5ª classe: história das belas-artes;
- 6ª classe: história da França.¹³

Essa divisão, que a princípio poderia parecer somente fruto de ingênuas veleidades intelectuais afoitas por erudição, na verdade

¹³ Em 26/6/1836, o IH reformula seus Estatutos e reduz, então, as classes para 4.: história geral e da França; história das línguas e das literaturas; história das ciências físicas, matemáticas, sociais e filosóficas; história das belas artes.

contempla uma necessidade intrínseca ao seu tempo, uma articulação que, consciente ou inconscientemente, tem conteúdo programático e ideológico. Entre as classes parece haver intenção de complementaridade que vislumbra a fixação de uma visão de mundo. Acontece que às vezes elas estabelecem relações contraditórias, ou melhor, deixam-se contaminar pelas idealizações extramuros do IH, as contradições do mundo real. Vale destacar que na esteira das propostas iniciais do Instituto e das discussões travadas nas classes, uma atividade constante e significativa foi idealizada para transmitir à comunidade estrangeira seus questionamentos e preocupações a respeito do papel da ciência histórica. Trata-se da instituição do Congresso Histórico Europeu, realizado anualmente em Paris (Hôtel de Ville), proposta por Mary Lafon na Assembléia Geral de 14/7/34. O projeto é, então, discutido e aprovado na assembléia de 31 de julho e, em novembro de 1835, inaugura-se o primeiro, reunindo intelectuais de toda Europa. As atas das assembléias que registram os debates em torno da organização dos eventos confirmam as atenções voltadas sobretudo à função da história na fixação de algumas das idéias mais fundamentais ao período: “qual o objetivo da história? [...] determinar pela história quais as condições de origem e existência das nacionalidades”. Estas constituem algumas de suas mais importantes finalidades e fundamentam a objetividade formadora e educativa do IHP.¹⁴

O IHP e o Brasil

É importante considerar que durante sua estadia no Brasil, Monglave relacionou-se com algumas figuras importantes da

¹⁴ Os trabalhos apresentados no Congresso eram publicados integralmente nas Revistas do Congresso, seguidos das discussões aí travadas. “O IH contava entre seus membros o estenógrafo Martin de Paris, que ficava como ‘attaché’ ao Congresso. Essas memórias, quanto ao conteúdo, não diferiam dos trabalhos lidos nas sessões e publicados no *Investigateur*”. (Faria, 1965, p. 36)

Corte, mas, como vimos, sua atenção privilegiou, não o processo de modernização e urbanização e sim o aspecto exuberante e paradisíaco da natureza brasileira, que o Instituto haveria de enaltecer, principalmente, a partir de teorias sobre o exotismo. O fato é que, desde a criação do IHP, muitos brasileiros, inclusive D. Pedro II, participaram ativamente de suas atividades, inspirando a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, em 1838, além de ter sido a instituição intelectual francesa que melhor e mais freqüentemente acolheu a causa brasileira entre suas hostes.

Manuel de Araújo Porto Alegre foi o primeiro brasileiro a fazer parte do IHP (7/6/1834) e um de seus colaboradores mais ativos, sendo também o responsável pela apresentação, no mesmo ano, dos seguintes membros: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem, João Martins Leão, Frei de Monte Alverne, o Visconde de São Leopoldo, Sérgio Teixeira de Macedo, Manuel de Valadão Pimentel, Antonio de Menezes Vasconcelos de Drummond, Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda, Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva, Manuel Antonio de Araújo Abreu, Barão de Itajubá e Debret. Outros tantos brasileiros foram apresentados e aprovados pelo Instituto, perfazendo um total de 48 conterrâneos que dele participaram entre 1834 e 1856; a maioria vinha das classes dirigentes e formava o que se pode chamar de “o mundo do Império”. Entre muitos ilustres, destacam-se as figuras do cônego Januário da C. Barbosa, Evaristo da Veiga (1835) e de D. Pedro II (1842).

Com grande possibilidade de acerto, a convivência dos brasileiros com essa ambientação intelectual polêmica e profundamente rica, foi decisiva e exerceu efeitos substantivos sobre o pensamento nacional característicos do processo de formação do Estado brasileiro, principalmente se se considerar seu aspecto moderado, anti-revolucionário e identificado com os ideais da monarquia constitucional. Esta é a razão fundamental pela qual empreendemos esforços no desvendamento desta importante pá-

gina do pensamento brasileiro, realizando uma pesquisa no sentido de levantar e reproduzir material inédito que estimulará a realização de trabalhos de múltiplas dimensões na área de Desenvolvimento e Pensamento Social e o enriquecimento do acervo documental vinculado ao Centro de Estudos Brasileiros.

Bibliografia

- BARATA, M. "As artes plásticas de 1808 a 1889". In: in *O Brasil Monárquico*, tomo II, 3º vol. DIFEL, SP/RJ, 1976, 3ª edição revista, pp. 409-424.
- BARROS, R. S. M. de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. EDUSP/Grijalbo, São Paulo 1973.
- BURNAND, R. *Les albums de la vie quotidienne en 1830*. Librairie Hachette, Paris, 1957.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte 1981, vol. II.
- CESAR, G. *Historiadores e críticos do romantismo – A contribuição européia, crítica e história literária*. EDUSP, São Paulo 1978.
- CRESSON, A. *A filosofia francesa*. Difusão Européia do Livro, São Paulo 1963.
- FARIA, M. A. de O. "Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris". *Revista do IHGB*, vol. 266, Rio de Janeiro 1965.
- _____. "Monglave e o Instituto Histórico de Paris". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 2, USP, São Paulo 1967.
- FEBVRE, L. *Michelet e a Renascença*. Scritta, São Paulo, 1995.
- MERCADANTE, P. *A consciência conservadora no Brasil*, 2ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1972.
- PINASSI, M. O. Três devotos, uma fé, nenhum milagre. Um estudo da *Revista Niterói (1836)*. Tese de doutorado apre-

- sentada junto ao Programa de Pós-Graduação do IFCH/UNICAMP 1996.
- PONTEIL, F. *La monarchie parlementaire 1815-1848*, Librairie Armand Colin, Paris, 1849.
- SOUZA, O. T. *História dos fundadores do Império do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro 1957, 10 vol.

Bibliografia sobre o IHP

- COMBE DE PATRIS, B. “La société et la Revue des Études Historiques au cours d'un siècle” (1833-1933). *Revue des Etudes Historiques*. 1933, pp. 283-295.
- COURTAULT, H. “La Société des 'Etudes Historiques’”. *Annales Bibliographiques et Littéraires*, 1902.
- Desbordes de Montcorin, “Joret-Desclosières”. *Revue des Études Historiques*, 1929.
- DESLANDRES, P. “Les débuts de l'Institut Historique”(1834-1846). *Revue de Études Historiques*, 1922, pp.299 a 325.
- Grand Dictionnaire Universel du XIXe siècle*. Pierre Larousse, Paris, Administration du Grand Dictionnaire Universel, 1866.
- LATEYRIE-VIDIER. “Grand Répertoire”. *Revue des Études Historiques*, tomo IV, pp. 108 a 136; e tomo VI, pp. 327 a 332.
- PIERRE M. *Le romantisme*. Del Duca, Paris 1957.
- RENZI, A. “Estatística dos trabalhos da sociedade na comemoração do seu 25º aniversário” *L'Investigateur*, 1859.
- Revue des Deux Mondes* (1831 a 1840).
- Revue des Études Historiques*, 1884. Comemoração do cinqüentenário da Sociedade.
- SOUBIÈS, A. *Les membres de l'Académie des Beaux-Arts depuis la fondation de l'Institut*, deuxième série, 1816-1852. Paris 1906, in-8º.
- VILLENAVE, M. de. *Notice sur J. Michaud*. S.e., Paris 1840.

APROXIMAÇÃO À ANÁLISE DAS CLASSES SOCIAIS EM FLORESTAN FERNANDES

Pedro Robert

Queira ou não, o sociólogo tem de lidar com classes e chegar a conclusões que envolvem, tanto conjunturalmente quanto a longo prazo, a história que cria graças à existência das classes e dos dinamismos gerados pelos conflitos de classes. Se algum sociólogo abstrair esses fatores condicionantes e determinantes centrais, ele pratica uma omissão que não se justifica em termos de uma sociologia crítica, ou seja, de uma explicação sociológica rigorosa.

Florestan Fernandes

Introdução

Aproximar-nos da conceitualização de classes sociais de Florestan Fernandes é dar um sentido real ao trabalho que nos propomos, já que uma empresa mais ambiciosa só poderia ser feita num trabalho de maior alcance, do que levamos adiante aqui.

Deve-se considerar que a obra de Florestan Fernandes representa um esforço importante de síntese de diferentes perspectivas teóricas¹ e de reavaliação dos diferentes aportes dos autores que retomam, principalmente, os clássicos da sociologia.²

Não se deve pensar que aqui se acompanha todo o percurso intelectual de elaboração da categoria classe social em nosso autor, mas sim se salientam alguns aspectos relevantes de sua construção, defrontada com as características que assume sob o capitalismo dependente.

Assim, o caminho que percorremos neste trabalho porá a ênfase, num primeiro momento, no fato de que para Florestan Fernandes a sociologia se constitui, enquanto ciência, numa reflexão sobre a sociedade de classes que nasce no Ocidente. A sociologia resulta, então, uma resposta desde a ciência, para essa sociedade de classes emergente. Nesse sentido, a classe social é uma realidade histórica, anterior à sua conceitualização sociológica.

Num segundo momento, a classe social se transforma numa categoria analítica, em termos típico-ideais, que visa apanhar as diferentes características com que ela se defronta nas diferentes realidades. Se observará a influência, nesse caso, de Marx e Weber.

¹ Veja-se *Elementos de Sociologia Teórica*, 1976, cap. 2. O autor considera ali as diferentes problemáticas com que se defronta o sociólogo, e acaba considerando que a sociologia “inicia agora, uma nova etapa de síntese teórica” (pp. 61-72). Veja-se também Octávio Ianni. *Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira* em Octávio Ianni, 1991. Esse autor salienta nessa obra que a sociologia de Florestan Fernandes sintetiza as contribuições de cinco fontes, a “sociologia clássica e moderna”, o “pensamento marxista”, a “corrente mais crítica do pensamento brasileiro”, as “transformações na sociedade” e “a presença de grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo” (pp. 19-21).

² A influência dos clássicos da sociologia é salientada nos próprios trabalhos de Florestan Fernandes, assim como nos depoimentos do autor. Neste trabalho, observaremos algumas questões que têm sua origem nas obras de Marx e Weber, sem deixar de reconhecer a influência também considerável de Durkheim.

Um terceiro aspecto a tratar, refere-se à preocupação em Florestan Fernandes face à década de 60, pela análise da mudança social e da dependência, na configuração do capitalismo em nossas sociedades latino-americanas. Nesse caso, colocaremos a ênfase na configuração do capitalismo dependente, com sua sociedade de classes e “ordem social competitiva” correspondentes. A hipótese forte que percorre os trabalhos do autor é que, na América Latina, elas se estabelecem de forma restrita.

No fim do trabalho, procura-se estabelecer a relação que Florestan Fernandes percebe entre “ordem fechada”, portanto “desequilíbrio crônico”, “revolução” e “socialismo”, referidas às distintas possibilidades de atuação das classes sociais.

Fundamentações metodológicas

Realizar uma fundamentação metodológica neste trabalho tem sentido à medida que permite identificar a reconstrução feita da conceitualização das classes, e também fazer um reconhecimento a Florestan Fernandes. Esse reconhecimento tem a ver com o fato de que ele oferece, em vários momentos da sua obra, o caminho que percorreu e os trabalhos que produz até chegar a determinada conceitualização das classes sociais.

Assim, no momento de apanhar sua conceitualização das classes sociais, estamos guiados pela bibliografia que ele mesmo produz e considerou fundamental, e que nos é dada no final do trabalho apresentado no seminário sobre classes sociais, realizado no México em 1971.³

Consideramos, ao começar este trabalho, que acompanhar essa bibliografia significava reconstruir a conceitualização das classes sociais, seguir o percurso intelectual de nosso autor guiados por ele

³ Veja-se Florestan Fernandes, in Raúl Benítez Zenteno (coord.), 1977, p. 240.

mesmo. A partir daí uma opção de método foi nos determos nos textos que tratavam de forma mais direta das classes sociais, evitando ingressar naqueles em que se expressava a fundamentação teórica e metodológica para além da questão das classes sociais.

Uma segunda constatação nos indicou o caminho bibliográfico, assim como o modo de fazer a leitura das classes sociais. Florestan Fernandes sublinha em várias oportunidades – face ao final dos anos 50 e começo da década dos 60 – a importância de estudar a mudança social, a dependência e o subdesenvolvimento, tanto no Brasil como no contexto latino-americano. Isso, sem dúvida, iria se refletir na sua análise das classes sociais e tinha de ser tratado como um aspecto de primeira ordem.⁴

Ademais, existe nele um reconhecimento expresso de que existe uma “linha” no desenvolvimento de seus trabalhos. Um exemplo nos é dado pela seguinte afirmação:

Podem criticar-me, mas eu fui fiel a essa linha: basta que se comparem os primeiros capítulos de *Ensaio de Sociologia Geral Aplicada* e *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* para se verificar isso.⁵

Se bem que este ensaio não seja uma reconstrução histórica do modo pelo qual vai considerando as classes sociais nos diferentes trabalhos, ele reconhece que existe uma “linha” que os percorre. Poder-se-á observar como os conceitos elaborados teoricamente, é dizer em termos típico-ideais, se vão configurando à medida que se defrontam com a realidade que analisam, assim como o modo pelo qual a conceitualização vai adquirindo maior complexidade, isto é, cada vez que o autor volta a considerar uma temática, acrescenta novos aspectos que dão maior riqueza à análise.

Para tornar a abordagem mais acessível ao leitor, e para que este considere numa totalidade a parte da obra de Florestan Fernandes

⁴ Veja-se *Mudanças sociais no Brasil*, nota 2, p. 19 e nota 3, p. 20.

⁵ Florestan Fernandes, 1978, p. 81.

que tomamos para análise, resenhamos os seguintes textos, valendo-nos das correspondentes abreviaturas:

Ensaio de sociologia geral e aplicada – ESGA, cap. 2..

Mudanças sociais no Brasil – MSB, pp. 11-49.

Sociedade de classes e subdesenvolvimento – SCS, cap. 1, pp. 21-205.

Problemas de conceitualização das classes sociais na América Latina – CSAL, pp. 173-246.

Além desses textos foram consideradas outras obras do autor e de comentaristas, que são especificadas nas referências bibliográficas juntamente com os dados completos das obras já citadas.

Um último aspecto deve ser considerado. Se poderá notar a ausência de obras fundamentais de nosso autor que teriam alguma coisa a dizer sobre a questão que nos preocupa. Três parecem imprescindíveis: *A integração do negro na sociedade de classes*, *Revolução burguesa no Brasil* e *Circuito fechado*.

Duas considerações nos levaram a não nos determos nessas obras. Em primeiro lugar, o tempo disponível, e em segundo lugar, o fato de que nosso próprio autor nos indicava, em 1971, o caminho percorrido. Além de serem, essas últimas obras, escritas depois de 1971 (com exceção de *A integração do negro na sociedade de classes*), as obras consideradas nos permitiam, segundo ele, reconhecer os aspectos mais importantes da sua conceitualização das classes sociais, é dizer que, naquele ano, Florestan Fernandes já tinha feito uma elaboração rigorosa das classes sociais, além das obras que desenvolveria depois.

Constituição histórica e conceitual das classes sociais

O trabalho mais teórico do autor sobre as classes sociais foi escrito nos *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, no capítulo 2, sob o título “A análise sociológica das classes sociais”. Os prin-

cipais aspectos que se salientam aqui derivam da análise desse capítulo.

A primeira constatação é que o aparecimento do sistema capitalista nas sociedades ocidentais traz consigo, segundo Florestan Fernandes, novas relações sociais. O que aparece é uma nova forma de estruturação social, a sociedade de classes. A ciência social começa a refletir sobre essa nova realidade e a própria sociologia aparece como uma forma de “autoconsciência científica da realidade social”.⁶ Ela aparece como uma reflexão científica da sociedade de classes que se forma no Ocidente.

Nesse sentido, a sociedade de classes é anterior à sua construção conceitual. Aliás, a sociedade de classes é um dos principais determinantes do nascimento da própria sociologia. Em palavras de Florestan Fernandes:

(...), a Sociologia nasceu e desenvolveu-se em uma sociedade letrada e de classes. O seu aparecimento constitui uma consequência da necessidade de estender os métodos e as técnicas do pensamento científico ao estudo das relações humanas e dos problemas sociais criados pela própria organização de classes das sociedades ocidentais.⁷

O autor assume a distinção entre sociedades de castas, estamentais e de classes. As diferenças entre esses três tipos de sociedade estão dadas pelas possibilidades diferenciais de abertura à mudança social. Assim, a sociedade de classes é uma singularidade histórica e se pode perceber sua existência

em sociedades cuja organização social é altamente complexa e diferenciada: sociedades em que a ordenação das atividades e relações sociais promove a distribuição dos indivíduos por camadas sociais, distinguidas na base de um sistema de graduação social, mas relativamente permeáveis, e nas quais as probabili-

⁶ ESGA, p. 68.

⁷ ESGA, p. 70.

dades de participação da cultura, de disposição do ócio e de exercício da autoridade, bem como as oportunidades de especialização profissional, de acumulação de riquezas e de aquisição de prestígio são diretamente condicionadas pelo agrupamento dos indivíduos em camadas sociais.⁸

Se as classes sociais aparecem no Ocidente, e nesse aspecto constituem uma realidade histórica, logo a sociologia constrói a classe social conceitualmente, elabora-a cientificamente de forma típico-ideal. Florestan Fernandes reconhece esse caráter, assim como atribui a Marx a primeira definição da classe social nesses termos.⁹ É conhecida a própria consideração de Weber quanto à presença de tipos-ideais na obra de Marx.

Florestan Fernandes vai tomar algumas características que compõem a construção conceptual das classes sociais tanto em Marx quanto em Weber. Assim, “situação” e “interesses” de classe representam elementos que estão presentes nos dois autores. Acrescentando, no caso de Marx, a “atuação consciente” de classe. A conceitualização de classe social neste último mostra que

(...), a *situação* de uma classe social é definida pela posição ocupada, em conjunto, pelos seus membros no processo de produção econômica (...) a *situação de classe* favorece o desenvolvimento de um paralelismo de interesses e dá origem a ações convergentes ou análogas, que podem inclusive assumir a forma de atuação consciente (...)¹⁰

⁸ ESGA, p. 70.

⁹ Veja-se ESGA, p. 71. Deve-se considerar que, mais tarde, Florestan Fernandes irá estabelecer uma ponderação diferente quanto ao “tipo” em Marx. Em 1959, depois de ter reconhecido suas dúvidas iniciais sobre como qualificar o “tipo” nesse autor, chega à conclusão de que ele trabalha com um “tipo extremo”. Veja-se F. Fernandes, 1959, nota 146, p. 116.

¹⁰ ESGA, p. 74.

Quanto a Weber, o autor retoma sua definição de situação de classe, que o aproxima de Marx:

Situação de classe e classe só indicam em si o fato de situações típicas de interesses iguais (ou semelhantes) nas quais se encontra o indivíduo junto com muitos outros mais.¹¹

O caráter típico-ideal da classe social se justifica, segundo Florestan Fernandes, pela necessidade de apanhar as diferentes realidades sociais como configurações históricas diferentes das sociedades de classes. Um bom exemplo nos será dado ao tratar mais adiante da análise realizada pelo autor nas sociedades latino-americanas. Nesse sentido, a elaboração do conceito através de tipos ideais, permite:

1) precisão lógica, incluindo na conceituação todos e exclusivamente os caracteres de “classe social”; 2) compreensão adequada, de forma de apanhar todas as manifestações histórico-sociais conhecidas do fenômeno.¹²

Essa caracterização das classes sociais em termos típico-ideais não só representa uma diferença com o aparecimento histórico das classes sociais, como também estabelece as diferenças entre sociologia e história:

(...) a compreensão sociológica das classes sociais como fenômeno histórico é algo distinto da explicação histórica das classes sociais.¹³

¹¹ Veja-se ESGA, p. 74.

¹² ESGA, p. 75. Numa obra posterior, Florestan Fernandes reconheceria que a leitura de Weber permitiu-lhe estabelecer uma relação com os dados empíricos. Assim, afirmaria que “(...) entre os autores que trabalharam com a sociologia formal ele foi o que pareceu mais rico e que dava uma base empírica mais sólida ao trabalho do investigador na sociologia”. (História e histórias, julho de 1995, p. 13).

¹³ ESGA, p. 77.

A sociologia constituiria um discurso próprio sobre as classes sociais, em que ela, enquanto geradora de conceitos típico-ideais, conseguiria estabelecer um “conhecimento sintético” das classes sociais.

Temos considerado que, segundo Florestan Fernandes, a classe social é uma realidade histórica anterior à sua conceituação sociológica, mas que se constitui, num segundo momento, numa categoria analítica – em termos típico-ideais – que visa apanhar as diferentes características com as quais se defronta na realidade social.

Daqui em diante, podemos estabelecer a capacidade explicativa dessa categoria ao defrontá-la com as realidades que se apresentam nas nossas sociedades latino-americanas.

A sociedade de classes no capitalismo dependente

Como se sublinhou nas *Fundamentações metodológicas*, dependência¹⁴ e mudança social são questões que começam a aparecer decisivamente nos trabalhos de Florestan Fernandes de finais da década dos 50 e começos dos anos 60. Junto com isso, aparece o desenvolvimento teórico sobre o funcionamento da sociedade de classes nas sociedades latino-americanas.

Devemos expressar que, nesta parte e nas seguintes, temos como referência alguns trabalhos do autor elaborados nessa época, mas não se trata de uma reconstrução histórica de sua análise das classes sociais. Temos feito uma leitura livre de alguns textos do período,¹⁵ procurando as “estruturas típicas” que explicam as classes sociais, a ordem social competitiva, a contingência de capitalismo dependente, principalmente nas sociedades latino-americanas.

¹⁴ Para uma bibliografia considerável, na qual o autor trabalhou a respeito da dependência, veja-se MSB, nota 3, p.20.

¹⁵ Temos considerado aqui basicamente os seguintes textos: MSB, SCS e CSAL.

De início, queremos salientar um aspecto que é de caráter metodológico. Como Florestan Fernandes aborda as classes sociais na América Latina? De outra maneira, qual é o “tipo” que ele emprega? Poder-se-á observar que a análise de classe é feita a partir da elaboração teórica da sociologia clássica, da qual os nomes de Marx e de Weber ressoam permanentemente. Pode-se considerar que o autor se vale da análise típico-ideal. Sem embargo, é necessário sublinhar que ele também se vale do “tipo extremo” (como ele mesmo o denominou¹⁶) de Marx. Assim, ao abordar a análise das classes sociais na América Latina, salienta a relevância que têm no seu estudo os casos de Brasil e México, à medida em que eles “representam o que se poderia designar como ‘casos estratégicos’, nos quais os atributos do tipo aparecem com maior intensidade, precocidade e luminosidade”.¹⁷

E nesse sentido estabelece que:

Em larga medida, a discussão funda-se em conhecimentos que possuo de países economicamente mais avançados, nos quais a dependência é mais profunda e diferenciada e o subdesenvolvimento mais desenvolvido. Repetindo o que disse Marx do desenvolvimento capitalista na Inglaterra: esses países contêm a “constituição íntima” dos demais com maior clareza. Estudando-os, vemos melhor o que nos outros aparece embaçado.¹⁸

É preciso salientar que essa afirmação, que define o modo pelo qual Florestan Fernandes realiza uma análise tipológica, não o faz pensar que o futuro das demais sociedades subdesenvolvidas pudesse ser, por exemplo, o do Brasil, ao modo em que Marx acreditava que os países capitalistas teriam um desenvolvimento igual ao da Inglaterra. No caso brasileiro observa que:

¹⁶ Veja-se nota 9.

¹⁷ SCS, p. 49.

¹⁸ CSAL, p. 240.

(...) se ele não contém em si “o futuro das demais sociedades subdesenvolvidas, pelo menos evidencia, com incomparável nitidez, que o regime de classes, como conexão dessa modalidade de capitalismo, concorre ao mesmo tempo para organizar internamente os interesses socioeconômicos que produzem as classes e para dar continuidade à “exploração de fora para dentro”.¹⁹

Contudo, percebemos uma forma original de realizar a análise em termos tipológicos. Esta resulta da combinação de categorias que na sua origem se apresentam como típico-ideais (enquanto construção do cientista social e levando em conta os desenvolvimentos percorridos pelas sociedades ocidentais) e ao defrontar-se com determinada realidade (no caso a América Latina) se expressam como tipo extremo.²⁰

Um segundo aspecto a tratar, relacionado com o anterior, e que nos permite ingressar na própria análise de Florestan Fernandes a respeito das sociedades latino-americanas, tem a ver com o que ele considera “a rotação ótica do estudo sociológico do regime de classes”. Isso supõe que a perspectiva sociológica mediante a qual se analisa a sociedade de classes no capitalismo dependente, não pode ser a mesma que aquela que se utiliza na análise das economias centrais.

¹⁹ SCS, p. 50.

²⁰ Ainda que não tenhamos considerado neste trabalho a obra de Florestan Fernandes intitulada *A integração do negro na sociedade de classes*, a partir de Elide Rugai Bastos tomamos conhecimento de que nessa análise o autor toma como unidade de investigação a cidade de São Paulo, para inferir suas considerações face o Brasil. Pensamos, sem poder prová-lo aqui, que São Paulo representa para o autor um caso de “tipo extremo”, em termos de configuração de desenvolvimento da industrialização, urbanização e das classes sociais, no interior do Brasil. Conforme Elide Rugai Bastos: “Escolhendo como unidade de investigação a cidade de São Paulo, através do estudo da integração do negro Florestan Fernandes analisa as transformações sofridas pela população como um todo, face ao processo de industrialização e urbanização no Brasil” (1987, p. 141).

O que varia é o modo pelo qual o regime de classes “nasce” e se desenvolve, com dinâmicas externas que afetam tanto a história quanto as estruturas das sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas. A diferença entre uma e outra abordagem poderia ser enfatizada da seguinte maneira: em um caso, o sujeito-investigador estuda sociologicamente variantes do protótipo hegemônico da sociedade de classes; no outro, o sujeito-investigador estuda sociologicamente variantes do protótipo heteronômico (ou dependente) da sociedade de classes.²¹

Este último aspecto nos permite introduzir-nos nas características do capitalismo dependente, em termos da formação da sociedade de classes nessas sociedades heteronômicas ou dependentes. Uma diferença fundamental em relação ao capitalismo europeu é o fato de que o capitalismo dependente não se forma a partir de uma evolução interna, mas sim a partir da expansão das economias centrais. Desse modo, as sociedades dependentes – em particular as latino-americanas – se constituem distribuindo seu excedente econômico com aquelas, num processo de acumulação dual. Assim:

Esse modelo reproduz as formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação de mercadorias e da organização da produção). Mas possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores dominantes).²²

Eis aí um primeiro caminho que permite compreender a configuração da sociedade de classes nas sociedades dependentes. Como se observa, existe um padrão de acumulação de capital caracterizado pela “associação dependente”, que se estabelece entre os setores dominantes internos e os setores hegemônicos externos.

²¹ MSB, p. 26.

²² CSAL, p. 183.

Para nossos propósitos, é importante salientar que a partir do modelo descrito se pode perceber a constituição de um mercado interno, que é o que vai estabelecer a possibilidade de formação das classes sociais.

Voltamos a considerar o aspecto já tratado de situação de classe, para seguir o desenvolvimento teórico de Florestan Fernandes. Segundo ele, a situação de classe na formulação apresentada por Weber, embora reconheça a influência nessa categoria do próprio Marx, permite estabelecer adequadamente a relação entre as sociedades dependentes e as economias centrais, assim como a relação entre as classes sociais nas primeiras. A situação de classe:

(...) expõe de um golpe à observação, à análise e à interpretação, um fato crucial: a relação entre ordens econômicas distintas (uma autônoma e hegemônica; outra heteronômica) exprime vínculos da mesma natureza que os existentes na relação entre “classes possuidoras” e “classes não possuidoras”.²³

Contudo, a pergunta que se deve fazer é: qual a característica da situação de classe que permite estabelecer as relações assinaladas? Essa característica diz respeito a que a situação de classe define as relações entre núcleos hegemônicos e sociedades dependentes, e entre as classes sociais no interior dessas últimas. Daí que as sociedades de classes latino-americanas se constituem numa relação de associação dependente com os núcleos hegemônicos centrais, e a possibilidade de constituição das classes no interior daquelas tem a ver com a realização no mercado, com a possibilidade de valorizar-se em termos de “possessão de bens” face ao mercado. Nesse aspecto:

(...) todos os que se incluem no sistema econômico (...) na condição de “possuidores de bens” classificam-se na ordem econômica, independentemente do modo pelo qual valorizam tais bens através das relações de produção e do mercado. Os “não possui-

²³ SCS, p. 28.

dores de bens”, porém, poderão ou não valorizar-se e classificar-se na ordem econômica pelo trabalho”.²⁴

Deve-se relevar o fato de que as classes sociais são definidas, no início, em função da situação de classe, segundo o reconhecimento e valorização feitos pelo mercado. De outro lado, ao acrescentar elementos que têm a ver com o “interesse de classe”, a “consciência de classe” e a “atuação de classe”, Florestan Fernandes vai efetuar uma caracterização rigorosa das classes sociais sob o capitalismo dependente.

Definido o interesse de classe pelas “condições estruturais e funcionais da ordem econômica que garantem a continuidade da posição ocupada e das vantagens (ou desvantagens) dela decorrentes”, e a situação de classe pelo “grau de homogeneidade assegurado socialmente pela ordem econômica à fruição (ou ausência dela)”, Florestan Fernandes vai encontrar no início que todos os

“possuidores de bens, no sistema econômico caracterizado, possuem idênticos interesses de classe e a mesma situação de classe [enquanto que] os não possuidores de bens, contudo, distribuem-se por categorias distintas. Uma parte deles (...) não chega a ter interesse de classe e situação de classe, como polarização positiva na ordem econômica capitalista e no regime societário correspondente. Outra parte, incorporada ao setor moderno (...), possui ambas as condições; através das formas capitalistas de produção e de organização do mercado valorizam-se, econômica e socialmente, pela força de trabalho como mercadoria.”²⁵

Quanto à situação dos “possuidores de bens”, vai acrescentar posteriormente novos aspectos que mediatizam a realização deles em função do “interesse” e da “situação de classe”. Assim afirma que:

²⁴ SCS, p. 57.

²⁵ SCS, p. 59.

As classes privilegiadas (isto é as classes “altas” e “médias”) sofrem limitações estruturais geradas pelo padrão dual de acumulação originária de capital e pela conseqüente modalidade de apropriação repartida do excedente econômico nacional (...) Como as funções classificadoras do mercado, as funções estratificadoras do sistema de produção não são nem universais nem plenamente eficazes, a extensão dentro da qual determinados agentes de tais classes participam da “condição burguesa” depende do grau dentro do qual as atividades que exercem esteja realmente determinadas pelas relações de mercado ou de produção (ou seja, do grau dentro do qual elas estejam efetivamente incorporadas à ordem vigente).²⁶

De outro modo, a “apropriação repartida” com os parceiros externos gera uma situação de incerteza, pois existem setores dominantes na sociedade dependente que não têm assegurada sua “condição burguesa” em termos de realizar-se enquanto classe social. Assim, apenas as classes “altas”,²⁷ a partir de interesses comuns e situação de classe definida em função desses interesses, possuem “consciência de classe”.

As únicas classes que contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe são as classes altas.²⁸

Quanto às demais classes, podem ser percebidas as seguintes situações: as classes “médias”,²⁹ estão vinculadas à ordem econô-

²⁶ CSAL, p. 203.

²⁷ As expressões que se referem a classes altas, médias e baixas são colocadas neste ensaio sempre entre aspas. Esse é um modo ao qual o autor recorre quando define as classes sociais nesses termos. Acreditamos que isso tenha a ver com distinguir-se de certas análises da sociologia que estabeleciam uma classificação das classes em termos de camadas. No caso de Florestan Fernandes, essa categorização é mais descritiva que explicativa.

²⁸ SCS, p. 61.

mica e desfrutam de uma situação privilegiada quanto às possibilidades de valorizar-se no mercado. Assim, sua consciência e atuação de classe

(...) são condicionadas, na ordem econômica vigente, pela sua associação com aquilo que se poderia chamar de “interesses de capital” (nacionais e estrangeiros) (...) ao mesmo tempo que apregoam a intensificação da ultramodernização, na qual poderá estar o elemento específico de seus interesses e atuação de classe (nessa esfera as classes médias monopolizam as melhores probabilidades de autovalorização no mercado), convertem-se nos puritanos do capitalismo dependente.³⁰

Quanto à classe baixa urbana³¹, à classe urbana dependente³² e ao campesinato, Florestan Fernandes faz as seguintes considerações: a primeira procura valorizar-se no mercado em termos de força de trabalho, e as outras apenas aspiram obter a condição da primeira, de forma a aceder à ordem vigente. Vemos que:

A classe baixa urbana, a classe dependente urbana e o campesinato sofrem profundamente os efeitos perturbadores da maneira pela qual se objetivam, positiva ou negativamente, seus interesses e situação de classe na ordem inerente ao capitalismo dependente. A classe baixa urbana (...), polarizada de modo positivo na ordem econômica vigente, compartilha, aceita e valoriza o privilégio do mundo urbano, orientado preponderantemente por seus

²⁹ Compostas por um estrato tradicional que inclui funcionários públicos, o grosso dos profissionais liberais, professores, jornalistas, assalariados de “colarinho-e-gravata”, operários altamente qualificados etc., e um estrato moderno, pessoal de “tope” das grandes empresas. Veja-se SCS, p. 60.

³⁰ SCS, p. 62.

³¹ Composta por assalariados das fábricas, empregados de lojas e escritórios com baixo rendimento etc. Veja-se SCS, p. 60.

³² Composta pelo setor indigente e flutuante das grandes cidades. Veja-se SCS, p. 60.

valores.³³ A classe urbana dependente não possui interesse e situação de classe específicos por causa de alguma vinculação estrutural negativa com a ordem econômica, mas por anomia (...) o campesinato aparece como a classe social negada que não tem nenhuma vinculação nem nenhum compromisso, de raízes estruturais, com a ordem econômica e o regime societário do capitalismo dependente (...) só lhe resta a saída da negação de si próprio.³⁴

No que afeta o desenvolvimento do capitalismo dependente, a formação das classes sociais “baixas” pode ser vista na seguinte passagem:

As classes “baixas”, que normalmente teriam de definir e defender a “condição burguesa” em termos de negação da desigualdade de classe, são extensa e profundamente afetadas pelas limitações que o capitalismo dependente introduz nas potencialidades de mercantilização do trabalho. No que se refere aos grupos de agentes incluídos nessas classes, as funções classificadoras do mercado e as funções estratificadoras do sistema de produção só começam a ter vigência e alguma eficácia para os que logram acesso ao “trabalho livre”, parcial ou totalmente assalariado. Por isso as classes “baixas” se defrontam com limitações estruturais à universalização da condição operária, através da proletarianização, enquanto esta se converte, por sua vez, em processo específico de mobilidade social vertical e de classificação social.³⁵

Como salienta o próprio autor, as classes sociais no capitalismo dependente não são diferentes daquelas que nasceram no Ocidente junto com o capitalismo moderno. O que é diferente é a configuração histórica da sociedade de classes. Se por um lado temos uma classe “alta” associada a “parceiros externos” num processo de acumulação dual, que supõe uma apropriação repartida do excedente econômico, de outro lado temos um proletariado preocupado

³³ SCS, p. 63.

³⁴ SCS, p. 66.

³⁵ CSAL, p. 204.

em participar da ordem econômica em termos de valorização no mercado, enquanto possuidor de força de trabalho, e o resto das classes “baixas” (os “condenados do sistema”) procurando ingressar no mercado, como forma de autovalorização e constituição enquanto classe social.

Ao caracterizar a classe social dominante, Florestan Fernandes faz algumas considerações sobre o “cálculo racional” e a “ética do capitalismo dependente” que merecem especial atenção. Essas duas categorias, formuladas de forma típica-ideal por Weber, visavam apanhar as características que assumia o capitalismo que surgia no Ocidente. Nesse caso se pode observar o modo extremamente frutífero com o qual nosso autor logra dar conta da realidade das sociedades dependentes, a partir dessas categorias.

Ele percebe que a burguesia nas sociedades capitalistas dependentes enrijece suas posições na procura de sobreviver. O padrão de acumulação dual descrito implica que ela escolha a “associação dependente” à revolução burguesa no sentido clássico. Isso faz com que seu comportamento econômico se mobilize numa região de incerteza. Ao fazer a seguinte pergunta:

Dadas certas condições mínimas de motivação, orientação e ordenação em bases capitalistas, em que sentido o padrão que organiza em escala social esse comportamento responde aos requisitos de racionalidade de uma ordem econômica capitalista?³⁶

O autor responde visualizando o comportamento diferencial do burguês da sociedade dependente com respeito àquele que Weber analisou nas sociedades ocidentais. É assim que:

(...) poucos são os agentes econômicos que dispõem de condições para neutralizar ou superar o circuito de indeterminação, entranhado no próprio coração da economia capitalista subdesenvolvida.³⁷

³⁶ SCS, p. 72.

³⁷ SCS, pp. 75-76.

Nesse “circuito de indeterminação”, a burguesia “faz” o capitalismo dependente na sua associação com os núcleos hegemônicos externos, o que permite compreender qual é a ética desse tipo de capitalismo. Ela se mostra num comportamento burguês que prefere essa associação a criar uma sociedade de classes, enquanto participação das distintas classes na classificação no mercado e na estratificação no sistema de produção. A “ética”, nesse caso, se define no fato de que os “parceiros internos”

Não que se considerem incapazes de “montar o jogo: pensam que usando tal método tornam o processo mais “lucrativo”, “rápido” e “seguro”. Privilegiam, assim, as vantagens relativas do pólo dinâmico mais forte porque “jogam nelas” e pretendem realizar-se através delas”.³⁸

De outro lado, o “cálculo racional” e a “ética e racionalidade” do capitalismo dependente permitem dar conta daquilo que Florestan Fernandes denomina “resistência sociopática à mudança”³⁹

³⁸ CSAL, p. 191.

³⁹ Veja-se MSB, p. 47. A explicação que estamos oferecendo nos parece muito mais adequada ao pensamento do autor que aquela proporcionada por Maria Angela D’Incao. A autora coloca a “resistência sociopática à mudança nas classes altas” numa certa simplificação nos escritos de Florestan Fernandes, estabelecida a partir dos “pares” subdesenvolvimento/desenvolvimento, irracionalidade/racionalidade, tradicional/moderno, estagnação/progresso. Segundo ela, Florestan Fernandes “(...) nos oferece uma análise da sociedade brasileira que, em geral, não é nem estanque nem simplificação”. Apesar de que, algumas vezes, esses pares, pela sua própria natureza o tenham levado a um certo tipo de simplificação. Por exemplo, ele classifica de *sociopática* a resistência das camadas privilegiadas à mudança. “A oposição ao progresso”, diz ele, referindo-se às classes dirigentes, “nasce de uma desconfiança, por assim dizer, tribal diante da inovação (...)” (Maria Angela D’Incao, in Maria Angela D’Incao, org., 1987, p. 65). Nos parece que mais que estabelecer-se essa “resistência” a partir de dicotomias simplificadoras, ela se explica pelo processo de acumula-

nas classes “altas”. O fato de movimentar-se num “circuito de indeterminação” e a escolha de dirigir sua ética e racionalidade econômica no interior de um processo, no qual o excedente é repartido com os núcleos externos, condiciona uma resistência a qualquer tipo de mudança. Deve-se levar em consideração que tudo isso supõe um modelo no qual se estabelece um “superprivilegiamento das classes altas” que se expressa na concentração da riqueza e explica a “resistência à mudança” e também o “temor” e “pânico” de “classe”.⁴⁰

Aqui estão alguns dos elementos que melhor permitem caracterizar a burguesia das economias capitalistas dependentes. Se existem fundados motivos para um “temor de classe” (devido à tendências extremas de concentração social da renda e da preservação de privilégios econômicos que redundam em barreiras sociais injustificáveis e intransponíveis, entre “ricos” e “pobres”), intolerância e o pânico sistemáticos traduzem propensões de ajustamento estrutural e dinamicamente inadequadas.⁴¹

Temos considerado os diferentes aspectos que fazem a sociedade de classes no capitalismo dependente. Se este constitui um processo histórico que se caracteriza pela acumulação capitalista dual e a apropriação repartida do excedente econômico, se configura

ção dual do capitalismo dependente, a apropriação repartida do excedente econômico, que geram um certo tipo específico de “cálculo racional” e “ética e racionalidade” capitalistas.

⁴⁰ No contexto teórico do autor, “temor” e “pânico” de classe se constituem em aspectos analíticos da compreensão das classes sociais. Na sua primeira análise sobre classe social, Florestan Fernandes tinha considerado os “sentimentos” como parte da análise daquelas. “Abordando as classes como estruturas sociais, o sociólogo correlaciona as manifestações de idéias, sentimentos e ideais à situação social comum em que se encontram os membros de uma classe social” (ESGA, p. 77). O mesmo comentário se pode fazer em referência ao “querer coletivo” das classes “baixas”, sublinhado por Florestan Fernandes em várias partes da sua obra.

⁴¹ SCS, p. 81.

enquanto sociedade de classes, na possibilidade das diferentes classes de valorizar-se no mercado, em função da posse ou não de bens. Só as classes “altas” percorrem o caminho que vai desde os interesses de classe à consciência de classe, definindo-se em função da situação de classe e estabelecendo uma determinada atuação de classe. As classes “médias” unidas aos “interesses do capital” têm o monopólio em referência à sua valorização no mercado. As classes “baixas” urbanas (considerando principalmente o proletariado) se constituem enquanto classes à medida que podem valorizar-se na sua condição de força de trabalho; as outras classes “baixas” só aspiram a aceder à condição operária para poder classificar-se socialmente.

As classes “altas”, que escolheram o capitalismo dependente, à medida em que era a sua melhor possibilidade de lucro, criam uma ordem “fechada” da qual as outras classes sociais não participam. Assim, se pode começar a compreender a significação das características da *ordem social competitiva*, nas sociedades de capitalismo dependente, da qual vamos tratar na próxima parte.

O capitalismo dependente e a ordem social competitiva

A ordem social competitiva é um termo ao qual Florestan Fernandes recorre com frequência a fim de caracterizar o capitalismo dependente. Representa para ele um conceito típico-ideal, construído a partir das características que assumiu a ordem social no capitalismo ocidental.

A caracterização mais elaborada sobre a ordem social competitiva de forma típica que encontramos é apresentada em *Problemas de conceitualização das classes sociais na América Latina* (1977). Conforme o autor:

Em sociedades nas quais o desenvolvimento capitalista foi suficientemente intenso para promover aumentos constantes das classes “alta” e “média” e a classificação normal das classes bai-

xas, com tendências de participação sociocultural e política que universalizavam certos hábitos de consumo, direitos pessoais, garantias sociais e liberdades políticas fundamentais, a ordem social competitiva atingiu, paulatinamente, grande fluidez e contribui para criar (...) certa homogeneidade nacional quanto aos níveis mínimos dos padrões de vida, de aspirações e de orientação de valor.⁴²

Tal qual no estudo sociológico das classes sociais, analisar a ordem social competitiva no capitalismo dependente implica uma “rotação ótica do estudo sociológico”. O capitalismo dependente cria sua própria ordem social competitiva, que se apresenta invertida comparada com o tipo histórico encontrado no Ocidente.

Nas condições latino-americanas, o capitalismo dependente condicionou a formação e o desenvolvimento da formação da ordem social competitiva em termos de “mínimos estruturais” e de uma “forma fraca”.⁴³

Mais que se estabelecer em termos de “participação sociocultural” e “universalização de hábitos de consumo”, “direitos”, “garantias” e “liberdades”, a ordem social competitiva nessas sociedades se institui como “ordem fechada”. Se as classes são definidas em função da classificação no mercado e da participação na produção, a ordem social competitiva se organiza a partir delas e reforça suas características. Se a sociedade de classes se funda no fato de que umas classes são mais classes que outras, a ordem social competitiva consolida essa situação. Por fim, se existem impossibilidades estruturais de valorização das classes “baixas” no mercado, junto com isso está impossibilitada de aparecimento histórico a universalização dos diferentes aspectos que fazem a ordem social competitiva.

⁴² CSAL, p. 223.

⁴³ CSAL, p. 202.

De tal modo, nas sociedades do capitalismo ocidental:

A ordem social competitiva suscita e dá continuidade à persistência e mesmo ao incremento de desigualdades econômicas, socioculturais e políticas. Trata-se, portanto, de impulsões igualitárias e democráticas reguladas pela estratificação em classes sociais e que se relacionam com requisitos estruturais, de funcionamento e de evolução da própria sociedade de classes.⁴⁴

Em outras palavras, nas sociedades ocidentais, européias, que servem de parâmetro, a desigualdade existe, porém as classes “baixas” adquiriram o direito à participação nas esferas socioculturais e políticas da sociedade que lhes permite estabelecer padrões de interação e contrapesam a desigualdade do sistema de classes. O inverso ocorreu no caso latino-americano:

A evolução do capitalismo (...) conduz (...) à consolidação e ao crescente aperfeiçoamento de uma ordem social competitiva capaz de ajustar o desenvolvimento capitalista a formas ultra-expoliativas de dominação econômica (interna e externa) e de exploração do trabalho.⁴⁵

No sentido indicado, se a burguesia escolheu o capitalismo dependente, como já foi visto, a partir de um determinado tipo de “cálculo racional” e “ética e racionalidade” próprias, elas consolidam a ordem social competitiva como uma ordem incompatível com a democratização. Sua característica principal, a respeito, consiste em

que elas resistem à plebeização e instigam a proletarização sem querer aceitar a democratização da ordem social competitiva.⁴⁶
(...) Tudo se passa como se o capitalismo fosse aceito segmenta-

⁴⁴ CSAL, p. 222.

⁴⁵ CSAL, p. 208.

⁴⁶ CSAL, p. 193.

riamente, como forma econômica, e repudiado como um estilo de vida, isto é, em suas formas jurídico-políticas.⁴⁷

No caso brasileiro analisado por Florestan Fernandes – como foi visto, pode ser considerado um tipo extremo – ficam esclarecidas as situações de outras sociedades latino-americanas, pois se verifica:

(...) a resistência sociopática à mudança, através da qual as classes sociais dominantes e suas elites desfrutam a ordem social competitiva, mas a convertem em uma “ordem fechada” às necessidades e as aspirações das demais classes.⁴⁸ (...) Portanto, a ordem social competitiva atinge um clímax evolutivo excluindo tanto os brancos pobres quanto os remanescentes do trabalho escravo, os negros e os mulatos que não lograram proletarizar-se ou classificar-se nos estratos médios e altos.⁴⁹

Além disso, pode-se observar, neste caso, como a ordem social competitiva que se institui implica a exclusão de diferentes setores sociais, dentre os quais o negro. A ordem social competitiva adquire na relação do negro com a sociedade de classes o caráter de “mito de democracia racial”. Rugai Bastos, ao analisar o livro de Florestan Fernandes intitulado *A integração do negro na sociedade de classes*, estabelece que:

(...) o mito baseia-se na afirmação de que a ordem social competitiva é aberta a todos igualmente, forjando-se a crença de que há um paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira.⁵⁰

⁴⁷ SCS, p. 82.

⁴⁸ MSB, p. 47.

⁴⁹ MSB, p. 43.

⁵⁰ “A questão racial e a revolução burguesa em O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes, in Maria Angela D’Incao, org., 1987, p. 143.

Sem forçar a análise de Florestan Fernandes, se poderia afirmar que a ordem social competitiva – que significou determinado processo histórico de constituição das classes sociais e de universalização de diferentes tipos de participação no capitalismo ocidental, nas sociedades latino-americanas – se constitui num mito.

A ordem social competitiva está limitada desde seu início, e os dinamismos por meio dos quais funciona reforçam suas características centrais. Vamos considerar agora o que ela faz e aquilo que está impossibilitada de fazer. O que ela pode fazer é:

[uma] aceleração do crescimento e do desenvolvimento [que] fatalmente intensifique: a associação dependente; a concentração da renda, do prestígio social e do poder no tope; a apropriação repartida do excedente econômico nacional, com a drenagem sistemática de riquezas para fora e a destruição sibarítica de riquezas internamente; o agravamento das desigualdades de processos pluralistas de estratificação societária.⁵¹

No mesmo sentido, a ordem social competitiva:

(...) tende a favorecer unilateralmente os grupos e classes privilegiados, e, de outro lado, contribui para fortalecer e generalizar expectativas autocrático-conservadoras de utilização e controle do poder.⁵²

De outro lado, cabe indagar o que os dinamismos da ordem social competitiva não podem fazer?

Em primeiro lugar:

não conseguem gerar a base dinâmica necessária à plena expansão da ordem social competitiva.

Isso significa que uma parte da ordem social competitiva – a que abrange os agentes humanos externos e internos privilegiados – encontra condições para funcionar, crescer e desenvolver-se se-

⁵¹ CSAL, pp. 211-212.

⁵² MSB, p. 37.

gundo critérios de classificação e de estratificação impostos pelo mercado capitalista e pelo sistema de produção capitalista. Os demais setores ficam parcial ou totalmente barrados das posições, *status* e papéis – com as probabilidades correspondentes de atuação de classe típicos da ordem social competitiva.⁵³

Em segundo lugar:

não cria dinamismos suficientemente fortes para destruir o “antigo regime” ou as estruturas econômicas, sociais e políticas “arcaicas” dele remanescentes, e para construir as estruturas alternativas, autenticamente racionais e democráticas, típicas de uma sociedade de classes sem contar com um sistema de produção capitalista autônomo e universalizado tanto em bases nacionais quanto de classes, a ordem social competitiva só é eficiente e aberta para os “mais iguais”.⁵⁴

De acordo com estas características, a ordem social competitiva funciona como um mecanismo de ajuste permanente do capitalismo dependente. Ela conserva e intensifica a “associação dependente” e as condições econômicas que desta se derivam para a sociedade de classes como um todo. As mesmas possibilidades de atuação de classe são limitadas, à medida que a ordem social competitiva implica o reforçamento da ação restrita das classes sociais, em termos das limitações dadas pela participação (ou não participação) na produção e no mercado. Por último, ela combina estruturas que pertencem – falando numa linguagem mais tradicional – a outros modos de produção, estabelecendo-se um poder político marcado pelo autoritarismo.

Sobre este último aspecto se pode acrescentar que as burguesias latino-americanas não são liberais, mas atuam em função daquele cálculo e ética racionais próprios do capitalismo dependente.

⁵³ CSAL, p. 211.

⁵⁴ MSB, p. 31.

As classes privilegiadas entenderam que não podem ser “iluministas”, “liberais” e muito menos “tolerantes”. Acabaram acomodando-se à idéia de que não podem repetir o padrão europeu de revolução burguesa e que podem tirar maior proveito do “*pragmatismo político*”, que lhes ensina ser impossível conciliar capitalismo e democracia, sem abrir mão do seu superprivilegiamento relativo e sem atacar as iniquidades do subdesenvolvimento.⁵⁵

Dadas as características assinaladas neste tópico, bem como as vistas no anterior, pode-se compreender como o capitalismo dependente se construiu como “ordem fechada”. A burguesia não pode fazer a própria revolução burguesa típica do capitalismo ocidental, enquanto as classes “baixas” procuram sua participação na sociedade de classes e na ordem social competitiva, condicionadas à sua possibilidade (ou negação desta) de classificação no mercado e à estratificação no sistema de produção. Vale dizer que:

a ordem social competitiva se esvazia como fator histórico social, tornando-se rígida ou inerte principalmente para os interesses de classes que não coincidem com os dos “donos do poder” (ou da maioria silenciosa e esquecida).⁵⁶

Como corolário do que se tem explicado nesta parte e na anterior, pode-se compreender a significação concreta do subdesenvolvimento no capitalismo dependente. O subdesenvolvimento se explica pela evolução do capitalismo dependente, na qual, no início, aparece a forte determinação dos núcleos hegemônicos externos. Desse modo:

(...) o subdesenvolvimento explica-se, objetivamente, pelas condições de dependência ou de heteronomia econômica. Mercados e economias capitalistas, construídos para serem operados como

⁵⁵ CSAL, p. 237.

⁵⁶ MBS, p. 37.

satélites, organizam-se e evoluem segundo as regras e as possibilidades do capitalismo dependente. Assim, o subdesenvolvimento não é um estado produzido e mantido *a partir de dentro*, mas gerado, condicionado e regulado *a partir de fora*, por fatores estruturais e de conjunto do mercado mundial.⁵⁷

De outro lado, acrescenta-se que a própria ordem social competitiva contribui, no seu fechar-se, com o subdesenvolvimento, não só em termos econômicos, mas também em todos os demais aspectos da sociedade. Se o capitalismo dependente significa exclusão do mercado e da produção, e se sua ordem social competitiva correspondente significa não-universalização de direitos e não-participação nos diferentes aspectos da vida social, o subdesenvolvimento expressa a exclusão, a não-universalização e a não-participação.

O subdesenvolvimento econômico não só envolve a perpetuação de estruturas econômicas mais ou menos arcaicas. Promove a modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida.⁵⁸

Um último apontamento deve referir-se ao fato de que a relação entre capitalismo dependente, sociedade de classes e ordem social competitiva não pode ser entendida como um simples modelo mecânico do tipo base-superestrutura. Se tivéssemos que expressar de forma adequada a relação daqueles, poder-se-ia afirmar que a ordem social competitiva constitui a forma em que se expressa o capitalismo enquanto processo civilizatório, em termos típicos, nas sociedades dependentes.

⁵⁷ SCS, pp. 45-46.

⁵⁸ CSAL, pp. 198-199.

Classes sociais, “ordem fechada” e revolução

Depois de fazer este percurso na análise da configuração do capitalismo dependente, com sua sociedade de classes e ordem social competitiva típicas, estamos em condições de fazer uma abordagem – numa questão que foi tão importante para Florestan Fernandes, como o foram estas – da possibilidade de revolução nas sociedades do capitalismo dependente, especialmente referida às sociedades latino-americanas.

Uma primeira observação a ser feita tem a ver com a distinção salientada pelo autor entre “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”. Enquanto a primeira se refere às características da revolução burguesa, a última faz referência à contingência de uma revolução socialista.

O primeiro tipo de revolução foi analisado por Florestan Fernandes, especificamente no Brasil, num livro que não faz parte dos trabalhos considerados nesta abordagem intitulado *A revolução burguesa no Brasil*, e que só tomamos como referência a partir de comentaristas da sua obra, assim como de alguns de seus depoimentos.

Nesses termos, nossa análise desse tipo de revolução, na obra do autor, se remete aos trabalhos considerados, devendo-se levar em conta que não estamos registrando (ou só parcial e indiretamente) a principal obra que ele escreveu, para o caso brasileiro.⁵⁹

Uma primeira observação a fazer com relação à revolução burguesa para Florestan Fernandes, tem a ver com o fato de que ela é um processo de contra-revolução permanente sob o capitalismo dependente. Em outros termos, o próprio processo de constituição limitada da sociedade de classes na América Latina, com as características de fechamento da ordem social competitiva, implica,

⁵⁹ Se se pensa que o “caso brasileiro” representa um “tipo extremo” na análise das sociedades sob o capitalismo dependente, se reavalia mais a importância de sua consideração.

como já foi visto, a atuação de uma burguesia que escolhe o capitalismo dependente – com suas características de exclusão – e defende em termos “egoísticos” seu “superprivilegiamento” de classe. Nesse sentido, o tipo de revolução a que dá origem o capitalismo dependente se caracteriza pelo fato de que:

As classes dominantes internas visam o Estado como um bastião de autodefesa e de ataque, impondo assim seus privilégios de classe como “*interesses da Nação como um todo*”, e, e isso tanto de cima para baixo, como de dentro para fora.⁶⁰

Os processos de acumulação de capital dual e de apropriação repartida do excedente econômico contribuem para um tipo específico de revolução burguesa, no qual as burguesias nacionais se encontram impossibilitadas de fazer uma revolução burguesa de tipo clássico.

Existindo (...) a sobre-apropiação capitalista, o excedente econômico repartido [só] pode alimentar os motivos egoísticos e instrumentais dos agentes econômicos, mas não pode gerar a sua autosuperação (ou a sua negação)⁶¹ (...) Os “donos do poder” não possuem meios para realizar as condições últimas de sua liberdade e autonomia como classe, cumprindo um destino adverso às suas próprias convicções econômicas, políticas e morais, ao se verem continuamente forçadas a subordinar aspirações de autonomia nacional a interesses econômicos.⁶²

Nessas condições, a própria ordem social competitiva é um fator que impede a constituição de uma revolução burguesa de tipo clássico. Se nas sociedades ocidentais sua constituição implicava o estabelecimento de certos dinamismos, a partir da desigualdade social mas com as impulsões igualitárias que provinham das clas-

⁶⁰ MSB, p. 29.

⁶¹ CSAL, pp. 190-191.

⁶² SCS, p. 62.

ses “baixas”, no capitalismo dependente aparece como uma ordem fechada, que não permite e rejeita a inovação. A respeito, Florestan Fernandes acrescenta:

A ordem social competitiva funda-se de tal maneira em desigualdades extremas e nas barreiras que permitem mantê-las, ao mesmo tempo, em crescimento paralelo com a expansão gradual do regime de classes, que ela se anula como ponto de partida de transformação radical do *status quo*.⁶³

Isso significa que a própria ordem social competitiva se torna um fator limitativo da revolução dentro da ordem. Ao mesmo tempo, à medida que se institui como “ordem fechada”, abre-se à possibilidade de outro tipo de revolução. Sua impossibilidade de transformação histórica resulta, à sua vez, na possibilidade de subvertê-la, na emergência da revolução socialista. Desse modo, a ordem social competitiva atua:

Inibindo todas as influências, exceto as que procedem do tope e combinam a mudança socioeconômica, cultural e política à preservação mais ou menos rígida de privilégios de classes, ela só deixa uma porta aberta à superação do subdesenvolvimento: a da revolução socialista.⁶⁴

Ao reconhecer as características típicas assumidas pela ordem social competitiva no capitalismo dependente deve-se levar em conta tudo o que ela comporta. Assim, lembre-se que ela implica resistência sociopática das classes “altas” à mudança, que vem associada às características que assumem o cálculo e a ética e racionalidade desse tipo de capitalismo. É nesses termos que se compreende o fato de que:

⁶³ CSAL. p. 216.

⁶⁴ CSAL. p. 219.

(...) o esforço necessário para “abrir” ou “reabrir” a ordem social competitiva é tão alto que se torna mais fácil e racional substituir a “revolução dentro da ordem” pela “revolução contra a ordem”. Nesse sentido, as orientações egoísticas e particularísticas das classes dominantes e das suas elites concorrem, a longo termo, não para “conter” ou “congelar” a história, mas para simplificá-la e acelerá-la. Sua feroz e obstinada resistência às mudanças compatíveis com a *democracia burguesa* e com o capitalismo acaba engendrando seja um agravamento fatal das tensões sociais, seja orientações de comportamento reativas segundo as quais a *única saída* tem de passar pela destruição da ordem existente.⁶⁵

Podemos, agora, salientar qual é a hipótese principal que sustenta a elaboração analítica de Florestan Fernandes em referência às possibilidades revolucionárias “contra a ordem” no capitalismo dependente. Ela diz respeito às possibilidades que são praticáveis justamente nas sociedades que se fecham. Isso quer dizer que a análise dos diferentes tipos de sociedades permite extrair como corolário o fato de que é nas sociedades de classes nas quais as classes dominantes impedem a integração das demais classes – em termos de classificação no mercado e estratificação no sistema de produção, assim como da participação na ordem social competitiva em termos da universalização de direitos e participação nas estruturas socioculturais e políticas ---, onde a revolução contra a ordem é mais factível.⁶⁶

A reflexão comparada sugere que as insatisfações de uma classe potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma

⁶⁵ MSB, p. 49.

⁶⁶ Pensamos que, nesta hipótese, o autor tem como referência os processos revolucionários que aconteceram tanto na Rússia como nos países que foram denominados do “Terceiro Mundo”, opondo-se à hipótese clássica que sustentava que a revolução socialista aconteceria naqueles países que houvessem atingido o capitalismo mais desenvolvido.

“classe em si e para si” numa sociedade de classes plenamente constituída. Enquanto a última pode absorver diferentes tipos de tensões e de conflitos de classes, preservando dentro de certos limites sua estabilidade e capacidade de renovação, a primeira não pode fazer face às tensões e conflitos emergentes, que eclodem graças ao aparecimento das relações de classe, sem pôr em risco sua estabilidade e, mesmo, sem destruir-se. Portanto, estruturas de classe em formação de dinamismos de classes ineficientes favorecem a obliteração da “historia possível”. Onde a sociedade de classes emerge mas não consegue absorver e orientar as forças de transformação da ordem social, ela nasce condenada à crise permanente e ao colapso final.⁶⁷

Contudo, se a revolução socialista pode afirmar-se como uma possibilidade certa nas sociedades nas quais a competição se restringe ao âmbito de atuação das classes dominantes, cabe perguntar quais seriam os sujeitos históricos dessa revolução? Florestan Fernandes nos oferece certas indicações ao mostrar-nos algumas características que definem a classe “baixa” urbana. Essa classe, como se lembrará, tem como componente fundamental os “assalariados das fábricas” e, segundo Florestan Fernandes, não tem compromisso qualquer com o capitalismo dependente, é “livre” para atuar como classe social, já que não participa do modelo de associação dependente.

Temos de tomar em conta dois fatores estruturais que vinculam divergentemente a classe baixa a essa ordem econômica. De um lado, ao afirmar sua condição de classe (pelo visto, a questão da negação de sua condição de classe ainda não se põe historicamente), ela nega o subdesenvolvimento, com suas ramificações em interesses legítimos ou espúrios. Isso é facilmente compreensível, desde que se entenda que a classe baixa urbana vincula o seu destino social ao florescimento da civilização vigente, mas sem precisar comprometer-se como e enquanto classe, com os mecanismos e os objetivos da associação econômica dependente,

⁶⁷ CSAL, p. 175.

que une pelo topo as classes altas, as classes médias e os núcleos hegemônicos externos. Portanto, ela é livre, como e enquanto classe, para se identificar com os alvos mais profundos da autonomização econômica, social e política da sociedade nacional, os quais em vários pontos coincidem com a realização de seu destino social como classe. De outro lado, uma interferência drástica na continuidade do crescimento econômico que ameaçasse ainda mais os limites dentro dos quais a classe baixa urbana participa das vantagens do crescimento econômico sob o seu padrão atual, é suscetível de projetar o elemento de tensão existente em contextos histórico-sociais nos quais ele poderá tornar-se explosivo. Nesse caso, a propensão a fazer a “revolução dentro da ordem”, pelo desenvolvimento, seria facilmente substituída por outros tipos de comportamento inconformista e por soluções verdadeiramente revolucionárias.⁶⁸

Pode-se observar, além das probabilidades da classe urbana em converter-se no sujeito histórico da revolução socialista, que a hipótese tem a ver com alguma mudança importante no crescimento econômico. Em síntese, a hipótese da revolução socialista no capitalismo dependente se poderia formular da seguinte maneira: 1) ela pode resultar numa contingência histórica factível à medida em que a revolução contra a ordem se viabiliza naquelas sociedades que se fecham; 2) tem como sujeito histórico dessa revolução a classe baixa urbana (que inclui a classe operária); e 3) pode concretizar-se em instâncias nas quais o crescimento econômico não assegura a reprodução desta classe.

Todavia, temos que voltar à análise das classes sociais no capitalismo dependente, feita na segunda parte deste ensaio. Ali víamos que a classe baixa urbana é aquela que – no interior das classes “baixas”-- pode valorizar-se no mercado e participar da estratificação social, devinda do sistema de produção. Sem embargo, uma característica fundamental sublinhada pelo autor é que essa classe se “polariza de modo positivo na ordem econômica”. Caberia per-

⁶⁸ SCS, p. 175.

guntar-se como ele explica que estas classes modifiquem sua “atitude perceptiva e cognitiva”, passando de uma polarização positiva a uma negativa do capitalismo dependente, com sua sociedade de classes e ordem social competitiva correspondentes.

Outro modo de sublinhar o fato anterior é a consideração de que as classes dominantes “fazem” a história, enquanto as demais classes a “sofrem”. Pode observar-se esse aspecto, na seguinte passagem:

(...) essas classes [se refere à burguesia] atuam efetivamente, construindo a história que os outros vivem. Seja porque as outras classes não contam no processo histórico, ou se fundem na ação do sentido histórico coletivo com a burguesia.⁶⁹

Parece-nos que, neste tópico, fica um vazio que o autor não preenche. Se só as classes “altas” determinam o sentido histórico, como as demais classes, e em particular as que ele denomina “classes baixas urbanas”, poderiam dar um novo sentido à história? Nos parece que a hipótese auxiliar das mudanças drásticas no crescimento econômico resulta insuficiente para explicar a emergência de um sujeito histórico, a partir de uma classe social que, através da análise, se mostra incapacitada – em termos de impedimento e subordinação – para empreender essa tarefa.⁷⁰

⁶⁹ SCS, p. 72.

⁷⁰ Uma análise crítica às considerações de Florestan Fernandes, a propósito de uma revolução socialista na América Latina, se pode encontrar no comentário que faz Jorge Graciarena ao trabalho apresentado por aquele no seminário sobre classes sociais feito em 1971 e citado aqui como CSAL. A respeito veja-se Jorge Graciarena, 1977. Nesse comentário, Graciarena assinala que: “Os mecanismos estabilizadores e conservadores das sociedades capitalistas subdesenvolvidas são fortes e flexíveis ao mesmo tempo. Dadas certas condições, não é difícil tornar compatível, por um lapso considerável, um processo de “modernização parcial”, centrado em “pólos de desenvolvimento” e “mercados de cúpula”, com amplos setores marginalizados, política e social-

Deve-se acrescentar que, num texto posterior, Florestan Fernandes parece modificar sua perspectiva com relação às possibilidades de mudança social e passa a considerar o surgimento de uma classe operária independente, pelo menos no Brasil, que daria conta dos processos de mudança social. Nessa ocasião o autor expressa:

A sociedade brasileira... está conhecendo agora sob o capitalismo monopolista aquilo que foi a primeira fase do desenvolvimento do proletariado nos países do capitalismo industrial, quer dizer, uma fase na qual os proletários conseguem se tornar classe independente, classe capaz de lutar por um desenvolvimento independente de classe.

Eu digo na última parte da *Revolução burguesa* que o que não tivemos antes estamos tendo agora, quer dizer, um novo tipo de classe operária, um setor de ponta da classe operária que se joga numa posição mais audaciosa, mais avançada e que começa a se preocupar com reduzir pelo menos o despotismo da burguesia, em conquistar o espaço para se manifestar de uma maneira livre e autônoma, em nível da fábrica, em nível de bairro, em nível de cidadão. Trata-se, então, de uma transformação muito ampla e é por aí que eu coloco a questão da história na América Latina em países de dimensão continental como é o Brasil.⁷¹

Neste caso, estariam ocorrendo transformações na sociedade brasileira que aparentemente a aproximariam à do capitalismo que surgiu no Ocidente. Se fosse assim, as possibilidades de uma revolução socialista teriam como sujeito uma classe operária que se constituiria como sujeito histórico.

mente imobilizados, com uma estratificação social pouco permeável e uma estrutura de poder limitada a uma elite restrita, que enfrenta pressões sociais difusas e moderadoras, que pode manipular a seu arbítrio e contra-atacar com facilidade (pp. 265-266).

⁷¹ In *História e histórias*, julho de 1995, p. 29. Se bem que a publicação que conhecemos é de 1995, e o depoimento do autor é de 1981, enquanto os principais textos tratados em nossa análise chegam a 1971.

Ao final dessas considerações fica uma interrogação: além das transformações que pudessem ser encontradas no Brasil e no conjunto das sociedades latino-americanas, que significação poderíamos dar às oscilações do autor com referência à contingência de uma revolução socialista? Sem poder aprofundar aqui este aspecto, consideramos que não se pode compreender a obra de Florestan Fernandes sem levar em consideração a preocupação por uma dupla condição nele: a de sociólogo e a de socialista.⁷² A sua vida está marcada por uma preocupação constante, enquanto intelectual, de conciliar esses dois aspectos. Isso não significa que a análise do sociólogo seja válida e a do socialista não o seja, mas sim que se deve pensar em Florestan Fernandes como um autor que combinava de forma *sui generis* o rigor da análise científica com a paixão pelos problemas do seu tempo.

Considerações finais

Temos considerado os diferentes aspectos que têm a ver com a análise das classes sociais em Florestan Fernandes, desde uma caracterização mais teórica no começo, para uma análise mais concreta, em referência ao funcionamento da sociedade de classes sob o capitalismo dependente. Para concluir podem-se salientar os seguintes aspectos:

1. Florestan Fernandes assinala, em primeira instância, o fato de que a sociedade de classes é histórica, e portanto anterior à sua construção sociológica. A própria sociologia nasce na busca de respostas para a sociedade de classes que aparece sob o capitalismo ocidental. Na sua consideração sociológica, as classes sociais se estabelecem em termos típico-ideais, procurando apanhar as diferentes realidades com que se defrontam. Através da análise dos textos observou-se também que o autor se serve do “tipo extremo”,

⁷² A respeito, veja-se *A condição do sociólogo*, 1978.

no sentido de analisar aquelas configurações históricas nas quais as características do tipo se mostram com mais intensidade. Isso significa, a nosso parecer, uma forma original e frutífera de combinar diferentes formas de abordar os fenômenos sociais. Neste caso, valendo-se dos aportes que Weber e Marx deram para a análise nas ciências sociais.

2. Na análise da sociedade de classes sob o capitalismo dependente, temos salientado o que o autor tem denominado como “a rotação ótica do estudo sociológico do regime de classes”. O capitalismo dependente se apresenta “invertido” com respeito a sua forma clássica, é dizer, na comparação com o capitalismo ocidental.

No sentido indicado, o capitalismo dependente não se forma a partir de uma evolução interna, mas sim a partir da expansão das economias centrais. Sua constituição tem a ver com o processo histórico caracterizado pela acumulação capitalista dual e a apropriação repartida do excedente econômico pelas classes dominantes internas e os núcleos hegemônicos externos, que é o que caracteriza o modelo de “associação dependente”.

3. A sociedade de classes resultante indica que as possibilidades das diferentes classes sociais de constituir-se como classes (“algumas classes são mais classes que outras”) têm a ver com a possibilidade de valorizar-se no mercado em função da posse ou não de bens ou, em outros termos de classificar-se no mercado e de participar do sistema de estratificação no sistema de produção.

4. Nesse sentido, “interesses”, “situação”, “consciência” e “atuação” de classe são dimensões fundamentais na caracterização das distintas classes sociais. Apenas as classes “altas” chegam a adquirir consciência de classe, enquanto as classes médias possuem o monopólio da valorização no mercado, mas estão ligadas aos “interesses do capital”. Nas classes baixas, apenas a urbana não-dependente (considerando principalmente o proletariado) consegue constituir-se enquanto classe, já que tem a possibilidade de valorizar-se no mercado na sua condição de força de trabalho. As outras classes “baixas” apenas têm possibilidade de constituir-se como

classe negando sua própria situação, é dizer, acedendo à condição operária.

5. Na abordagem das características da classe dominante, Florestan Fernandes serve-se de dois tipos ideais, os de “cálculo racional” e de “ética do capitalismo dependente”. Observou-se o modo extremamente frutífero com o qual deu conta do comportamento capitalista a partir desses “tipos”. Assim, o “cálculo racional” e a “ética” e “racionalidade” do capitalismo dependente se caracterizam pela escolha da burguesia da associação dependente, e a rejeição a criar uma sociedade de classes com funções classificadoras do mercado e de estratificação do sistema de produção. De outro lado, isso explica a “resistência sociopática à mudança” nas classes “altas”. O “circuito de indeterminação” em que se move a burguesia, a sua preferência por uma ética e racionalidade econômicas ligada a um processo no qual o excedente é repartido com os núcleos externos, e o superprivilegiamento de sua posição em termos de riqueza, poder e prestígio condicionam sua resistência a qualquer tipo de mudança, que se expressa em “temor” e “pânico” de classe.

6. A ordem social competitiva representa um conceito típico-ideal, construído a partir das características da ordem social que surgiu no capitalismo ocidental e que resulta fundamental na análise das classes sociais.

No sentido clássico, a ordem social competitiva assegura certos graus de “participação sociocultural” e “universalização de hábitos de consumo”, “direitos”, “garantias” e “liberdades”, a partir da sociedade de classes que tinha aparecido. No capitalismo dependente a ordem social competitiva se institui como “ordem fechada”. Ela consolida o fato de que neste tipo de capitalismo “umas classes são mais classes que outras” e se mostra impossibilitada de gerar a universalização dos diferentes aspectos que a caracterizam no Ocidente.

7. A partir da análise do funcionamento do capitalismo dependente e da sua ordem social competitiva correspondente, observou-se como o primeiro estabelece a significação do subdesenvolvimento econômico nas sociedades latino-americanas, enquanto a

segunda contribui, no seu fechar-se, para a ampliação daquele nas demais “esferas da vida social”. O capitalismo dependente impõe a exclusão econômica, e sua ordem social competitiva afirma essa exclusão nos demais aspectos extra-econômicos da vida social.

8. A revolução burguesa no capitalismo dependente significa, nas condições apontadas, um processo de contra-revolução permanente. As burguesias nacionais não podem constituir-se em sujeitos históricos de uma revolução burguesa de tipo clássico. Esse é o significado de sua escolha e defesa “egoística” do capitalismo dependente, à medida que este lhes assegura seu “superprivilegiamento” de classe. A sociedade competitiva se reduz completamente às classes privilegiadas, só elas podem adquirir a “condição burguesa”, em termos de participação na sociedade de classes e na ordem social competitiva. Desse modo, essas últimas estão “condenadas” ao “desequilíbrio crônico” e ao “desaparecimento”.

9. Daí as possibilidades revolucionárias “contra a ordem” no capitalismo dependente. Observou-se que a hipótese principal do autor (a partir da análise comparada) é que a revolução socialista é factível nas sociedades que se fecham. Isso quer dizer que é nas sociedades de classes, nas quais as classes baixas têm limitadas probabilidades de classificação no mercado e estratificação no sistema de produção, assim como de participação na ordem social competitiva enquanto universalização de direitos e participação nas estruturas socioculturais e políticas, que a revolução contra a ordem é mais factível. Aqui encontramos um vazio na proposição de Florestan Fernandes, ao não colocar como as classes baixas (únicas possíveis de constituir-se em sujeito histórico) podem modificar sua “atitude perceptiva e cognitiva”, passando de uma polarização positiva do capitalismo dependente (em termos de valorização no mercado e sistema de produção) a uma polarização negativa.

Encontramos uma segunda hipótese sobre a contingência de uma revolução socialista que estaria dada pela emergência de uma “classe operária independente”. As transformações ocorridas na sociedade brasileira, que aparentemente a aproximariam do capita-

lismo que surgiu no Ocidente, ao menos enquanto formação de uma classe operária independente, fazem o autor conjecturar sobre a possibilidade dessa classe constituir-se num sujeito histórico da mudança social; nesse caso, a diferença da primeira hipótese a avizinharia da classe operária do modelo clássico.

10. Temos optado por não levar em conta as especificidades históricas que o autor coloca, na hora da análise do capitalismo dependente. Assim, deve-se ressaltar que na sua emergência se supõem como antecedentes históricos o mundo colonial e o neo-colonialismo. Um trabalho com os propósitos que nos colocamos aqui não poderia atingir este aspecto; poderia, quando muito, ressaltar sua importância, para o estudo da constituição histórica de determinadas sociedades de classes e ordem social competitivas. Porém, de acordo com o próprio Florestan Fernandes, a compreensão sociológica se diferencia da explicação histórica. O sociólogo procura sínteses teóricas que abrangem um processo histórico frente à explicação histórica. A compreensão sociológica das classes sociais é diferente da análise histórica das classes sociais. Assim, se observou como “sociedade de classes”, “ordem social competitiva”, “cálculo racional” e “ética” e “racionalidade” do capitalismo são estruturas típicas, como grandes sínteses teóricas que permitem apanhar as características do capitalismo dependente. Vale dizer, além de contribuir para a análise das classes sociais e especificamente no capitalismo dependente das sociedades latino-americanas, Florestan Fernandes nos proporciona uma contribuição teórica e metodológica ao próprio desenvolvimento da sociologia como ciência social.

Bibliografia

Obras de Florestan Fernandes:

A condição do sociólogo. Hucitec, São Paulo 1978. (Entrevista).

- Elementos de sociologia teórica*. Companhia e Editora Nacional, São Paulo 1974.
- Ensaio de sociologia geral e aplicada*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, São Paulo 1976.
- Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Nacional, São Paulo 1959.
- História e histórias. Depoimento a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn. *Novos Estudos*, nº. 42 (julho de 1995). (Entrevista)
- Mudanças sociais no Brasil*. Difel, São Paulo 1974.
- “Problemas de conceitualização das classes sociais na América Latina”. In Raúl Benitez Zenteno (coord.). *As classes sociais na América Latina*. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1977.
- Sociedade de classe e subdesenvolvimento, 3ª ed. Zahar, Rio de Janeiro 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais.)

Comentários das obras de Florestan Fernandes:

- Bastos, Elide Rugai. “A questão racial e a revolução burguesa”. In: Maria Angela D’Incao (org.), *O saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1987.
- Cohn, Gabriel. “O ecletismo bem temperado”. In: Maria Angela D’Incao (org.) *O saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1987.
- D’Incao, Maria Angela. “Mudança social e sociologia brasileira”. In: Maria Angela D’Incao (org.). *O saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1987.
- Graciarena, Jorge. “Comentário”. In: Raúl Benitez Zenteno *As classes sociais na América Latina*. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1977.
- Ianni, Octávio. “Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira”. In: Octávio Ianni (org.), *Florestan Fernandes*. Ática, São Paulo 1991.

Carlos Eduardo Ornellas Berriel. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas, Papirus, 2000.

Em outubro de 1943, perguntava-se Gilberto Freyre (1900-1987): “Que poderei acrescentar aos necrológios que os jornais vêm publicando sobre Paulo Prado?” Não apenas “um ou outro traço de recordação pessoal” como enuncia mas, na verdade, uma imagem aparentemente enigmática sobre o autor de *Retrato do Brasil* (1928): “Paulo Prado foi realmente um dos casos mais curiosos do Dr. Jekyll e Mr. Hide que já houve no Brasil”. A duplicidade da personalidade do autor paulista? “seu nome associado ao mesmo tempo ao ‘movimento modernista’ e ao Departamento Nacional do Café” (Freyre, 1981, p. 92). O desafio de desvelar esta imagem foi aceito por Carlos Eduardo Ornellas Berriel e constitui o motivo, como aquilo que o põe em movimento, do seu *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*.

Com esse livro Paulo Prado é retirado da espécie de limbo a que estava relativamente relegado quer como intérprete do Brasil, quer como agitador cultural. *Tietê, Tejo, Sena* singra, por assim dizer, a obra e trajetória intelectual de Paulo Prado, fazendo emergir do seu interior as dimensões intelectuais, estéticas, sociais e políticas das suas teses, revelando-lhes a feição como expressão particular de um tempo histórico e de uma classe social: a oligarquia do café nos anos 20 e 30. Nesse movimento, ele vai expondo algumas das fissuras, ambigüidades e contradições constitutivas mais características do Modernismo. Pois, como sugere Berriel, seguindo a indicação de Mário de Andrade (1893-1945), “sem ser artista ou poeta, sem ser o propositor central dos padrões renovadores de expressão – embora fosse conhecedor e opinasse a respeito –, Paulo Prado foi justamente quem deu expressão social ao Modernismo, o que significa dizer que *deu o sentido de movimento às experiências até então isoladas dos modernistas*” (Berriel, 2000, p. 86).

A tese central do livro diz respeito ao problema da “dimensão de continuidade” que o modernismo comporta, mas que, frequen-

temente, tem sido negligenciado em favor do “ato de ruptura” que os autores e as obras que pretenderam aparecer como representantes da época – e que valem ainda hoje como tais – praticaram. Continuidade que, como chama a atenção Berriel, reside não tanto nos aspectos propriamente literários ou plásticos, mas principalmente nos “aspectos programáticos que unem visão social e intencionalidade estética decorrente” (idem, p.11). Assim se coloca em questão a idéia de que ruptura estética não implica necessariamente a de transformação social como muitos modernistas e estudiosos do Modernismo entendiam. E, enfatiza Berriel, se “o desejo de unir ruptura estética com transformação social tocou os segmentos de maior generosidade do Modernismo, não o fez da mesma forma para outros setores – sem que, entretanto, estes percam sua força de representatividade com relação ao movimento.”(Ibidem.)

Sem intenção de ser exaustivo, apontarei três pontos que me parecem fundamentais para o autor demonstrar sua tese. Cumpre esclarecer desde já que os aspectos gerais que serão apontados não estão de modo algum destacados um do outro, mas, seja dito a favor de *Tietê*, *Tejo*, *Sena*, articulados na sua própria estrutura narrativa que, na verdade, segue a linha de raciocínio e de exposição do próprio autor analisado. Assim, a narrativa oferece ao leitor um retrato particularmente vivo de Paulo Prado, das suas idéias, do seu tempo histórico e da sociedade brasileira por ele vislumbrada.

O primeiro ponto que gostaria de destacar é o deslocamento operado em *Tietê*, *Tejo*, *Sena* da questão das influências intelectuais, mais ou menos manifestadas nas idéias de um autor, do terreno da mera alegação para o da demonstração efetiva. Tomando um conjunto de teses como referência e recriando-as segundo sua perspectiva particular, Paulo Prado constituiu-se, como mostra Berriel, num elo de ligação fundamental entre os modernistas e a geração anterior de Eduardo Prado (1860-1901). A matéria-prima dessa relação foi extraída, a despeito do bovarismo francófilo corrente, por um lado, de um conjunto de teses originalmente desenvolvidas pelos intelectuais que integram a chamada Geração de 70 da literatura portuguesa, particularmente por J. P. Oliveira Martins

(1845-1894); e, por outro, no plano interno, não apenas das idéias do célebre tio Eduardo, como do debate historicista de Capistrano de Abreu (1853-1927) com a historiografia tradicional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O segundo ponto diz respeito ao resgate de vários episódios culturais como prelúdios da Semana de 22 nos quais Paulo Prado também teve atuação decisiva: a “Exposição de pintura e esculturas francesas”, no *hall* do Teatro Municipal de São Paulo, e a montagem da peça *O contratador de diamantes* de Afonso Arinos (1868-1916). Ambos os eventos são de 1919 e, se o primeiro constituiu para Berriel um momento exemplar da “modernização da consciência artística e cultural”, o segundo o foi em termos da valorização de um passado histórico de grandeza dos clãs paulistanos, de valorização do Brasil e da criação de uma mitologia da identidade nacional. É desse modo que esses eventos condensam a “grande extroversão das idéias modernas no campo das artes, chamada de Semana de 22, acompanhada do empenho de valorização da cultura tradicional popular e da busca de matrizes arquetípicas da vida histórica e da sensibilidade nacional” (Berriel, 1987, p.72).

O terceiro ponto refere-se à Semana de Arte Moderna de 1922 propriamente dita. Aqui o núcleo da análise de Berriel está na articulação, e não apenas contraposição, da questão política fundamental dos anos 20, isto é, a questão da unidade nacional, com a questão cultural da ruptura estética. Articulação que se evidenciaria na sugestão de Paulo Prado em se adotar a idéia de “Renascença” como paradigma da Semana, pois segundo sua sugestão no artigo “Brecheret”, publicado em 1924 na *Revista do Brasil*, então sob sua direção, ela teria inaugurado entre nós o sentimento de inquietação e independência que é característico da nova feição do espírito humano” (Berriel, 2000, p. 98).

A linha de raciocínio e de exposição de Paulo Prado, como nos mostra Berriel, conduz à questão da unidade nacional como o “problema magno” da formação brasileira. Sabendo-se que para Paulo Prado os “males do país” seriam dados sobretudo pela sua condição de origem racial, a unidade nacional acaba por assumir

conteúdos sociais específicos na sua obra: “é produto da falta de vitalidade desta sub-raça que é o brasileiro”(Idem, p. 211). Comenta Berriel:

(...) foi a mescla da escuma turva das civilizações européias, com o índio lascivo acumpliciado pelo deserto, e com o negro envenenado pela escravidão, e ele próprio expressão acabada da corrupção dos costumes - esta mescla torpe, enfim, a origem de todos os males da vida nacional. Ora, o que Paulo Prado querará dizer com a frase “quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi mal feito”? A conclusão evidente é que ele pensava na alteração, por vias de exceção, da fonte destes males. Administrar as raças. Eugenia? Extermínio? Apartheid? A ausência de concreta resolução destas indicações também possui o seu interesse. Incapacidade de ir ao cabo de suas próprias indicações? Esta incapacidade poderia estar além da dimensão individual, pessoal, de Paulo Prado: dever-se-ia à própria incompletude da burguesia brasileira, da qual ele seria a ponta mais avançada, mais reveladora, mais argumentada desta classe - mas guardando as características básicas da mesma: a incapacidade de ir ao fim de suas inclinações resolutivas (Idem, pp. 214-5).

O próprio convite para se pensar o modernismo paulista como uma “nova Renascença” estava diretamente associado à função social precisa que, segundo Paulo Prado, a Semana havia cumprido na vida nacional: não apenas ter rompido com os “males espirituais do passado” – na verdade com a hegemonia cultural do Rio de Janeiro – mas, principalmente, por representar a “base cultural de uma nova fase da vida brasileira”. Diz Berriel:

O conceito de Renascença será empregado por Paulo Prado com sentido que excede a função retórica. Foi este movimento e esta época a ruptura radical com uma forma de vida e com uma mentalidade historicamente datadas, ruptura esta gerada pela emergência de uma nova forma de vida social e de uma nova mentalidade. Tomar como paradigma esta grande fratura histórica é interesse e referência construídos intencionalmente por Paulo Prado:

seu ponto de chegada é a afirmação de que a Semana cumpre este mesmo papel para a vida brasileira (Idem, p. 97).

Ora, os conteúdos sociais dessa nossa “Renascença”, para Paulo Prado, sempre segundo Berriel, estariam ligados naturalmente ao passado paulista, ele próprio fruto da colonização do “português heróico da Renascença” com o “índio perfeitamente adaptado ao meio, o mameluco”. Afirmção apologética da sua própria classe, as particularidades que compunham o “tipo paulista” resistiam, no entanto, apenas na aristocracia rural que, segundo Paulo Prado, através da economia do café, havia regenerado São Paulo: “o café reencontraria o homem da Renascença – e nesse reencontro sua autonomia e particular modernidade”(Idem, p. 148).

Somente de São Paulo, então, em flagrante contraste com o restante do Brasil – cuja configuração racial seria formada pelas três “raças tristes”: negro escravo, índio lascivo e português da decadência pós-1580 – poderia se esperar um futuro autônomo e moderno, justamente, é claro, porque “afeito ao veio tradicional de desenvolvimento deste complexo histórico: o bandeirante, o café, o paulista” (Idem, p. 101). Assim, tomando as distintas composições raciais de São Paulo, por um lado, e da nação, por outro, como base histórica e ontológica da diferença irreconciliável entre as duas partes, Paulo Prado chega à tese da necessária separação política entre São Paulo e o Brasil. Aqui se coloca, segundo Berriel, o “ponto laboriosamente planejado” por Paulo Prado: a sugestão de que o modernismo paulista, enquanto Renascença, apresenta (para Paulo Prado) um “caráter intrinsecamente separatista”(Idem, p.204).

Esta talvez seja a questão destinada a suscitar mais polêmica em *Tietê, Tejo, Sena*. E embora desenvolvido com perícia em relação à lógica interna da obra de Paulo Prado, isto é, em relação às categorias através das quais ele opera e fundamenta sua interpretação do Brasil, creio que o argumento ganharia mais em contundência se explicitasse a tese paulopradiana em função do contexto político de crescente tensão entre regional e nacional que caracteriza a crise do pacto oligárquico da Primeira República.

Estamos, assim, face à questão central do livro: as implicações do caráter oligárquico na interpretação do Brasil do modernista Paulo Prado. Num contexto intelectual ainda marcado pela relativa confusão entre método e objeto, *Tietê*, *Tejo*, *Sena* penetra com sensibilidade admirável no método de interpretação histórica adotado por Paulo Prado de modo a retirar dele, em seu emprego arbitrário, a própria concepção sobre o papel social do intelectual que o fundamenta. É nesse sentido que Berriel pode mostrar a inclinação abertamente programática para a vida brasileira do método de interpretação histórica de Paulo Prado sem assimilá-lo mecanicamente, como uma redução ordeira, à dimensão de classe do seu pensamento.

O autor argumenta que, embora haja na obra de Paulo Prado a presença de um corpo de idéias geradas no interior de uma família – talvez de modo único entre os autores brasileiros –, que ajuda em parte a configurar sua dimensão oligárquica e aristocratizante, o fundamental é perceber que a “originalidade não reside nesta condição básica de classe, mas sim nos dois elementos pressupostos: o primeiro, por ser um pensamento organizado com certo rigor ideológico, com coerência interna, e em segundo pelo fato deste pensamento ter continuidade, desdobrar-se e ter efetiva função social” (Idem, p.18). Nesse sentido, Berriel contribui, sobretudo, para o esclarecimento da apropriação oligárquica das idéias modernas como mecanismo social fundamental de uma sociedade conservadora, formada sob a escravidão que acaba por transformá-las no seu contrário. Pois em Paulo Prado, a noção de “modernidade” assume, no limite, o papel de argumento de poder e de manutenção do *status quo*:

Paulo Prado não necessitava, enquanto método, do Impressionismo, já que as águas de que bebia eram mais do Tejo do que do Sena. Mas há um fator de prestígio não desprezível em jogo, e ser moderno para Paulo Prado – já o sabemos – é decisivo: somente os paulistas o eram. Esta situação enquadra e, em grande parte, define Paulo Prado: usa os recursos de prestígio – arte moderna é prestígio e legitimidade – mas age com relação a ela como o Brasil age com relação às idéias liberais:

não as perde de vista, mas não as pratica; ou só as pratica após deformá-las, como ocorreu com o Impressionismo (...) a arte moderna no Brasil se torna prerrogativa paulista, e sua realização uma “missão étnica e protetora”. Paulo Prado não aceita as idéias liberais, mas aceita a arte moderna após convertê-la em elogio da superioridade racial paulista. Age arbitrariamente com relação ao Impressionismo (assim como agiu com relação ao Romantismo), arranjando a vida literária e artística de modo a que sirvam a seu propósito. A referência à Geração de 70 – fator real de anacronismo – é necessidade de sua base ideológica, de seu ponto de partida histórico-social: dela depende o elogio do latifúndio (Berriel, 2000, pp. 159-160).

Não sendo de modo algum modestas, estas não são, contudo, todas as contribuições do autor. Há em *Tietê*, *Tejo*, *Sena* sobretudo uma sólida formulação teórico-metodológica com contribuições não apenas para o campo da teoria literária, de um lado, ou para a sociologia e o pensamento social brasileiro em particular, de outro, mas também para os emergentes estudos de história intelectual. Quanto ao método, sua contribuição está sobretudo na demonstração de que a tensão entre as tradicionais abordagens “interna” – centrada exclusivamente na obra – e “externa” – cuja ênfase volta-se mais para aquilo que de diferentes perspectivas se entende como sendo o “contexto” de uma obra e/ou para a trajetória biográfica ou intelectual dos seus autores –, não se deva encaminhar inevitavelmente para algum tipo de resolução, posto que, na verdade, tal tensão é constitutiva da própria matéria que cabe ao analista ordenar.

Carlos Eduardo Berriel revela, em suma, elementos senão de todo insuspeitos, certamente até então insuficientemente explorados do complexo processo de renovação cultural do país como parte fundamental do debate político sobre o sentido que a sociedade brasileira tomava em meio às transformações mais amplas daquele momento. Assim, com *Tietê*, *Tejo*, *Sena*, os interessados pelos novos temas e linguagens que os anos 20 trouxeram estamos desafiados a repensar a relação conciliatória entre idéias e estéticas modernas com a autoridade tradicional que elas pareciam buscar

romper.¹ Abusando das metáforas pode-se dizer então que *Tietê, Tejo, Sena* afigura-se, num certo sentido, um “caminho do mar” que se lança, de modo original e desafiador, nas águas nada calmas, diga-se de passagem, que caracterizam o programa crítico de se “especificar um mecanismo social, na forma em que ele se torna elemento interno e ativo da cultura”(Schwarz, 1977, p 24). E este desafio, admiravelmente assumido por *Tietê, Tejo, Sena*, constitui ainda hoje um dos legados mais radicais e fecundos do ideário modernista.

BIBLIOGRAFIA

- BERRIEL, C. E. O. Dimensões de Macunaíma: filosofia, gênero e época. Tese de Mestrado. Departamento de Teoria Literária/IEL/UNICAMP, 1987.
- _____. *Tietê, Tejo, Sena. A Obra de Paulo Prado*. Papirus, Campinas 2000.
- FREYRE, G.. *Pessoas, coisas e animais*. Organização de Edson Nery da Fonseca. Globo, Porto Alegre e Rio de Janeiro 1982.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. Duas Cidades, São Paulo 1977.

André Botelho*

¹ Chamo a atenção para o fato de que o domínio teórico sobre o tema que *Tietê, Tejo, Sena* apresenta está também, em alguma medida, relacionado à experiência anterior do seu autor, que em sua tese de mestrado, infelizmente ainda inédita, analisou de modo admirável o *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade (1893-1945), demonstrando como este romance formalizava um “momento da vida nacional de grande transformação social”. (Carlos Eduardo Ornelas Berriel, Dimensões de Macunaíma: filosofia, gênero e época.).

* Doutorando em Ciências Sociais e membro do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da UNICAMP.

Valquíria Padilha. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, Alínea, 2000.

O Brasil vive atualmente um paradoxo: nunca tão poucos trabalharam tanto em um contexto de crescente desemprego. À redução do número de empregados – mormente atribuídos ao aumento da tecnologia, globalização e outros fatores bastante esvaziados pela mídia e seus mandatários – não desencadeou a redução da jornada de trabalho, ao contrário, forçou o trabalho para além da jornada até então estabelecida. Assim, bancários – uma força de trabalho que vem despencando em números – trabalham mais que as seis horas diárias estabelecidas em lutas anteriores, a despeito da invasão tecnológica no setor. Para compensar a diminuição das vendas e dos empregos, o empregado do comércio dobra o seu turno e se sujeita a trabalhar em domingos e feriados – muitas vezes sem ter a contrapartida financeira – por medo de perder o trabalho e com ele sua possibilidade de sobrevivência. As organizações trabalhistas mostram-se, não sem razão, pasmadas diante da incorporação e subversão do discurso do desemprego estrutural no ideário capitalista.

Nos países ditos desenvolvidos, ao contrário, a redução da jornada de trabalho vem sendo colocada como uma solução para o desemprego e várias possibilidades já foram postas em prática.

É neste cenário aparentemente paradoxal que a obra *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*, da socióloga Valquíria Padilha, se coloca.

Com essa jornada de trabalho reduzida, aumenta o tempo do trabalhador para exercer outras atividades. Estaria aí o germe da emancipação que o socialismo científico colocava e que o socialismo real não foi capaz de realizar?

É exatamente essa questão que a autora levanta e que procura elucidar em seu livro. Em suas palavras: “Será possível um tempo livre cheio de sentido numa sociedade fundada na busca do lucro privado em detrimento da real satisfação das necessidades humanas?” (p. 105)

Para responder a essa questão, Padilha estrutura seu livro – que é a publicação de sua dissertação de mestrado defendida em 1995 na UNICAMP – em três partes. Na primeira delas discute o processo de transição do sistema fordista para o sistema de acumulação flexível (toyotismo), enquanto que na segunda parte trabalha os conceitos de tempo, tempo livre e lazer, e na terceira discute a questão atual da redução da jornada de trabalho e suas possíveis consequências. Dialogando com autores como Habermas, Adorno, Gorz, Ricardo Antunes, entre outros, a autora busca uma compreensão mais abrangente da situação do trabalho no toyotismo. Para tanto, faz um histórico da passagem do sistema rígido fordista ao sistema de acumulação flexível do toyotismo. Frente à questão da centralidade ou não do trabalho no mundo dominado por esse novo sistema, a autora vai buscar auxílio no par conceitual de trabalho de Heller, qual seja, a de trabalho enquanto *work* – trabalho concreto que cria valores úteis – e *labour* – trabalho abstrato ou estranhado que cria valores de troca. Enquanto *work* não pode deixar de existir “(...) porque é ele quem possibilita a relação do homem com a natureza e com outros animais e a produção de valores-de-uso necessários à vida humana” (p. 33), o *labour*, mesmo que diminuído de seu tempo, não deixa de ser estranhado, ou seja, o estranhamento continuará a existir quer se trate de uma jornada de 40 ou de 10 horas semanais. Assim, conclui a autora, o trabalho – quer seja *work* ou *labour* – é, ainda hoje, central na vida do homem a despeito da diminuição da jornada de trabalho, do avanço da tecnologia e do sistema de acumulação flexível. Portanto, o sistema de acumulação flexível constituiu para o Capital uma solução para a crise, enquanto que para o trabalhador correspondeu a um desemprego estrutural e uma diminuição do poder sindical, e não uma perda da centralidade do trabalho e menos ainda o desaparecimento do trabalho estranhado.

Essa questão do trabalho, aliás essencial, abre caminho para a discussão que se segue, a da conceituação de tempo, tempo livre e lazer, exposto na segunda parte do livro.

Um rápido histórico da noção de tempo mostra ao leitor que essa noção é forjada culturalmente e vinculada ao modo de produção. Na sociedade capitalista o tempo assume a forma de valor, sendo que o capitalista dispõe de seu próprio tempo e do tempo do trabalhador. Portanto, a própria conceituação de tempo livre é uma falácia, pois todo o tempo está subordinado ao tempo do Capital. Assim entendido o lazer, o tempo livre e o ócio assumem em alguns autores, como Dumazedier, Requiça e Camargo, uma função específica: compensar o tempo do trabalho, mostrando uma pseudo-solução já que ligada à lógica capitalista. Relacionando o tempo livre, o lazer e o ócio – e outras categorias que discute –, a autora desmistifica a idéia defendida por Aznar, entre outros, que uma mudança na mentalidade mudaria o entendimento e aproveitamento do tempo livre, e mostra que qualquer categoria de não-trabalho está intrinsecamente relacionada com o trabalho estranhado e, portanto, está contaminada, ou subordinada, à lógica capitalista. Ainda dentro dessa discussão, o lazer é encarado como um produto com valor de troca e impregnado da racionalidade econômica, por sinal fácil de ser compreendido se nos remetermos às experiências de excursões, visitas, em que o tempo não é regido por uma vontade própria, mas pela quantidade de coisas a fazer (atividades), dividida por um determinado número de horas ou dias, tornando-o tão, ou mais, planejado que o trabalho.

Na última parte do livro a autora retoma a questão atual da diminuição da jornada de trabalho e faz a necessária crítica às soluções até então propostas. Pode ser verdade que a diminuição do tempo de trabalho diminua o desemprego estrutural. Porém, essa alternativa está longe de emancipar o homem. Na medida em que a jornada de trabalho ainda resulte em mais-valia para o capitalista, ou seja, não se reduza a uma jornada de duração normal de trabalho em que a mais-valia fosse eliminada, o trabalho estranhado persistiria e impregnaria todo o tempo supostamente livre, mesmo que este tenha aumentado em número de horas. Esta é a principal questão, o que faz Padilha concluir na impossibilidade de existên-

cia de tempo livre em uma sociedade capitalista, ou em suas palavras: “um par imperfeito”.

Outras questões, bastante discutidas na atualidade, são colocadas, como a probabilidade remota de que o capitalista aceite que se reduza a jornada sem se reduzir o salário, ou o trabalhador aceite em reduzir seu nível de vida em favor do aumento do emprego, ou ainda – e esta a mais remota, para não dizer impossível, como bem aponta a autora – de que Capital e Trabalho se unam em busca de uma solução comum.

Sem dúvida, o livro é atual e instigante à medida que retoma e reavalia conceitos que foram abandonados – e as razões para isso podem ser buscadas – no contexto atual do capitalismo. Para os apoloéticos da sociedade pós-industrial e suas constantes revoluções tecnológicas, o livro os faz lembrar que a tecnologia por si só não emancipa nem aprisiona o homem, e por mais robotizada que a nossa sociedade possa se transformar, a contradição inicial do capitalismo mantém-se, e com ela o tempo livre jamais será livre e a sociedade jamais será emancipada. Para os neo-liberais que anseiam e gritam – principalmente no Terceiro Mundo – pela união do Capital e Trabalho, a autora mostra que os objetivos de um e outro são diferenciados e não conciliáveis.

Para os trabalhadores resta, como sempre, a luta. Mas na obra há indicativos interessantes. Lutar pelo desenvolvimentismo não é, como historicamente sabemos, o melhor caminho para qualquer tipo de melhoria de vida ou transformação social. Uma das facetas dessa luta, que hoje se coloca, encontra-se no par jornada – tempo, lembrando sempre a assertiva da autora de que a diminuição da jornada de trabalho não significa redução ou desaparecimento do trabalho estranhado, e que o tempo liberado não é verdadeiramente livre, mas está impregnado da lógica capitalista.

Resta fazer uma crítica, que menos que uma crítica é uma possibilidade de estudo: o caso brasileiro – e do Terceiro Mundo em geral – foi pouco trabalhado. É bem verdade que, como disse Padiilha, “no Brasil a luta é ainda pelo trabalho e a sobrevivência”,

mas como entender o paradoxo com que se iniciou esta resenha? Como entender que em uma situação de desemprego estrutural a jornada de trabalho tenha aumentado consideravelmente em países como o Brasil? Como analisar a tão sonhada união de Trabalho e Capital que pregam os governos neoliberais e sua política fascista? Estarão fadados os países do Terceiro Mundo à divisão entre ociosidade do desemprego e jornada excessiva?

São algumas questões atuais, e se estão longe de serem resolvidas, Padilha nos auxilia a olhar para a questão não superficialmente, mas procurar soluções na raiz do problema.

*Ailton Pereira Morila**

* Bacharel em História pela FFLCH-USP, mestre e doutorando pela FE-USP.

SUMÁRIOS/ABSTRACTS

A categoria *estilo de vida* nas obras de Simmel e Bourdieu: uma aproximação sociológica *Maria da Graça Jacintho Setton*

Palavras-chave: estilo de vida, *habitus*, sociabilidade

Resumo: A teoria dos espaços sociais e da gênese dos grupos desenvolvida por Pierre Bourdieu está profundamente marcada pelas contribuições teóricas dos clássicos da sociologia: Marx, Durkheim e Weber. *Grosso modo* pode-se afirmar que a obra de Bourdieu é uma resposta ao antigo debate no interior das ciências sociais, em torno de duas linhas opostas de leitura sobre o social: o objetivismo e o subjetivismo. No entanto, penso que a sociologia dos espaços sociais concebida por Bourdieu é também tributária do pensamento de Georg Simmel. Simmel e Bourdieu, em vários momentos de suas obras, ao desenvolverem a noção sociológica de espaço social salientam a importância de fatores simbólicos na aproximação e no distanciamento dos

grupos sociais. Mesmo que seja pouco freqüente encontrar referências a Simmel na obra de Bourdieu, observei que é bastante forte a semelhança simmeliana na sua definição dos “espaços sociais” e “estilos de vida”. Assim como Simmel, Bourdieu afirma que a conexão das partes de um espaço social é feita a partir de fatores simbólicos. As relações de proximidade ou distância espaciais não produzem os fenômenos da vizinhança ou estranhamento. O que tem importância social não é o espaço em seu sentido geográfico. O que permite a síntese das partes encontra-se na esfera do espírito, e deriva de uma homogeneidade de *habitus*.

The category of life style in the works of Simmel and Bourdieu: A sociological approach

Key-words: life style, *habitus*, sociability

Abstract: The theory of social spaces and of the genesis of groups conceived by Pierre

Bourdieu has been deeply influenced by the theoretical contributions of sociology of the classic authors: Marx, Durkheim and Weber. We can roughly state that the work of Bourdieu is an answer to the old debate of the essence of the social sciences in two opposite trends of reading on social issues: The objectivism and the subjectivism. In my opinion, however, the sociology of the social spaces conceived by Bourdieu is also tributary of the thinking of Georg Simmel. Simmel and Bourdieu, in several parts of their works, when they developed the notion of social space they pointed out the importance of symbolic factors and in the closeness and distancing of social groups. Although it is uncommon to find references of Simmel in the works of Bourdieu, I noted that the similarity with Simmel is strong in his definition of "social spaces" and "life styles". Similarly to Simmel, Bordieu stated that the link between the parts of a social space is made from symbolic factors. The relations of proximity or spatial distances do not generate the neighborhood phenomena or non conformity.

The significant social importance is not the space in its geographical sense.

The aspect that allows the synthesis of parts is within the scope of the spirit and results from the homogeneity of the "habitus".

O empirismo lógico e a história da filosofia

José Carlos Pinto de Oliveira

Palavras-chave: empirismo lógico, empirismo clássico, Hume, Mill

Resumo: Uma questão central é tratada: a leitura que o empirismo lógico fez do empirismo clássico (aqui representados por Hume e Mill). Pretende-se, assim, dar uma resposta a interpretações revisionistas que negam atualmente que o empirismo lógico apresente uma vinculação direta com o empirismo clássico.

The logical empirism and the history of philosophy

Keywords: Logical empirism, classical empirism, Hume, Mill

Abstract: This study addresses a key issue: The reading that logical empirism make of classical empirism (represented herein by Hume and Mill). The intention is to provide an answer to review interpretations which currently deny that logical empirism is directly linked to the classical empirism.

Sociologia ambiental: um balanço provisório
Leila da Costa Ferreira

Palavras-chave: sociologia ambiental, teoria sociológica, meio ambiente

Resumo: Reflexão exploratória sobre as questões envolvidas com a sociologia ambiental, apresentando uma breve revisão da literatura internacional, seguida de comentários sobre a trajetória da sociologia ambiental brasileira, em processo de institucionalização, comparativamente a experiências de outros países.

Environmental Sociology: a provisory review

Keywords: environmental sociology, sociologic theory, environment

Abstract: The exploratory consideration on issues related to environmental sociology presenting a brief review of the international literature followed by comments on the path of environmental sociology in Brazil which is currently being institutionalized comparatively to experiences in other countries.

Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – 1834-1856, um episódio entre Brasil e França

Maria Orlanda Pinassi

Palavras-chave: pensamento social brasileiro, intelectuais, Brasil imperial, relações Brasil-França, formação do Estado brasileiro

Resumo: Argumenta-se que a convivência de intelectuais brasileiros com o Instituto Histórico de Paris foi decisiva e exerceu efeitos substantivos sobre o pensamento nacional no processo de formação do Estado brasileiro, especialmente no que teve de moderado, anti-revolucionário, e identificado com os ideais da monarquia constitucional.

Brazilians and the Historic Institute of Paris – 1834-1856, A Brazil-France episode

Keywords: Brazilian social thinking, intellectuals, Imperial Brazil, Brazil-France relations, the organization of the Brazilian State

Abstract: One argues that the relations of Brazilian intellectuals with the Historic Institute of Paris was decisive and had significant impact on the national thinking in the organization of the Brazilian State specially its moderate, antirevolutionary aspects that were identified with the constitutional monarchy.

Aproximação à análise das classes sociais em Florestan Fernandes

Pedro Robert

Palavras-chave: classes sociais, Florestan Fernandes, teoria sociológica, América Latina, capitalismo dependente.

Resumo: O artigo procura mostrar como Florestan Fernandes realizou uma síntese teórica inspirada em diversos cientistas sociais e tradições sociológicas para pensar a especificidade das classes sob o capitalismo dependente no Brasil e na América Latina.

Approximation to the analysis of the social classes in Florestan Fernandes

Keywords: social classes, Florestan Fernandes, sociologic theory, Latin América, dependent capitalismo

Abstract: The article aims to show how Florestan Fernandes carried out a theoretical synthesis inspired in several social scientists and sociological traditions to analyze the specificity of classes under the scope of dependent capitalism in Brazil and Latin America.

Normas para colaboração

1. Os artigos não devem exceder o tamanho de 30 laudas, com a seguinte formatação: corpo do texto em fonte *Times New Roman* 12, com espaço entre linhas de 1,5; notas de pé de página na mesma fonte, com tamanho 10, espaço 1; bibliografia com a mesma formatação do corpo do texto, arrolada ao final. O autor deve enviar cópia impressa em três vias em disquete, em Word para Windows 6.0 (ou processador compatível), contendo, ainda, resumo, palavras-chave, *abstract* e *keywords*. A filiação institucional do autor também deve vir discriminada.

2. Para as citações bibliográficas deve ser usado o sistema autor-data. Exemplo: “de acordo com Holanda (1984: 35),” ou “(Holanda,1984:35)”.

As referências bibliográficas devem ser apresentadas em lista única no final do artigo em ordem alfabética.

Tratando-se de um livro, a referência respeita o seguinte modelo: (1) Sobrenome do autor, nome. (2) ano da publicação. (3) Título da obra em itálico. (4) Local de publicação, (5) editora.

Tratando-se de artigo, ou capítulo, a referência respeita o seguinte modelo: (1) Sobrenome do autor, nome. (2) ano da publicação. (3) Título da obra entre aspas. (4) In: nome do periódico ou livro em itálico, (5) volume e/ou número do exemplar.

Toda e qualquer citação de fonte primária ou secundária deve permitir acesso direto de localização pelo leitor do texto.

3. Resenhas e trabalhos de divulgação científica devem ter no máximo seis laudas, com a mesma formatação descrita acima para o corpo do texto dos artigos. No case de resenhas, serão aceitas as que versarem sobre publicações estrangeiras

que datem de, no máximo, três anos desde sua primeira edição ou as que versarem sobre publicações nacionais que datem de, no máximo, dois anos desde sua primeira edição.

Entrevistas só serão aceitas se já tiverem sido editadas adequadamente, e não devem exceder 15 laudas, dentro da citada formatação. Toda tradução enviada só serão aceita mediante permissão do autor autorizando sua publicação em português e no Brasil. Resenhas e trabalhos de divulgação científica não necessitam de notas de rodapé.

4. Remeter qualquer colaboração a *Idéias* significa autorização para publicação. A revista não remunera direitos autorais, nem remete de volta as colaborações recebidas.
5. Originais propostos serão considerados definitivos e, caso tenham sua publicação aprovada, não serão feitas consultas aos seus autores. Em todo caso, ao Conselho Editorial fica reservado o direito de sugerir aos autores alterações com vistas à aceitação do texto. Além disso, todo material selecionado será submetido a revisão.
6. *Idéias* compromete-se a dar respostas por escrito às propostas de publicação dos trabalhos. Em case de recusa, as razões serão comunicadas.
7. Aguardamos as colaborações no seguinte endereço:

Unicamp - IFCH
A/C: Revista *Idéias*
Secretaria de Publicações
Caixa Postal 6110
Campinas (SP)
13081-970